

A piscina no Pinhal - Vazios Urbanos em Vila do Conde

Daniel Cunha Gomes

Mestrado Integrado em Arquitetura

Orientador:

Doutor Paulo Tormenta Pinto, Professor Catedrático, ISCTE, Instituto  
Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Ana Luísa Gonçalves Brandão Estevão, Investigadora Integrada,  
ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2022





Departamento de Arquitetura e Urbanismo

A piscina no Pinhal : Vazios Urbanos em Vila do Conde

Daniel Cunha Gomes

Mestrado Integrado Em Arquitetura

Orientador:

Doutor Paulo Tormenta Pinto, Professor Catedrático, ISCTE, Instituto  
Universitário de Lisboa

Co-Orientadora:

Doutora Ana Luísa Gonçalves Brandão Estevão, Investigadora Inte-  
grada, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa

novembro, 2022



***A piscina no Pinhal*** - Vila do Conde

Vazios Urbanos em Vila do Conde



## Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao orientador, Prof. Dr. Paulo Tormenta Pinto, pela contribuição na realização deste trabalho.

À coorientadora, Arq.<sup>a</sup> Ana Brandão, por toda a ajuda e apoio essencial na formulação da Dissertação.

À Rita Rodrigues, por toda a disponibilidade e mentoria no processo de elaboração do projeto.

Ao Prof. Pedro Pinto e Elodie Marques pela colaboração dada.

Agradeço também a disponibilidade por parte do Sr.<sup>o</sup> Sérgio Palhares do Arquivo Municipal de Vila do Conde, da Arq.<sup>a</sup> Sara Oliveira, e do Sr.<sup>o</sup> João Figueira do Arquivo da Fundação Calouste Gulbenkian, por toda a documentação importante cedida.

À Sr.<sup>a</sup> Ana Paula Ferreira de Carvalho, pela grande disponibilidade em conversar comigo sobre o Pinhal Menéres e pelas suas fotografias do lugar.

À Arq.<sup>a</sup> Paisagista Fernanda Órfão e à Eng.<sup>a</sup> Sara Lobão Pereira da Câmara Municipal de Vila do Conde, pela disponibilidade dada.

Um grande obrigado a todas as longas e novas amizades que fiz durante o período académico, em especial neste último ano.

Ao meu grupo de trabalho de Vila do Conde, por todo o percurso de realização deste trabalho e experiências realizadas.

A todos os professores no meu percurso académico por me formarem a ser melhor arquiteto.

Em último, à minha família e amigos, em especial aos meus pais, ao Gabriel, à Margarida, à Joana, à Rita e aos meus avós pelo apoio condicional a concretizar os meus sonhos.



## Índice

Resumo   Abstract	10
Enquadramento	15
01   Texto Crítico	
<b>Álvaro Siza - O caso dos parques de Vila do conde: Espaço natural gerador de Espaço público</b>	19
02   Projeto Final de Arquitetura	
<b>Vazios Urbanos de Vila do Conde</b>	65
Revitalização do Mercado Municipal Cátia Meireles	
<b><i>A Piscina no Pinhal</i></b> Daniel Gomes	79
<b>Entre o Mar e o Rio</b> Maria Fróis	
Cais Cultural da Seca do Bacalhau Ricardo Ferreira	
03   Atlas	
<b>Construir no SUL</b>	125



## Resumo

O Pinhal Menéres, situado em Vila do Conde, é uma quinta de uso privado, encerrada no espaço urbano. Mediante a inevitabilidade da consolidação dos vazios urbanos, o lugar do Pinhal Menéres é uma área que carece de relações com o ambiente urbano, sendo a sua transformação em parque público, a que melhor se compromete com a salvaguarda das qualidades ecossistêmicas.

Tendo como base o ensaio do Parque Atlântico, através da recuperação de uma duna primária e a introdução de um conjunto de equipamentos turísticos - que apenas se refletiu na regeneração do espaço urbano, é proposto a inserção de dois equipamentos lúdico-recreativos, numa estrutura integrada de percursos, dotando o Pinhal de Menéres de atravessamentos urbanos, revertendo a concessão cerrada, sem que comprometa os seus limites murados.

Palavras-chave:

Vila do Conde; Álvaro Siza; Pinhal Menéres; Cordão Dunar; Parque Público; Piscinas naturais



## Abstract

Pinhal Menéres, located in Vila do Conde, is a private estate, enclosed in the urban space. Due to the inevitability of the consolidation of urban voids, Pinhal Menéres is an area that lacks relationships with the urban environment, and its transformation into a public park is the leading commitment to safeguarding ecosystem qualities.

Based on the analysis of Parque Atlântico, within the recovery of a primary dune and the introduction of a cluster of tourist equipment - which only reflected in the regeneration of the urban space, it is proposed the introduction of two ludic-recreational buildings, in an integrated structure of paths, providing the Pinhal de Menéres with urban crossings, reversing the closed concession, without compromising its walled limits.

Keywords:

Vila do Conde; Álvaro Siza; Pinhal Menéres; Dune System; Public park; Natural pools

---

Fig. 02 - Fotografia sobre o Farolim do Molhe Norte, Vila do Conde, dos autores.





## Enquadramento

Este livro compõe o trabalho desenvolvido na Unidade Curricular de Projeto Final de Arquitetura 2021/2022 coordenado por Paulo Tormenta Pinto, Pedro Luz Pinto, Ana Brandão, e teve também a colaboração de Catarina Santos, Elodie Marques, Filipe Prudêncio, Francisco Freitas e Rita Rodrigues.

É composto pelos seguintes elementos:

- 01 | Texto Crítico das obras de Álvaro Siza em Vila do Conde:

- **Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do Conde: Espaço natural gerador de Espaço público.

Enquadrado no Projeto de Investigação “A Monumentalidade Crítica De Álvaro Siza – Projetos de Renovação Urbana depois da Exposição Internacional de Lisboa de 1998 (Expo'98)”.

---

- 02 | Projeto de Arquitetura

- Estratégia integradora de grupo à escala urbana:
  - Vazios Urbanos de Vila do Conde

- Estratégias individuais:
  - Revitalização do Mercado Municipal
  - A piscina no Pinhal
  - Entre o Mar e o Rio
  - Centro Comunitário de Vila do Conde.

---

- 03 | Atlas

- **Construir no SUL** - Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

**PINTO, Paulo Tormenta** - Construir no SUL – Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea. Estudo Prévio. Lisboa: CEA/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2015. ISSN: 2182-4339 [Disponível em: [www.estudoprevio.net](http://www.estudoprevio.net)]





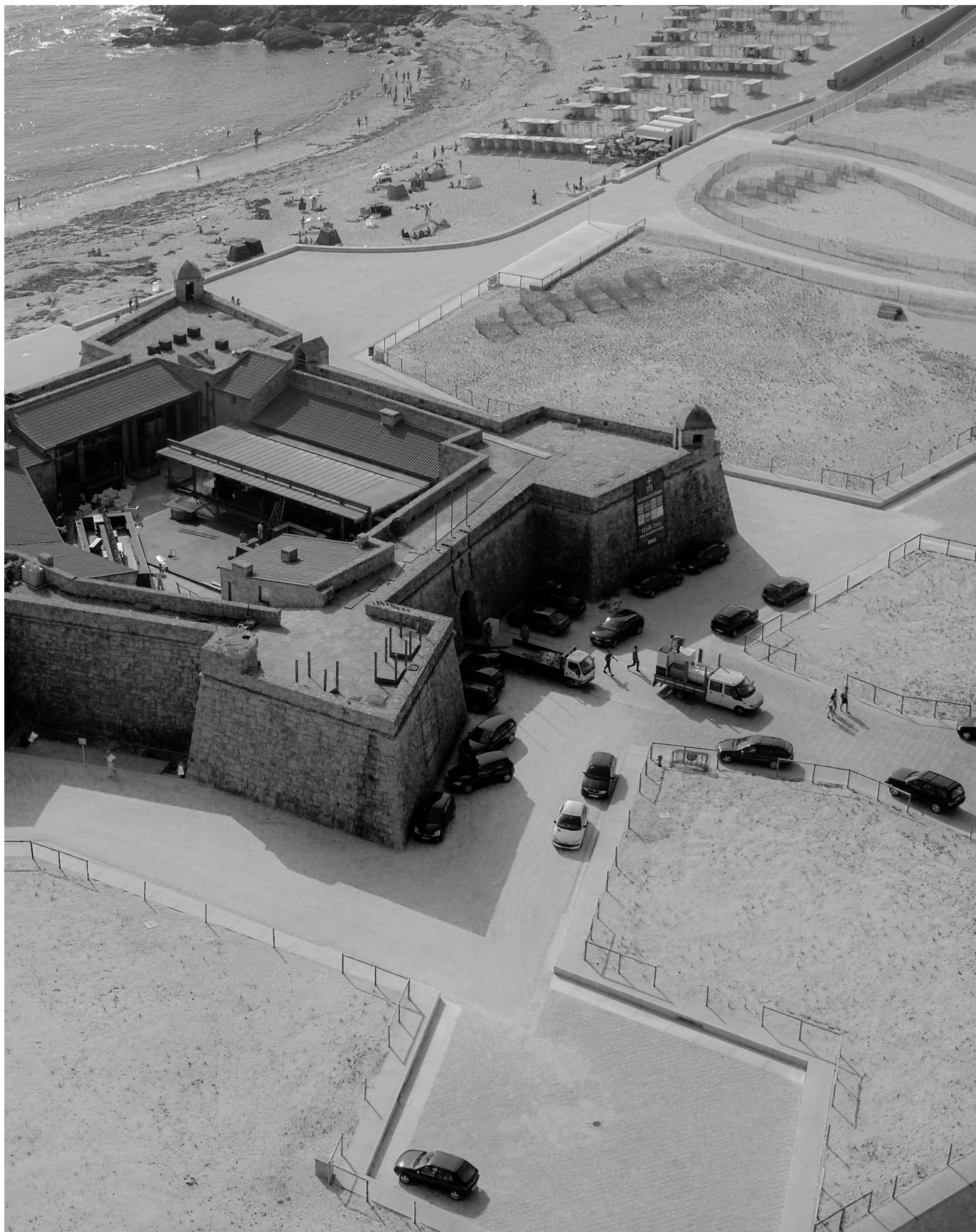


Fig. 03 - Fotografia Parque Atlântico, Sara Oliveira.





**Álvaro Siza** - O caso dos parques de Vila do Conde  
Espaço natural gerador de Espaço público



## Introdução

No presente texto crítico, apresentamos um estudo sobre a obra de Álvaro Siza. O trabalho debruça-se sobre os dois projetos mais recentes em Vila do Conde, realizadas no âmbito do Programa Polis: Parque Urbano de Caxinas (2004), o Parque Atlântico (2005), enquadrados em duas realidades diferentes.

O primeiro é um projeto realizado em parceria com o Arquiteto Paisagista João Gomes da Silva, situado no centro do núcleo habitacional de Caxinas, a norte do centro de Vila do Conde. Localizado num antigo terreno baldio dentro de uma malha urbana regular, o projeto do Parque Urbano reestrutura um conjunto de vias e constrói um ambiente de parque murado.

O segundo é um projeto de grande escala que compreende a frente marítima de Vila do Conde, mais concretamente o troço sul até à foz do Rio Ave. O Parque Atlântico faz a transição entre mar e cidade - delimitando uma duna primária, requalificada por Siza. A intervenção constitui, na sua essência, um desenho de vias e de espaço exterior.

Como suporte para o trabalho, foram consultadas e analisadas as fontes primárias presentes no Arquivo Municipal de Vila do Conde, na Fundação Calouste Gulbenkian, no CCA - Canadian Center for Architecture e na Biblioteca Nacional de Portugal. A pesquisa nestas entidades e o estudo do material adicional, fornecido pela Arquiteta Sara Oliveira, permitiram obter informação relativa à evolução histórica da cidade, compreendida no intervalos temporal protagonizado pelo desenvolvimento da cultura balnear e pela implementação do Programa Polis. Foram também relevantes alguns livros e trabalhos académicos, dos quais salientamos: A Escola do Porto: Lado B de Pedro Bandeira (Bandeira, 2014) ; A Periferia Perfeita de

Jorge Figueira (Figueira, 2014); Vila do Conde de Marta Miranda (Miranda, 1998); Profissão Poética de Kenneth Frampton (Frampton, 1988) e a Dissertação de Mestrado da Arquiteta Sara Oliveira: O Impacto do Programa Polis na Frente Marítima de Vila do Conde (Oliveira, 2020).

Neste contexto, a investigação em torno das obras do Arquiteto Álvaro Siza é conduzida pelo interesse da análise tipológica e pelo processo de conceção do espaço público. Esta perspetiva parte do trabalho de Jacinto Rodrigues (1975) e, da teoria dos desurbanistas: uma teoria utópica que procurava responder aos problemas sociais e políticos por via da arquitetura à escala urbana. Este argumento parte do conhecimento sobre um conjunto de trabalhos realizados no período pós 25 de Abril de 1974, num contexto sociopolítico bastante específico da história de Portugal, explanado por Pedro Bandeira no livro A Escola do Porto: Lado B (2014).

Esta investigação tem como finalidade o estudo de uma vertente menos explorada da obra de Álvaro Siza, que se caracteriza pela conceção de obras à escala urbana. A análise inclui a compreensão da cidade de Vila do Conde no seu todo geográfico, morfológico e histórico e, ainda, o estudo das obras do arquiteto Álvaro Siza neste contexto. Procurando um cariz provocatório, a investigação imagina como a utopia pode servir de base para a conceção do espaço público e como este pode intervir na consolidação da cidade.





## Argumento

Num olhar retrospectivo sobre a obra de Álvaro Siza encontramos uma variedade programática: trabalho a diferentes escalas, lugares e tipologias. Contudo, ao pesquisar sobre a tipologia “parque” ou “jardim”, verificamos que este tipo de intervenção é menos comum no conjunto das suas obras. Poderemos enunciar a Fundação Serralves, no Porto, ou o Venne Park, em Haia, no entanto a peça central de Serralves é o Museu de Arte Contemporânea e o Venne Park faz parte de um complexo habitacional e comercial. Os únicos projetos da mesma tipologia de parques, no trabalho de Siza, são em Vila do Conde. Sobre o parque urbano:

«(...)o primeiro parque público desenhado pelo arquiteto que, confessou, nunca pensou que o projeto fosse avançar.» (Marques, 2000).

Estas duas intervenções, o Parque Urbano e o Parque Atlântico, apresentam como premissa de projeto, a valorização das características naturais dos lugares onde se inserem. No Parque Atlântico, a presença de um território dunar [Figura 05] coloca em evidência a estratégia de ocupação daquele espaço. Do mesmo modo, no Parque Urbano, uma antiga pedreira, possivelmente alagada, levanta questões que orientam a abordagem ao lugar, ou seja, Siza, com estes dois projetos, tira partido das premissas territoriais como elementos que conduzem o desenho do espaço público. Trabalhando com a intenção de transformar a cidade, o desenho é ordenador e de alguma forma uniformizador da envolvente, procurando qualificar o espaço urbano. Este exercício de metamorfose do território pode ser intepetado à luz de um pensamento utópico sobre o lugar comum da cidade, neste caso o “vazio” do espaço natural na cidade, muitas vezes em oposição à relação

de contraste e desequilíbrio com as zonas edificadas. Podemos ver um exemplo da criação de uma ideia utópica de espaço público no projeto “Organização Insurrecional do Espaço” [Figura 06] apresentado no Livro “Porto Lado B” de Pedro Bandeira. O livro, revela um outro lado do ensino da Arquitetura na Escola das Belas Artes do Porto, desenvolvido no pós 25 de abril. Este lado, motivado pela chegada do professor Jacinto Rodrigues, convidado a lecionar Teoria e Prática de Investigação, por Alexandre Alves Costa, na qual são abordados temas relacionados com a Utopia urbana (Bandeira, 2014). Jacinto Rodrigues publica em 1975, o Livro Urbanisme et Revolution (com a tradução portuguesa no mesmo ano), onde é explanado o argumento essencial para o pensamento utópico sobre a cidade, onde defende a teoria dos desurbanistas.



05

Fig. 05 - Fotografia antiga da Avenida do Brasil, local da futura intervenção do Parque Atlântico de Álvaro Siza, onde é possível ver a duna primária, AMVC.

Fig. 06 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.





«O desurbanismo, com efeito, não se apresenta como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política (...). Esta crítica de esquerda opunha-se às formas burocráticas do poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição.» (Rodrigues, 1975 p. 92).

Uma ideia revolucionária contra a cidade capitalista e do regime divisório, realçando a cultura urbana deixada pelo Urbanismo Burguês, estabelecendo como solução um des-urbanismo.

É com esta linha de pensamento anticlassicista que chegamos ao projeto provocador de Fernando Barroso e Mário Ramos: Organização Insurrecional do Espaço [Figura 07 e 09]. Este projeto, realizado no âmbito da cadeira de Teoria e Prática de Investigação II, é representado por uma série de desenhos, fotomontagens e uma banda desenhada com um texto «irónico, quase cínico, algo desiludido, mas simultaneamente humorístico» (Bandeira, 2014 p. 33). O projeto procura, com a proposta de um “novo solo urbano” de características dunares, esconder a conotação possante dos edifícios. Consegue assim desenhar uma cidade sem classes, sem demonstração de poder, com um solo único uniforme, sem dissimulações, trazendo a génese primária do terreno, desvalorizando novamente as classes e vicissitudes do piso urbano. Nesta vertente utópica, a duna - como elemento natural - é o componente principal de todo o trabalho, dissipando-se pelo território, sendo indispensável para a leitura imaginária da cidade. Neste caso, os edifícios apresentam um papel secundário ao desenho do espaço, estando subjugados pela topografia dunar.

Neste âmbito, a utopia do espaço público compreende o território nativo como elemento basilar para a construção do espaço urbano.



Fig. 08 - Fotografia das Cheias Vila do Conde, analogia entre a ocupação dunar e a ocupação da água, AMVC.

Fig. 07 e 09 - Fotomontagem Projeto Organização Insurrecional do Espaço. No livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira.







Fig. 10 - Fotomontagem do Projeto Organização Insurrecional do Espaço, no livro Porto: Lado B de Pedro Bandeira (2014).

## Vila do Conde

Vila do Conde é uma cidade que se encontra a norte de Portugal [Figura 12], pertencendo à área metropolitana do Porto, tendo como cidades periféricas: Póvoa de Varzim, Maia, Matosinhos, Famalicão e Santo Tirso]. Cidades estas que influenciaram o desenvolvimento e crescimento urbano de Vila do Conde, por apresentarem áreas de maior densidade populacional e desenvolvimento económico (Miranda, 1998), (Ribeiro, 2002).

Uma vez que a cidade tem como fronteira o mar e o rio, as atividades ligadas ao mar começaram a ser praticadas muito cedo como atividades de carácter económico. A pesca, a construção naval, a produção de sal e o comércio por via marítima foram primordiais no desenvolvimento e crescimento de Vila do Conde. No entanto, também a agricultura se tornou fator de crescimento pela relação de proximidade com a água (Miranda, 1998).

Tendo em conta a análise feita, Vila do Conde pode ser entendida em três núcleos urbanos: a zona histórica; o bairro de Caxinas - antigo bairro piscatório; e a frente de mar - zona balnear [Figura 13].

A zona histórica, o primeiro núcleo a ser construído no séc. XII, foi implantado na colina de S. João Batista, junto ao rio Ave, visto que reunia as condições favoráveis, permitindo uma relação direta com o rio - estrada natural de comércio, sendo fonte primordial e potencializadora de recursos. Uma zona mais alta permitia também uma maior vigilância do seu assentamento, para os possíveis ataques. Os registos históricos denotam uma vila com um extenso território dunar à vista do mar (Oliveira, 2020) [Figura 11].

Mais tarde, no séc. XIX, o crescimento da cidade foi-se orientando para o mar até então espaço para pesca e

navegação. Em virtude disso, surgiram os primeiros assentamentos em Caxinas, um bairro a norte do concelho, perto da fronteira com Póvoa de Varzim, caracterizado pela sua comunidade de pescadores. Desenvolve-se, tal como outros bairros piscatórios em Portugal, seguindo uma matriz ortogonal, com construções precárias, construídas neste caso, pelos mesmos artífices que construíam os barcos nos estaleiros de Vila do Conde e de Póvoa de Varzim (Oliveira, 2020). O crescimento e desenvolvimento da povoação mantém este carácter, tanto que já no final do séc. XX, como refere António Madureira<sup>1</sup>, Caxinas era uma povoação com um planeamento «completamente ilegal», com habitações clandestinas, mas aceites como tal [Figura 17].

<sup>1</sup> Entrevista pelos autores ao Arquiteto António Madureira em 8 fevereiro, 2022.

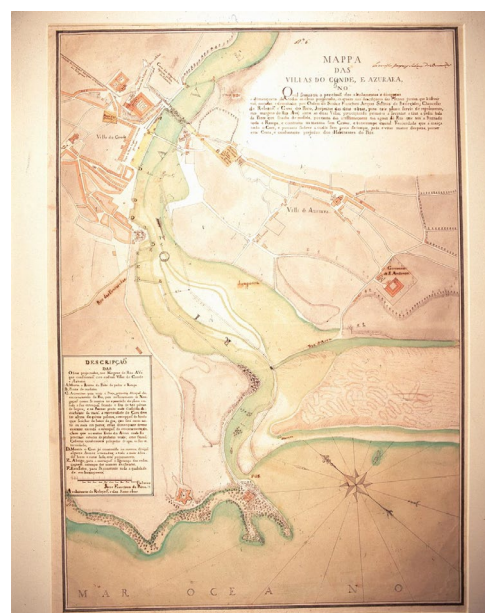
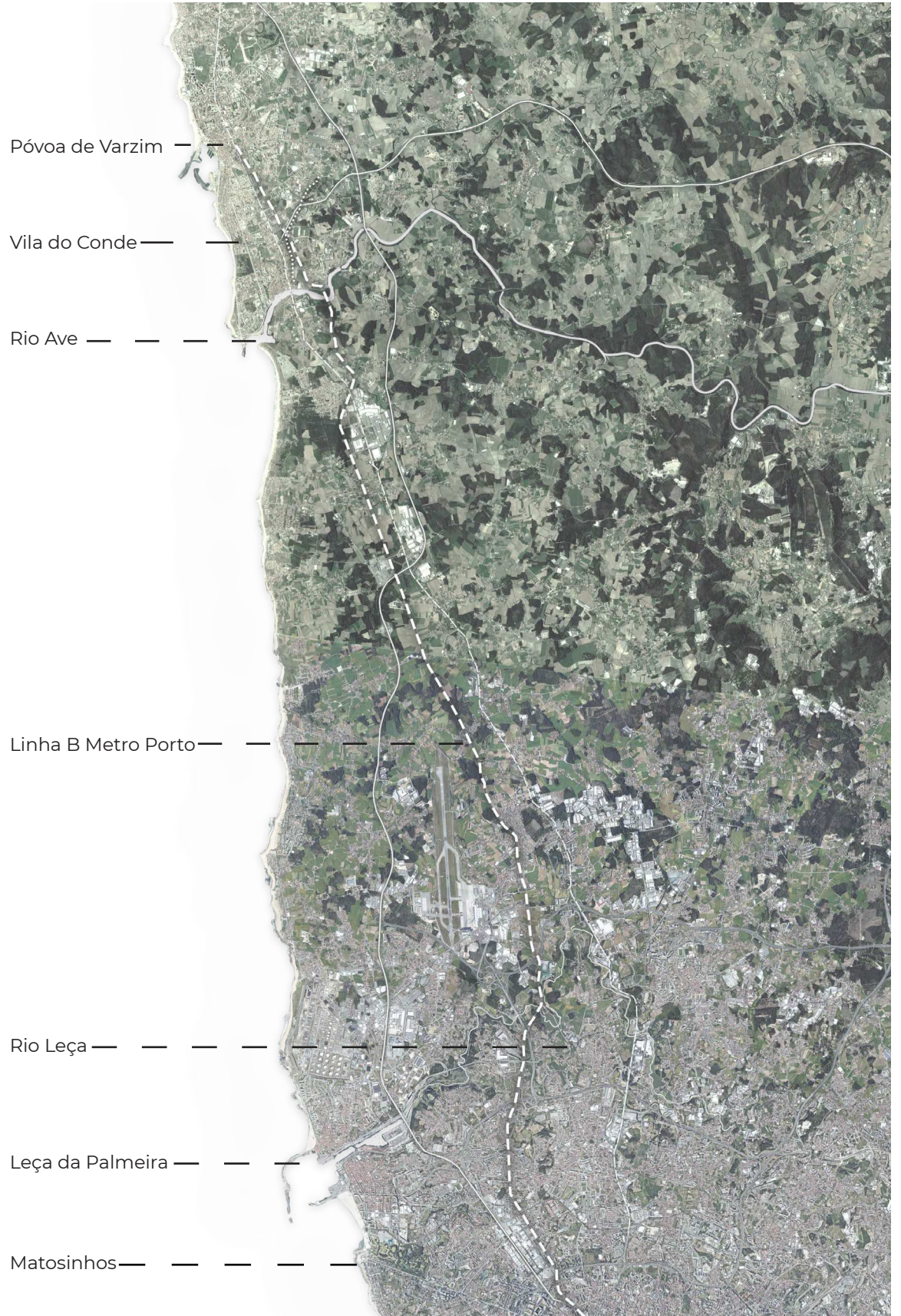


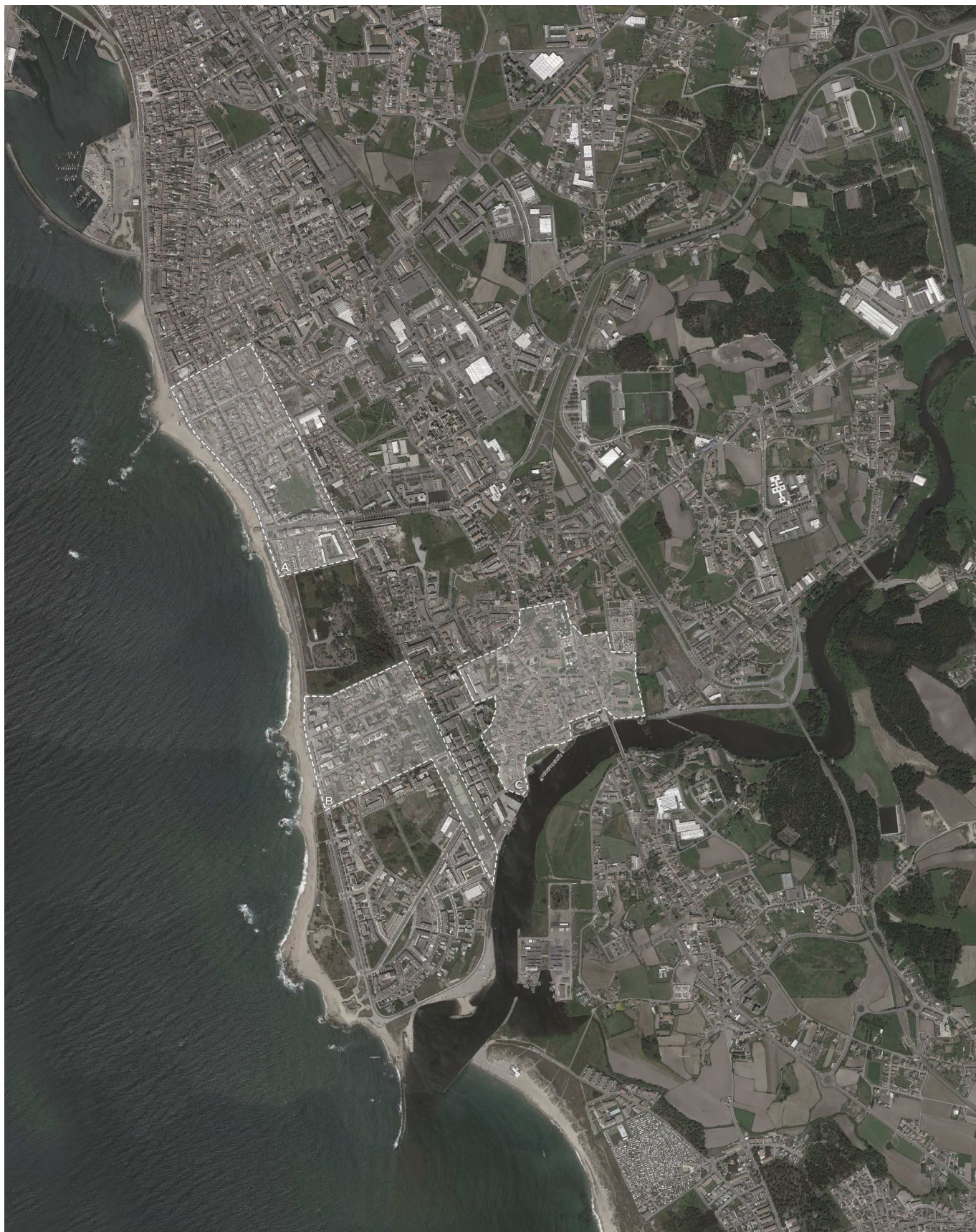
Fig. 11 - Mapa de Vila do Conde - José Francisco de Paiva, 1821-1824 , AMVC.

Fig. 12 - Ortofotomapa Localização de Vila do Conde - Elaborado pelos autores.











No final do séc. XIX, início do séc. XX, surge um outro impulso no crescimento de Vila do Conde. Com a vinda da população burguesa para as praias do Norte, devido à crença nos benefícios para a saúde e bem-estar do mar, surgem novas ruas e novas vivências. A zona circundada pelo rio e pelo mar, nova zona sul, começou a ser desenvolvida com a construção de chalés e palacetes de veraneio. Novas ruas foram lançadas para responder às necessidades desta nova população, em especial a Avenida dos Banhos [Figura 15] onde foram construídos o casino [Figura 14], o teatro e o hotel da avenida. No término desta rua, foi implementada a Avenida Júlio Graça, na forma de uma grande alameda, proporcionando um grande jardim burguês à vila (Oliveira, 2020) [Figura 18].

Ao longo do séc. XX foram realizados nesta zona inúmeros eventos automobilísticos e hípicas [Figura 16], com destaque para as corridas da “Princesa do Ave”, que a partir de 1931 tiveram início na Avenida do Brasil, junto ao Forte, e que se realizaram por várias edições com concorrentes vindos de vários países. O “I circuito do Ave” foi organizado pelo Turismo de Vila do Conde e com o apoio logístico da Comissão Desportiva da Secção Regional Norte do ACP- Automóvel Clube de Portugal. A requalificação da avenida pelo Programa Polis, em 2003, reduziu a faixa de rodagem automóvel que impossibilitou a realização das corridas (Motor 24, 2017).

Em 1951, com o aumento da população, para dar resposta a uma nova expansão da cidade, o Arquiteto Agostinho Ricca, elaborou o antepiano de urbanização de Vila do Conde. Este propunha urbanizar uma nova zona sul, com uma primeira faixa de habitação em contacto com o mar e um parque verde com serviços de apoio à população, aproveitando as zonas dunares que se encontravam sem qualquer tipo de uso. No entanto, apesar de possuir bastante potencial e pertinência, o plano nunca foi executado (Gonçalves, 2012)[Figura 19].



14



15



16

Fig. 13 - Ortofotomapa Vila do Conde, elaborado pelos autores.  
A - Bairro Piscatório de Caxinas  
B - Bairro Balnear  
C - Núcleo Histórico

Fig. 14 - Fotografia do Casino de Vila do Conde 1918, AMVC.

Fig. 15 - Postal da Avenida dos Banhos, onde é possível ver os diferentes Chalés de veraneio, AMVC.

Fig. 16 - Fotografia de um Evento Hípico séc.XX, AMVC.

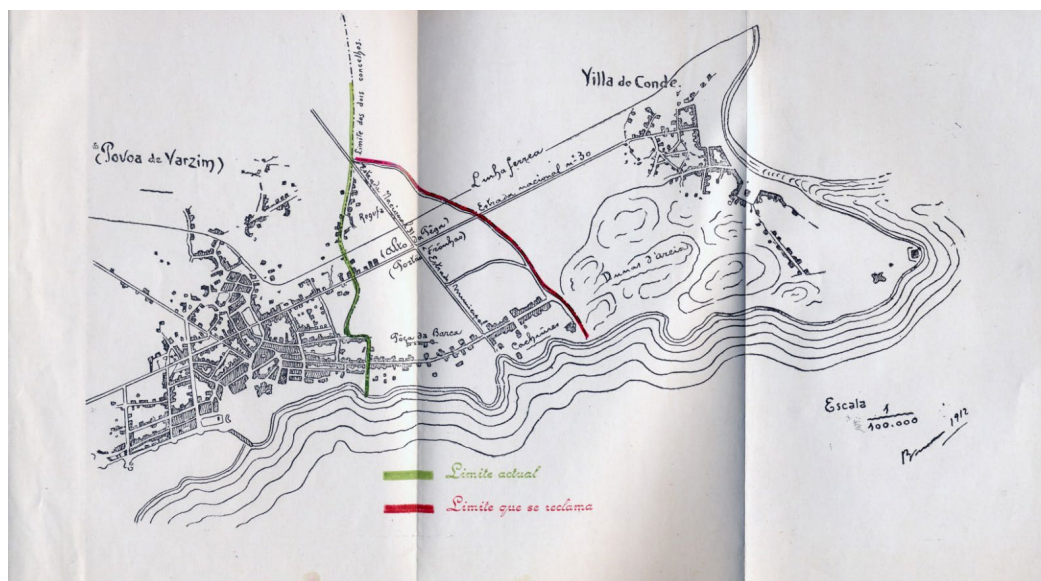


Fig. 17 - Mapa de Caxinas - 1912, Jornalismo Porto Net.



Fig. 18 - Planta de Vila do Conde depois de 1916| Bairro Balnear - Novas avenidas, AMCV.



Fig. 19 - Antepiano de Urbanização de Vila do Conde, 1951, Agostinho Ricca.



## Conjunto Habitacional Caxinas

1970-72

O parque urbano e o Parque Atlântico não são as primeiras obras de Álvaro Siza em Vila do Conde. Este já tinha duas outras intervenções: o complexo habitacional de Caxinas e o edifício da agência do Banco Borges & Irmão.

Em 1970, Siza Vieira é contactado por António Vila Cova, por sugestão do arquiteto responsável pelo departamento de urbanismo da câmara, Jorge Gigante, com uma encomenda para um projeto de habitação em Caxinas, num terreno junto ao mar, para o qual já tinha tido alguns projetos recusados. Vila Cova, como refere António Madureira, era um homem com bastante poder e influência na comunidade local constituída por pescadores e famílias de pescadores, com dificuldades económicas (Siza, 2021), (Madureira, 2022).

O projeto passava pela reabilitação de um edifício já existente, partindo da sua estrutura de betão armado, e a construção de um conjunto de novos edifícios de habitação.

«o projeto de série linear de Caxinas comportava uma estrita definição urbanística - integrando com a ideia de collage alguns elementos preexistentes de fraca qualidade - a partir de propostas de tipologia variável e adaptável a um processo de construção e de utilização» (Frampton, 1988, p.185).

Posto nesta circunstância, Álvaro Siza encontra-se restringido a elaborar parte do projeto em volta da estrutura pré-existente, assim como o projeto aos futuros moradores, visto que as casas já tinham sido vendidas (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).

«Em Caxinas, a linguagem racionalista dos edifícios realizados convive com uma metodologia que pressupunha a manutenção de edifícios ou programas existentes e a construção de novas estruturas segundo uma norma, mas com resultados indeterminados. Siza constrói nas duas extremidades do lote, criando algumas regras para o seu preenchimento» (Figueira, 2014, p.300).

Contudo, o que se observou mais tarde foi que a população não se adaptou às novas construções, sendo esse um dos motivos para que o conjunto habitacional nunca tenha sido construído na totalidade:

«ficou um desastre, os edifícios, as pessoas não queriam aquilo para nada, não tinha nada a ver com aquilo que entendiam como habitações, estupuraram tudo, não resistiu nada» (A. Madureira, entrevista pelos autores, fevereiro 8, 2022).



Fig. 20 - Fotografia sobre duas habitações do Conjunto Habitacional de Caxinas, Revista LOTUS n.º 9 (1975).

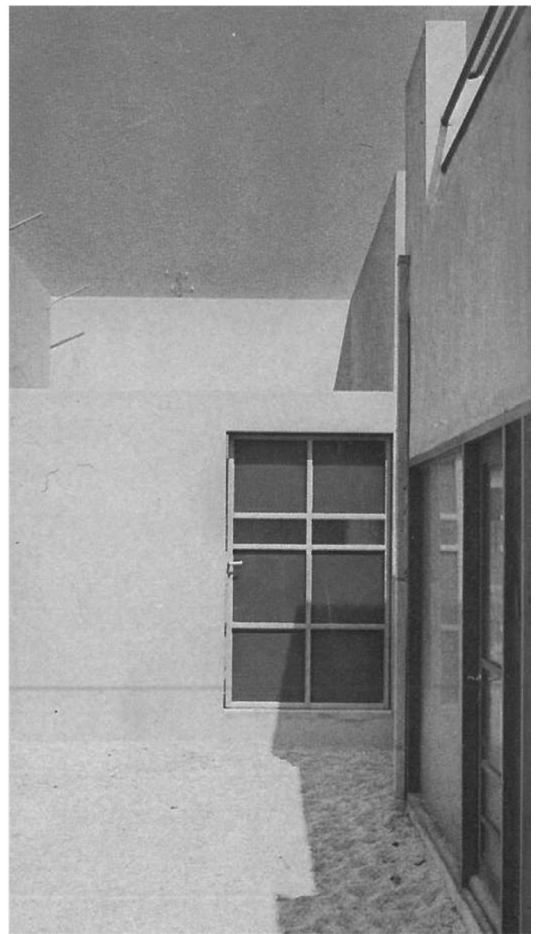
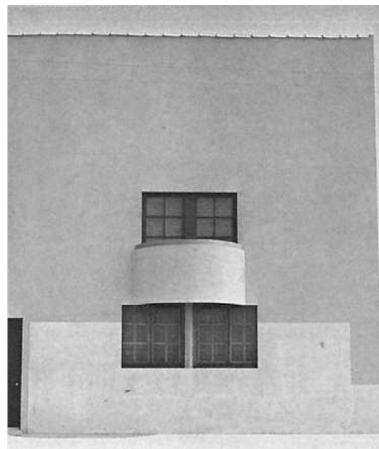


Fig. 21 - Fotografia do Conjunto Habitacional de Caxinas, Architecture D'Ajoud'hui n.º185.

## Banco Borges & Irmão

1978 | 1986

Após o projeto em Caxinas, Álvaro Siza regressa à cidade para uma nova intervenção, em 1986, com a encomenda do Banco Borges e Irmão. Em 1969, já tinha sido convidado para desenhar a filial do banco em Vila do Conde, que embora projetado, acabou por nunca ser construído. Anos mais tarde, em 1977, é convidado a elaborar um novo projeto para o banco, na localização do atual, não sendo construído. Mais tarde, é feita uma 3ª versão de um projeto para o banco, que corresponde ao que atualmente permanece construído (Furtado, 2015).

Na época em que projeta este edifício, Álvaro Siza descobre as publicações das obras de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, e a sua preocupação perante o controle da geometria aumenta.

«A geometria curva segue uma linha de continuidade com investigações anteriores em concursos e projetos não construídos. É uma preocupação que desenvolvi, provavelmente depois da descoberta de Alvar Aalto e de Frank Lloyd Wright, cujas publicações naquela altura estavam a começar a ser divulgadas.» (El Croquis, vol. 68/69, p.22).

Já no Banco Borges e Irmão, «a curva tinha outra origem, os clientes queriam um edifício com uma certa presença, mas a frente do local era demasiado pequena para fazer algo significativo. A curva continua a produzir uma ampliação da escala da frente da casa, por meio da sua extensão em direção à parede lateral, foi também necessário criar acesso a uma nova praça, e a curva serviu para produzir uma abertura no espaço urbano.» (El Croquis, vol. 68/69, p.23).

O banco ganha forma tendo como base um retângulo. Através da desconstrução do paralelepípedo e de um jogo de curvas em vértices opostos, ganha altura, aproximando-se às cêrceas da envolvente, dando vida ao volume branco.

Com o gesto curvilíneo, o volume aparenta fechar-se sobre si mesmo tendo apenas duas fachadas contínuas, mas, ao mesmo tempo, envolve-se profundamente com o contexto da cidade. A fachada envidraçada permite a criação de um jogo entre luz e sombra, possibilitando ver o interior, tal como o contraste entre os materiais usados, o reboco e o mármore, que faz o embasamento interior e exterior do edifício, assim como o pavimento e a marcação da entrada exterior.

A sua forma curva permite ainda que seja feito um acesso para a Praça José Régio, posteriormente construída.

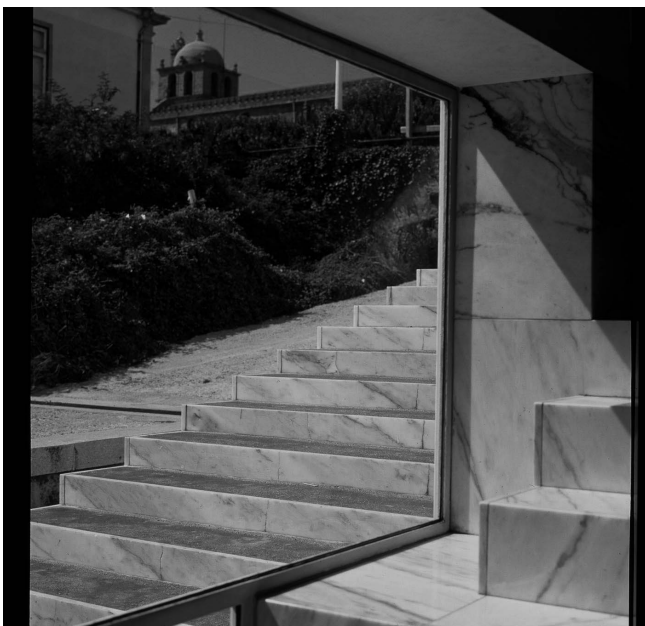
Fig. 22 - Fotografia Vista aérea do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

Fig. 23 - Fotografia Vista do interior do Banco Borges & Irmão II, Vila do Conde, Portugal, CCA.

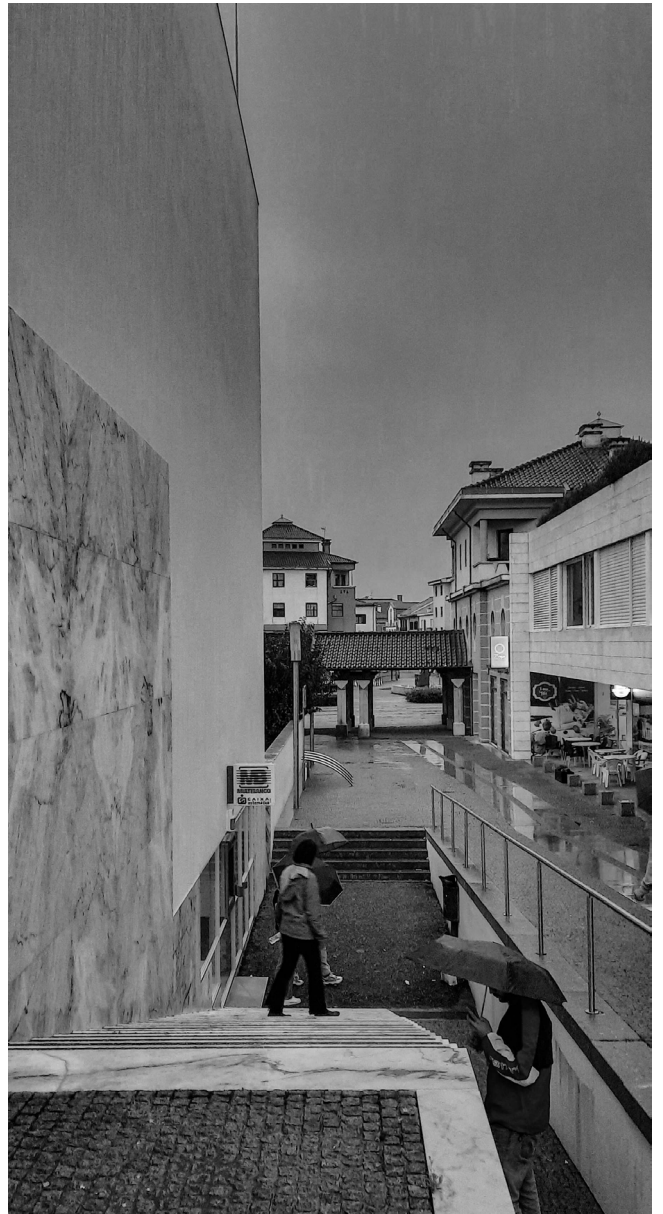
Fig. 24 - Fotografia do Banco Borges & Irmão, dos autores.



22

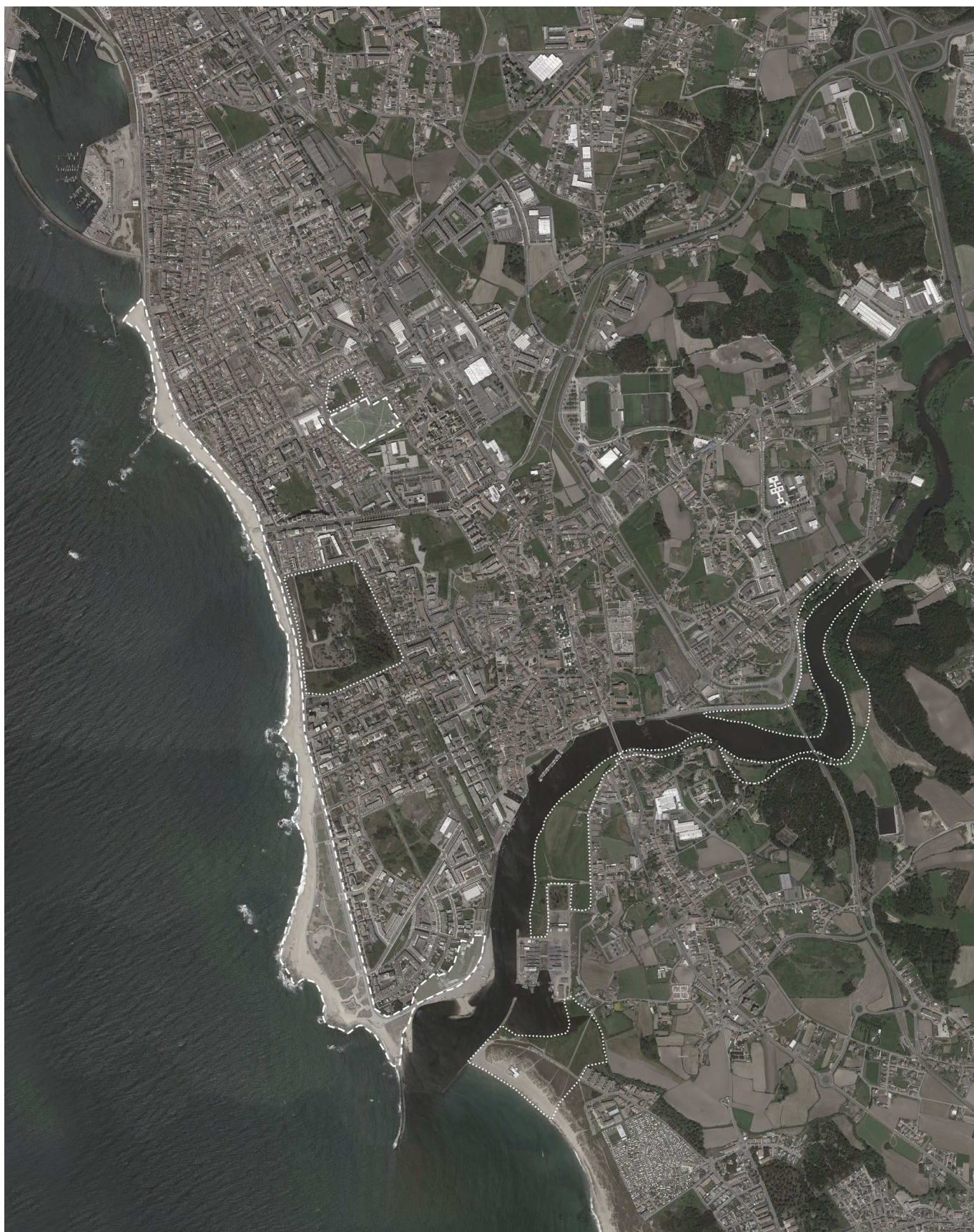


23



24







## Programa Polis

2000 | 2004

Após estas primeiras intervenções, é com a execução do Programa Polis que Álvaro Siza intervém no espaço público em Vila do Conde. Com o desenvolvimento do programa é gerado um debate crítico sobre a qualidade do espaço público e o modo de reafirmar a cidade, refletindo-se na sinergia da regeneração urbana e da qualificação do espaço ecológico com a introdução de um novo pensamento de cidade e de planeamento urbano.

O Programa Polis - Plano de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades - surge «através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território» do XIV Governo como uma das prioridades de desenvolvimento do País (Sousa, 2017). Para compreender o Programa Polis, importa refletir sobre os antecedentes integrados no contexto económico e social do País e da CEE.

Após a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, na segunda metade do século XX, Portugal surge numa situação de desenvolvimento económico e reformulação dos parâmetros de qualidade de vida de forma a alcançar os índices de competitividade europeus.

Tornou-se assim fundamental a criação e reestruturação de alguns setores estatais. Uma das vulnerabilidades compreendia o ordenamento do território e a qualidade de vida dos centros urbanos. Por esse motivo, foram criadas uma série de iniciativas pelo Estado Português para combater este tipo de carências.

À escala territorial são criados planos unificadores do território como o Plano Rodoviário Nacional e a criação da Reserva Ecológica Nacional; surgem também planos de desenvolvimento como o Plano de Desenvolvimento Regional ou o Plano Nacional da Política do Ambiente.

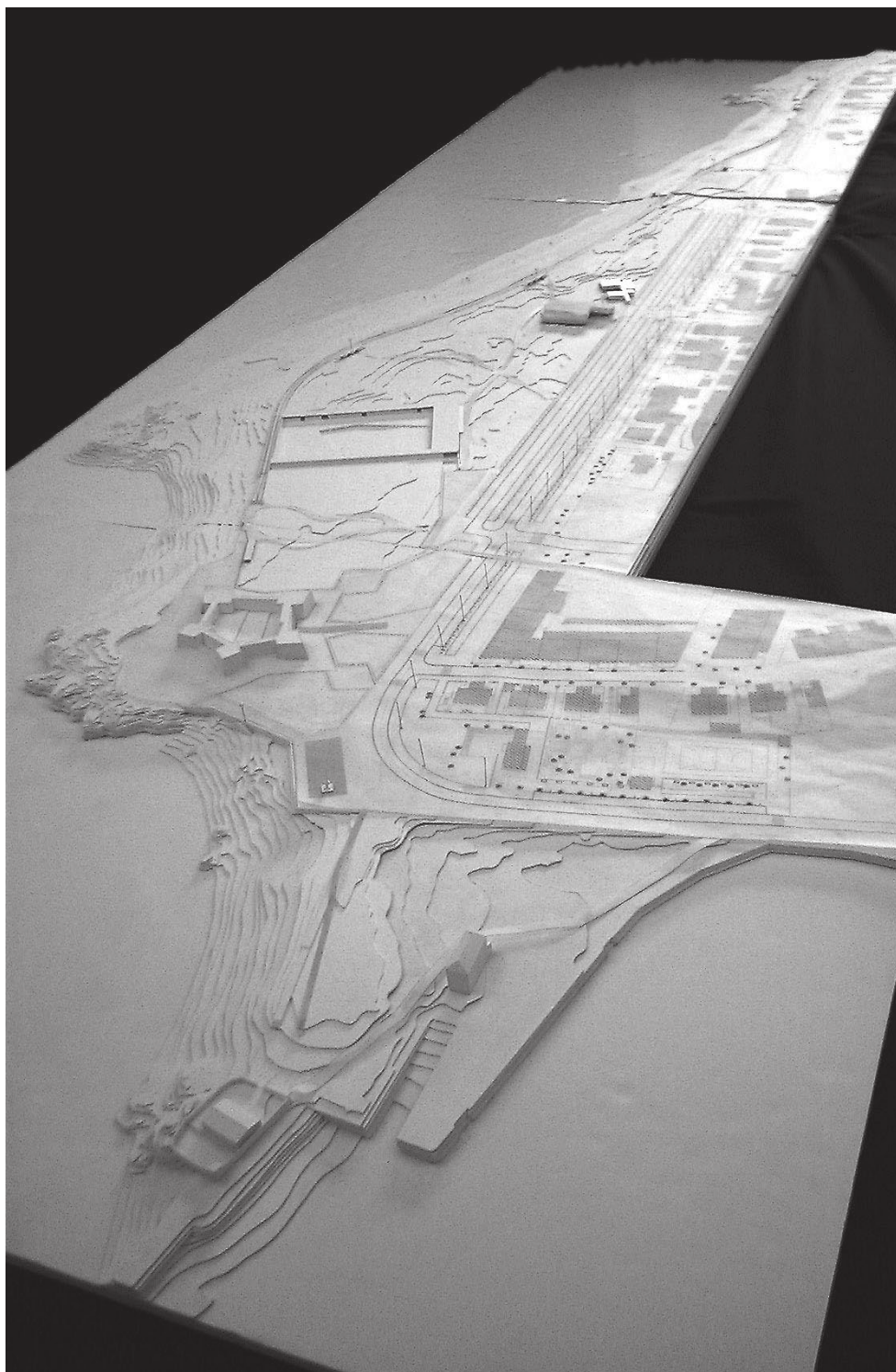
No entanto, é com a Exposição Internacional de Lisboa em '98, através da criação entre o Estado Português e a Câmara Municipal de Lisboa, a Parque Expo, S.A. que é feita uma ação interventiva na cidade através de uma nova forma de fazer cidade implementando novos conceitos e ideias.

A Expo'98, que atuou igualmente como uma demonstração mundial da inovação portuguesa no ordenamento do território e planeamento urbano, transmutou para debate a necessidade da reprodução de uma intervenção similar no resto das cidades portuguesas, elevando os parâmetros nos centros urbanos do País.

Com base nesse debate, é criado no XIV Governo Constitucional, o Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território com o intuito de requalificar os centros urbanos e valorizar ambientalmente as cidades. Com a criação de um Ministério respetivo a estes temas, dispuseram-se «condições para lançar um grande programa nacional que tire partido das disponibilidades financeiras do 3º Quadro Comunitário de Apoio e que desempenhe um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objetivo a qualificação dos meios urbanos» (MAOT, 2000).

Fig. 25 - Ortofotomapa Vila do Conde, Estratégia Programa Polis, dos autores.

----- - Construído  
 ..... - Não realizado





Este Programa Cidades, posteriormente denominado de Programa Polis, não pretendia resolver todos os problemas das cidades do País, mas sim dar um contributo e um impulso para os problemas enunciados num número limitado de cidades a intervir. Através da criação da Sociedade Polis, S.A. constituída pelo Estado Central e Local, foi designado um Plano com uma série de investimentos ordenados dentro de uma estratégia tipologicamente definida de intervenções para 18 cidades portuguesas (mais 10 por concurso em 2001) (Pinto Leite, 2007). Assim o Programa Polis surge como uma medida de apoio para a consolidação do crescimento urbano dentro de um enquadramento de desenvolvimento sustentável e ecológico das cidades.

Vila do Conde insere-se no Programa Polis como uma cidade dentro da periferia norte da Área Metropolitana do Porto com alguma densificação urbana apresentando problemáticas nos temas de ação do Programa Polis. Assim, o processo do Polis tenta tornar Vila do Conde como um centro urbano forte «enquadrada no percurso de modernização e qualificação urbana que a Autarquia Vilacondense vem percorrendo nos últimos anos». Por conseguinte, a ação do Polis visava concretizar projetos já idealizados pela autarquia em longo curso, agilizados num programa curto que geria todos os componentes, desde os estudos ao financiamento para a realização dos projetos (MAOT & CMVC, 2000).

A estratégia geral do Programa Polis de Vila do Conde nomeava as duas frentes de água como pontos mediadores do desenvolvimento urbano - a frente marítima e a frente ribeirinha. Nestas duas áreas fundamentais, a qualificação urbana, o ambiente e as acessibilidades foram tidos como temas chaves de atuação (MAOT, CMVC; 2000). O plano estratégico identificava a frente marítima com «enormes carências no que concerne ao tratamento do espaço público e à coesão das várias estruturas de fruição pública (...) e assume-se como uma barreira pouco digna na transição cidade/mar» (MAOT & CMVC, 2000). A qualificação destas duas frentes teria o papel impulsionador em Vila do Conde de introduzir novas estratégias de gestão

do território e de desenho urbano, quer no âmbito de investimentos públicos quer em privados.

No entendimento da estratégia geral, os projetos teriam como objetivo requalificar factos urbanos de caráter infraestrutural e de espaço público, trabalhando sobre o âmbito do desenho urbano. Introduzindo os conceitos emergentes das cidades verdes e intensificando o caráter turístico e de veraneio de Vila do Conde, o plano apostava num aumento de área de espaços verdes agregados a vias estruturantes, melhorando meios suaves de deslocação, introduzindo espaços lúdicos e de fruição, e somando zonas habitacionais.



26



27

Fig. 26 e 27 - Fotografia das obras do Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 28 - Fotografia da maquete do Plano da Marginal de Vila do Conde, Habitar Portugal.



Fig. 29 - Conjunto de imagens Render da Proposta do PolisVila do Conde, onde se pode ver os equipamentos propostos, AMVC.

Como referia Mário de Almeida, presidente da Câmara nesse período: «Os projectos a executar foram idealizados por Álvaro Siza Vieira, Alcino Soutinho, Manuel Fernandes Sá, Vítor Neves e Souto Moura, nomes conceituados da arquitectura nacional que, "à partida, garantem a qualidade das intervenções"» (Marques, 2000)

Siza trabalha sobre duas dessas áreas expectantes, pouco qualificadas: uma zona na Poça da Barca - futuro Parque Urbano, e a Frente dunar na zona Sul junto ao Forte São João - futuro Parque Atlântico / Frente Atlântica.

O Plano Estratégico organizava-se essencialmente em Projetos Estruturantes e Planos de Pormenor. Alguns desses elementos já teriam sido encomendados anteriormente, transformando o Programa Polis de Vila do Conde, num instrumento acelerador e materializador dos projetos:

«A autarquia encomendou-lhes os trabalhos ainda antes de ser conhecida a intenção governamental de lançar o Polis e, com isso, terá ganho tempo na aprovação dos projectos. Mário de Almeida, que é também presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, parece que já adivinhava o aparecimento do programa governamental e antecipou o trabalho de casa. Assim, as peças do "puzzle" encaixaram mais rapidamente num tabuleiro almofadado pelas verbas do Polis». (Marques, 2000)

Dentro dos projetos estruturantes, destacam-se o Parque Atlântico e o reperfilamento da Marginal até à Póvoa de Varzim, o Parque Urbano de Caxinas e o CMIA – Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental, como intervenções de maior relevância, juntando-se outras obras de carácter infraestrutural e de reabilitação do património edificado. Em concordância com os Projetos nas frentes de água, propunham-se Planos de Pormenor que qualificassem o espaço urbano com programas lúdicos e fruição ou habitacionais,

e que incluíam áreas para investimento privado. De norte para sul, foram definidos o Plano de Pormenor da Frente de Mar de Caxinas, o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres, o Plano de Pormenor do Parque Urbano, o Plano de Pormenor da Seca do Bacalhau e o Plano de Pormenor da Zona Ribeirinha Nascente.

Na execução deste Programa, gerido pela Sociedade Polis Vila do Conde, foram apenas realizados os projetos de maior relevância, destacando as intervenções de Álvaro Siza e a Avenida Marginal de Alcino Soutinho em concordância com o Parque Atlântico. Nenhum dos Planos de Pormenor foi executado, tendo sido apenas aprovado o Plano para a Seca do Bacalhau elaborado por Manuel Fernandes de Sá e o Plano para o Parque Urbano e as suas imediações por António Martins<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Existiram, contudo, estudos e concursos para o Plano de Pormenor do Pinhal Menéres (com uma proposta de intervenção do Arq. Alcino Soutinho) e para o Plano da Zona Ribeirinha Nascente.









## Parque Urbano de Caxinas

2000



31

O Parque Urbano foi encomendado em 1998, sob alçada do presidente Mário de Almeida, a Álvaro Siza que trabalhou com o Arquitecto Paisagista João Gomes da Silva. Precedente ao Programa Polis, a encomenda visava o desenho de um parque urbano que fosse dotado de pequenos equipamentos de valorização cultural e congregação social. Tendo inerente o objetivo de reestruturação do desenho urbano em comunhão com a valorização ambiental, pretendia-se que melhorasse a qualidade de vida promovendo o bem-estar da população. Até ao ano de 2000, apesar do projeto concluído, a obra não avançou por falta de verbas públicas. Contudo nesse mesmo ano, com a implementação do Programa Polis, a autarquia teve a oportunidade de levar avante a construção do parque.

O local escolhido compreende um terreno no interior de Vila do Conde, com cerca de três hectares, afastado da linha costeira, a norte do centro histórico, situado entre o Bairro das Caxinas (a poente), o Alto da Pêga (a nascente) e a Poça da Barca (a norte). Trata-se de um grande vazio urbano na cidade onde terá existido uma pedreira a céu aberto, e que com a sua desativação e abandono foi ocupada por vegetação sem intervenção humana [Figuras 32 e 33].

É essencial a leitura e compreensão da cidade, do local e da sua envolvente, pois estes são elementos fundamentais e justificativos do próprio desenho do projeto. Trata-se de um espaço transitório entre malhas urbanas que foram sendo construídas em momentos históricos diferentes, fazendo com que exista uma heterogeneidade no desenho urbano da cidade, seja a ortogonalidade predominante na malha urbana do Bairro das Caxinas ou a irregularidade do Alto da Pega. Estando este terreno situado entre núcleos habitacionais, após a desativação da pedreira, este terá servido à população enquanto espaço de passagem [Figura 31].

Fig. 30 - Fotografia aérea sobre o Parque Urbano de Caxinas, AMVC.

Fig. 31 - Fotografia aérea sobre o terreno do Parque Urbano de Caxinas antes da intervenção, AMVC.



Tratando-se de um projeto de espaço público, Álvaro Siza encontra no seu repertório de referências o Cemitério de Estocolmo dos arquitetos Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz. [Figura 39]. Um vasto espaço público com natureza desenhada e idealizada, com um recinto aberto ladeado por uma floresta nórdica no qual os arquitetos pontuam em locais estratégicos volumes arquitetónicos- duas capelas, e um crematório. Por entre as árvores descrevem-se os caminhos que circundam a floresta e as malhas do cemitério. Destaca-se o eixo principal, um longo caminho em linha reta, desde a entrada do complex até à Capela da Ressurreição. É uma “natureza desenhada”, na qual o terreno é também modelado. É elevado um monte arborizado que pontua o centro desta grande clareira, contrastante com a depressão no terreno que é inundada de água gerando um lago.

Em Vila do Conde, a intenção de desenho é simples e direta. À escala urbana, Álvaro Siza limita o terreno desenhando uma rua a norte partindo, assim, o terreno em duas parcelas - a norte, uma menor destinada à construção de habitações; a sul, a maior parcela, o parque urbano. Propõe ainda uma rua paralela ao parque no extremo sul, separando, assim, o parque urbano da Escola Básica 2/3 Frei João. Ainda a norte do parque, uma nova rua perpendicular subdivide a área de novas habitações em duas parcelas.

Limitando o perímetro de todo o parque com muros e gradeamentos, enuncia o parque enquanto *hortus conclusus*, pontuando no limite com aberturas nos vários cantos do terreno, nos cruzamentos e esquinas das ruas adjacentes. Desde cedo, Álvaro Siza, evidencia a sua intenção de estabelecer a relação interior/exterior do parque e da cidade com aberturas nos cantos dos muros. Nos esquiços e fotografia de maquete observamos as suas intenções de destacar os acessos ao parque com volumes singulares, uma espécie de pequenas torres de vigia ou pórticos [Figura 34]. Como se o parque se tratasse de uma fortaleza na qual o seu





interior devesse ser protegido. Um *hortus conclusus* com limites evidentemente definidos. Porém, estas ideias não passaram do papel para a realidade. Na versão final, os acessos são enunciados por portões com gradeamentos semelhantes aos restantes muros que limitam o parque, homogeneizando, assim, a leitura do limite do parque.

Partindo da leitura da envolvente, com a necessidade específica do local, projetou-se todo o chão. Deste modo, o solo é um tema fundamental deste projeto. Caracteriza-se predominantemente por uma encosta bastante suave que desce em direção ao mar. Desenharam-se pequenas ondulações que condicionam a visão e protegem os equipamentos dos ventos marítimos. No entanto, apesar de projetado, não se executaram na obra.

Em conjunto com a modelação do terreno, também a forma de percorrer o parque é idealizada enquanto ligação entre os vários acessos ao jardim. Estes caminhos, pelo seu desenho, obrigam a um prolongamento do tempo de percurso despendido para atravessar o parque. Ainda assim, existem caminhos mais diretos para o atravessamento. Estes adossam-se aos muros limite, facilitando o percurso, com uma geometria diferente - relacionados com a ortogonalidade da envolvente exterior ao parque. Em conjugação direta com o terreno desenhado, no centro do parque, nasce um lago artificial com uma forma singular.

O programa do parque urbano tem como objetivo dinamizar a população a nível cultural e social. Para isso, Siza desenha quatro volumes arquitetónicos - um centro de atividades, sanitários públicos, uma cafetaria e um volume destinado a arrumos. A localização periférica destes pequenos edifícios não compromete a unidade que é criada. Por um lado, os volumes brancos - centro de atividades e cafetaria - objetos de maior importância programática, que sobressaem pelos acabamentos exteriores. Os volumes brancos implantam-se no terreno de modo estratégico junto

a uma entrada. Seguindo a mesma estereotomia dos muros em granito, Siza desenha os lambrins como se os muros envolvessem os volumes brancos. Por outro, os volumes menores - sanitários e arrumos - que seguem mesma linguagem dos muros em granito, como de volumes monolíticos.

Os detalhes construtivos são evidenciados pelo rigor da obra. Numa procura geométrica em relação constante com a tecnologia e os próprios materiais. As caixilharias em madeira lacada a branco, que assentam em peitoris de granito, descrevem as aberturas nas várias fachadas. Possibilitando assim, entradas de luz, mais ou menos controladas, descrevendo o espaço interior.

---

Fig. 34 - Fotografia da maquete do Parque Urbano, Fundação Calouste Gulbenkian.



35



36



37





38

Fig. 36 - Fotografia do Café do Parque Urbano, AMVC

Fig. 35 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

Fig. 37 - Fotografia do Centro de Atividades do Parque Urbano, dos autores.

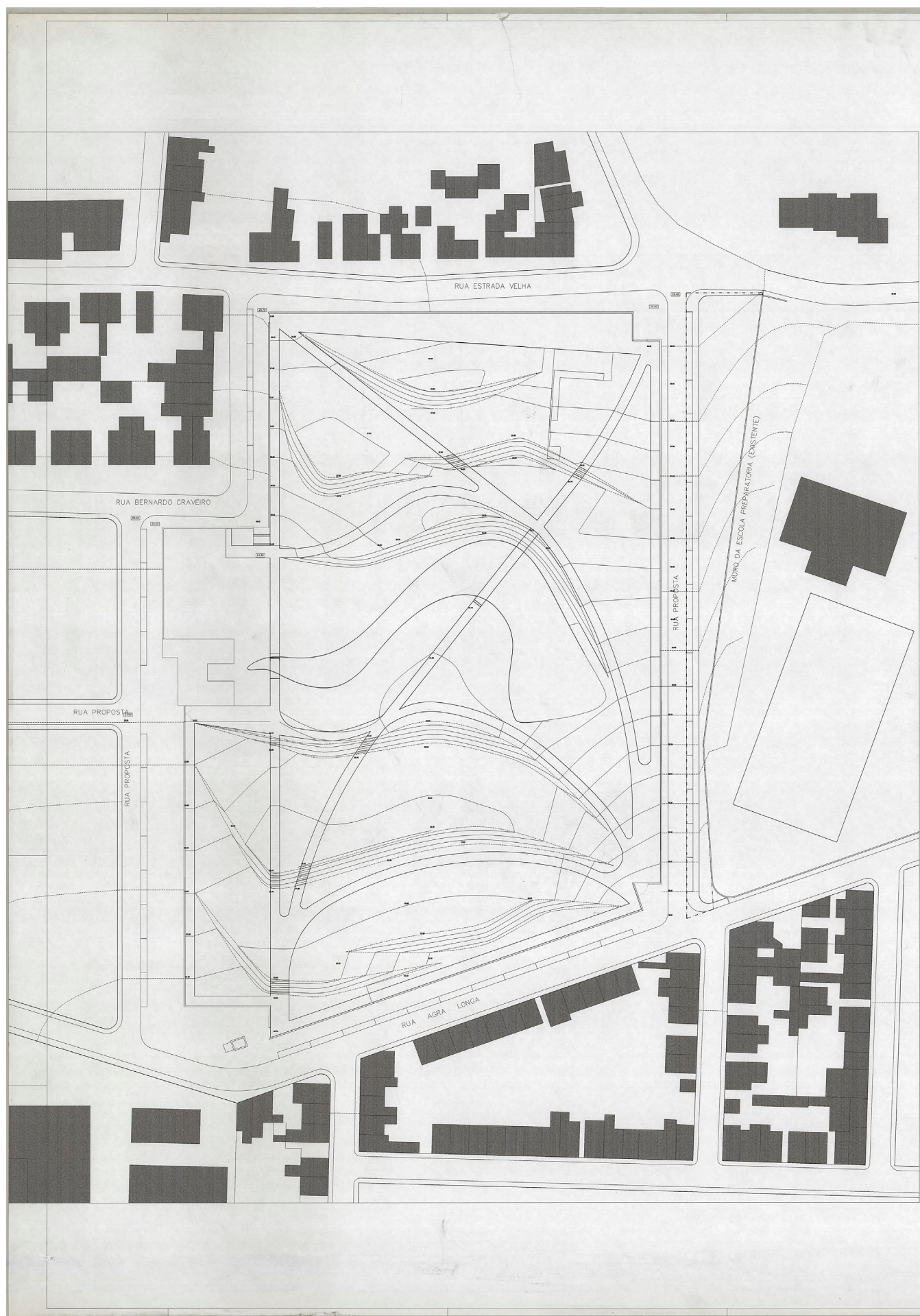
Fig. 38 - Fotografia dos percursos do Parque Urbano, AMVC

O centro de atividades [Figura 36] foca-se na dinamização cultural da população mais jovem. A entrada principal do centro de atividades dá-se pelo exterior dos muros do parque junto a um dos portões do mesmo. Partindo de uma planta em U, desenvolve-se o programa, dividindo-se em duas alas com salas de atividades variadas - uma mediateca, uma sala de informática, uma oficina e uma sala polivalente.

Relacionado com o centro de atividades, pelo muro que limita o parque a norte, existe um volume singular cúbico adossado às escadas da entrada na da Rua Bernardino Craveiro. Este volume acolhe os sanitários públicos, seguindo a materialidade e estereotomia dos muros de granito adjacentes. A entrada dá-se pela face norte deste volume. O interior é completamente fechado ao exterior, sendo que a iluminação é artificial.

Noutra ponta do parque urbano, a cafetaria [Figura 35] foi o equipamento que mais alterou no projeto. Um pequeno volume paralelepípedo caracteriza a entrada do parque na interceção da Rua da Estrada Velha com a Rua Sra. Do Leme, a nascente, seguindo a mesma linguagem arquitetónica do centro de atividades. A cafetaria tendo aproximadamente 120m<sup>2</sup> de área bruta foi pensada para ser ocupada por um máximo de 30 pessoas. Siza desenha um espaço interior que se relaciona com o parque através de uma janela ao comprido na face poente. Um grande rasgo na fachada que abre o interior do bar para o exterior onde ladrilhos graníticos definem o espaço destinado à esplanada. Este espaço é limitado por um muro que, por sua vez, descreve o volume das arrumações e sanitários, seguindo a estereotomia e materialidade dos muros de granito.

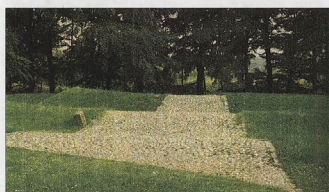








Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.  
Tallum Woodland Cemetery. Stockholm. 1917



Arq. Pals. Seven Hansen.  
Skanderborg County School. Skanderborg 1971

Arq. Pals. Torben Schonherr.  
AMU Center. Ballerup 1993



Arq. Gunnar Asplund e Sigurd Lewerentz.  
Tallum Woodland Cemetery. Stockholm. 1917



Arq. Sigurd Lewerentz.  
Malmö Eastern Cemetery. 1920.

Arq. Sigurd Lewerentz.  
Malmö Eastern Cemetery. 1920.

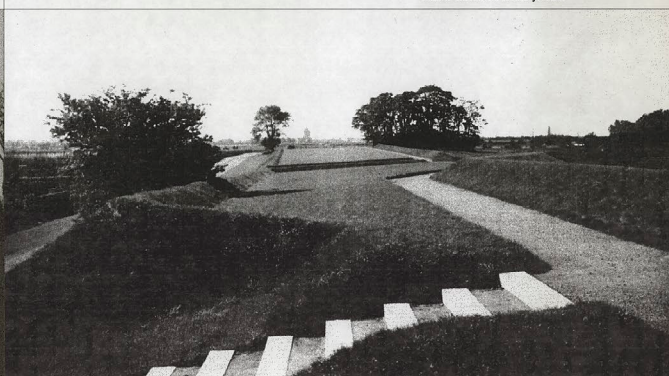
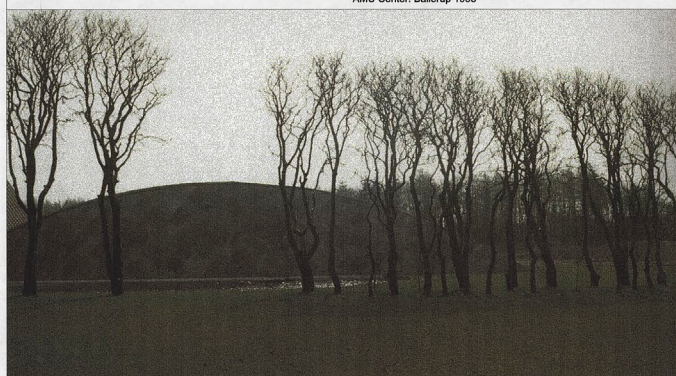


Fig. 39 - Painei Parque Urbano,  
Fundação Calouste Gulbenkian.







## Parque Atlântico

2003



41

A Frente Atlântica foi uma das áreas de intervenção do Programa Polis na vertente da transição entre a praia-cidade. Através da intenção de qualificar esta margem, surge na parcela sul, a possibilidade de regenerar uma zona com uma duna primária, destinada para a criação do Parque Atlântico. Esse projeto continha a duna, as avenidas perimetrais e as imediações da capela da nossa Sr.<sup>a</sup> da Guia como área de intervenção [Figura 41].

Tendo como intenção uma maior dinamização da marginal de Vila do Conde, o Parque Atlântico nasce como um espaço de atração turística. O projeto tinha como objetivo o reperfilamento da Avenida do Brasil, em concordância com o resto da marginal e a requalificação de todo o espaço da duna primária que se encontrava danificada. Para além das questões de regeneração urbana, o parque tinha como finalidade a exploração do espaço com equipamentos de lazer incluindo um bar, um restaurante, uma discoteca e uma piscina.

A proposta, que já teria sido encomendada anteriormente, visava qualificar o remate da marginal, de acesso às praias junto à costa rochosa. A duna encontrava-se deteriorada devido aos processos de erosão por diferentes circunstâncias - a apropriação automóvel na Avenida Manuel Barros para estacionamento na época balnear [Figura 42 e 43]; as atividades de restauração e desportivas que ocorriam sobre esta e as atividades culturais relativas aos circuitos que ocupavam a duna com estruturas de apoio. A Avenida do Brasil ajustava-se à capacidade automóvel, tendo uma faixa de rodagem larga e desqualificada. As presenças das edificações de interesse público não se encontravam salvaguardadas no desenho do espaço público.

Fig. 40 - Vista aérea sobre o Parque Atlântico, AMVC

Fig. 41 - Vista aérea sobre o terreno do Parque Atlântico antes da intervenção, AMVC

Através das intenções orientadoras do Programa Polis, o projeto propunha assim um redesenho dos limites da frente marítima, com muros de contenção, sendo todo o projeto um espaço de transição entre a cidade e o mar. A via que delimita a oeste a duna da praia foi redesenhada e convertida a pedonal e ciclável, em conformidade com a recuperação feita na própria duna, com a reposição do revestimento vegetal autóctone e definição de percursos limitados de atravessamento. O novo parque de estacionamento, junto à Avenida do Brasil, num espaço paralelo à mesma, resolve a estadia balnear. Os muros de contenção são rasgados por acessos ao areal, construídos por escadas ou rampas de acesso à cota da praia. O Forte de São João e a Capela da Sr.ª da Guia recebem um redesenho de espaço público focado no pavimento e na pedonalização dos espaços circundantes. A marginal é também redesenhada com o estreitamento das vias destinadas a automóveis, obrigando um abrandamento na circulação, priorizando os passeios e trechos verdes.

A proposta materializa-se essencialmente a partir de muros de betão, passeios alcatroados, alterando, na zona de maior sensibilidade, a pavimentos em saibro ou calçada delimitado por um lancil em granito. Este lancil também demarca os diferentes usos nas vias da marginal. A arborização e a iluminação, desenhada por Álvaro Siza, reforça os eixos das vias. Esta intervenção segue em concordância com o projeto do resto da marginal por Alcino Soutinho [Figuras 47 e 48].

Em complemento deste desenho de espaço público, foram previstos diversos equipamentos de diferentes escalas. Adicionalmente, em consonância com a estadia balnear, foram planeadas algumas estruturas permanentes de bar na rampa de acesso à Praia dos Banhos e junto ao Monumento relativo à primeira tentativa de desembarque; e temporárias ao longo da marginal. Na duna primária, seriam implantados os quatro equipamentos de maior escala – desenhados



42



43

Fig. 42 - Fotografia da Avenida do Brasil, AMVC.

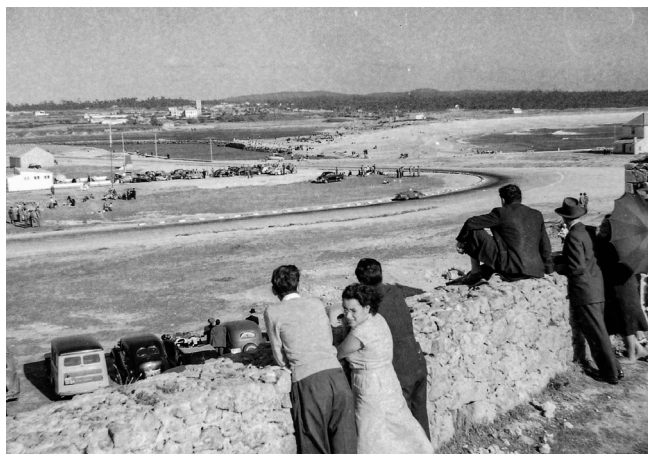
Fig. 43 - Fotografia da Marginal junto ao Forte, AMVC.

Fig. 44 - Fotografia dos apoios do Circuito Automóvel AMVC.

Fig. 45 - Corridas Automóvel Curva Castelo, AMVC



44



45

por diferentes arquitetos - uma cafetaria (100m<sup>2</sup>) e uma discoteca (1400 m<sup>2</sup>) de Álvaro Leite Siza (filho de Álvaro Siza); um restaurante de Eduardo Souto de Moura (500 m<sup>2</sup>) e uma piscina de água salgada (7400 m<sup>2</sup> dos quais 1477 m<sup>2</sup> de água) de Álvaro Siza.

Os equipamentos previstos nunca foram construídos, deixando a duna desocupada. A materialização do projeto apenas se concebeu no desenho de espaço público e na reestruturação da cidade. A razão pela qual nunca foram construídos estes equipamentos permanentes é incerta. Na verdade, um projeto com a ocupação da duna com equipamentos turísticos aparenta ter passado despercebido na memória. Quando questionado a alguns intervenientes, incluindo Álvaro Siza, estes não se recordam (A. Vieira, entrevista pelos autores, outubro 30, 2021) ou referem não ter passado de Estudos Prévios<sup>3</sup> (CMVC, entrevista pelos autores, fevereiro 1, 2022). Em concordância, e tal como sucedeu com outras operações do Programa Polis, é referido que não foram realizados por falta de investimento. Contudo, o próprio Siza em entrevista ao Jornal Público, refere a não concretização destes equipamentos:

«"A mais recente piscina que projectei infelizmente não se concretizou." O arquitecto Álvaro Siza Vieira lamenta que a piscina que tinha planeado para a marginal de Vila do Conde, integrada no Programa Polis local, tenha sido abandonada pela câmara. "É uma pena, porque um projecto daqueles tem que ter âncoras para funcionar plenamente", diz, referindo-se não só à piscina, mas aos também projectados e igualmente retirados restaurante, obra de Eduardo Souto de Moura, e um night club, pelo filho de Siza Vieira. "Espero que depois não venham dizer que aquilo está sem vida", diz o arquitecto.» (Marques, 1999).

<sup>63</sup> Durante a investigação, foram entrevistados o Arq.º Siza Vieira - que não se recordava do projeto; e alguns colaboradores da Câmara Municipal de Vila do Conde - referindo que alguns projetos não entraram em fase de execução por não haver investimento privado para os edificar. Contudo, no levantamento do material, existem projetos de execução/pré- execução de todos os equipamentos.



A razão pelo abandono por parte da Câmara em relação aos equipamentos é-nos desconhecida, eventualmente pelas razões de falta de investimento privado, tendo-se prolongado devido às condições económicas que Portugal enfrentaria.

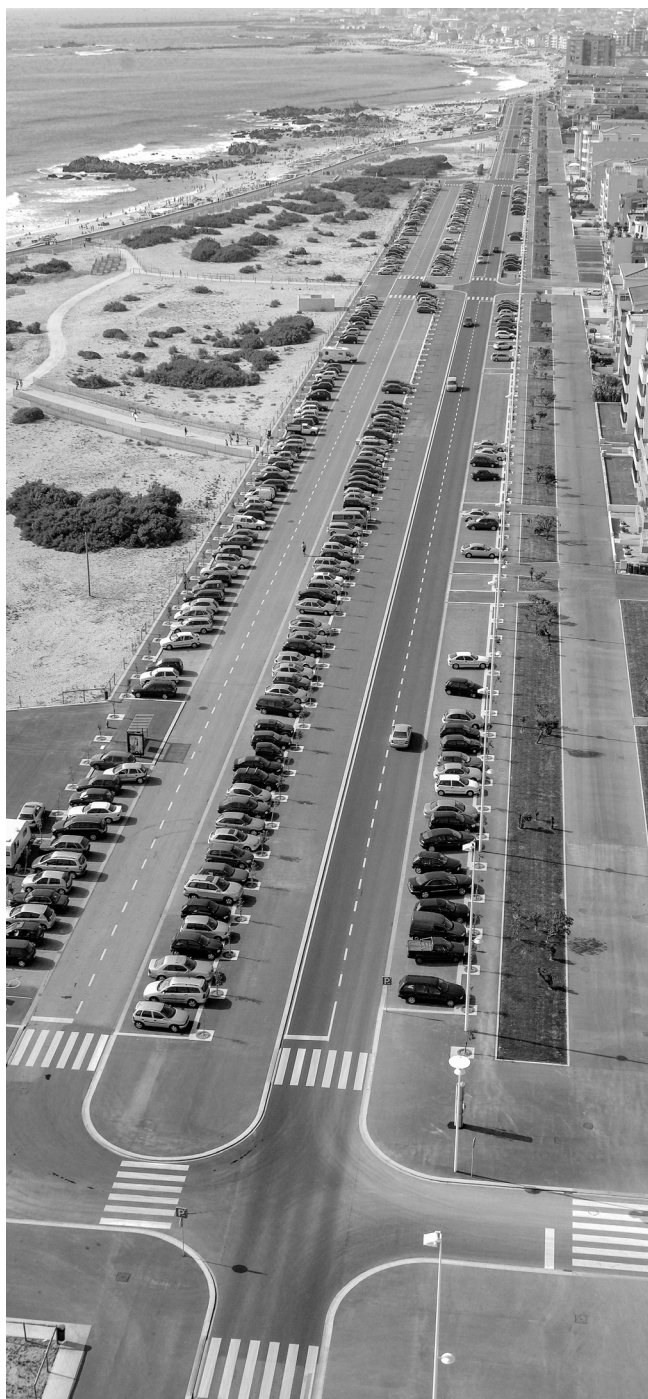
Em termos práticos, quando o projeto foi concluído, este constituiu uma nova relação de continuidade entre a cidade e o mar. Outrora era, por vezes, interrompida pelos circuitos de Vila do Conde [Figura 44 e 45], que terminaram após as obras da Marginal de Vila do Conde<sup>4</sup>. A apropriação da população foi favorável quanto à estratégia (Entrevista CMVC, realizada pelos autores, fevereiro 1, 2022), notando apenas carências ou divergência na iluminação- relatando falta desta; e na materialização das vias - relatando excesso de alcatrão nos passeios (Marques, 2006).

Uma vez que os equipamentos não foram construídos, o projeto que subsiste hoje apresenta-se apenas como um processo de renaturalização e de conservação do espaço natural em virtude de espaço público. A presença da duna e do seu manto vegetal desempenha um papel de mediação entre a frente mar com a frente urbanística edificada, ao invés de uma barreira desequilibrada e desqualificada.



Fig. 46 - Planta de Localização do Parque Atlântico, AMVC  
 A- Café de Álvaro Leite Siza  
 B - Restaurante de Eduardo Souto Moura  
 C - Discoteca de Álvaro Leite Siza  
 D - Piscinas de Álvaro Siza





47



48



49

4 Numa entrevista à CMVC, é relatado que, frequentemente, tornava-se impossível deslocar-se às praias a sul da margem norte de Vila do Conde, devido ao Circuito de Carros. Após a conclusão do projeto, foi notável uma nova permeabilidade, em consequência do novo desenho de espaço público e do fim do Circuito. Foi ainda mencionado que os Vilacondenses se adaptaram bem ao projeto e ao desfecho do Circuito, não tendo havido grande discordância quanto ao fim deste.

Fig. 47 - Fotografia da Via Marginal junto ao Parque Atlântico, AMVC.

Fig. 48 - Fotografia do Parque Atlântico na zona do Forte, AMVC.

Fig. 49 - Fotografia da maqueta da Piscina do Parque Atlântico, Habitar Portugal.



## Considerações Finais

Através deste trabalho, estabeleceu-se uma analogia entre uma ideia utópica de espaço público e a formulação de dois projetos de regeneração urbana de Álvaro Siza em Vila do Conde.

Quando consideramos o projeto da “Organização Insurrecional do Espaço”, a questão da duna é análoga aos projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde. De forma mais evidente, no Parque Atlântico, as dunas marcam presença no espaço público, definindo um equilíbrio entre o peso edificado e o vazio. Esta sobrepõe-se ao desenho divisório de classes, introduzindo um novo tapete natural. Libertando uma série de premissas da organização da cidade, o aglomerado de areia converte-se num novo agente gerador de espaço público, sobrepondo-se aos edifícios adjacentes. No Parque Urbano, as características formais do terreno e a sua função anterior, como elemento natural, foram imprescindíveis para o pensamento de o conformar como espaço público. Assim, os espaços verdes tornam-se num compromisso dos elementos naturais existentes e na sua valorização urbanística. Esses elementos primários, presentes no sítio, não só protagonizaram o valor do Parque Urbano, como melhoraram a qualidade da sua envolvente.

Por último, apesar de não terem sido construídos os equipamentos no Parque Atlântico, que levou a que o espaço ficasse desocupado em termos programáticos, reforçou o argumento presente neste texto - **uma duna que gerou espaço público**. Apesar da conceção do projeto se formar em torno da exploração da duna com equipamentos turísticos, a analogia com o projeto “Organização Insurrecional do Espaço” - uma duna que se sobrepõe aos processos de urbanização - especula a maior importância dos temas ambientais.

Assim elaborou-se uma narrativa histórico-argumentativa assente num pensamento de cidade sobre como **elementos naturais são potenciais geradores de espaço público** tendo como base os projetos de Álvaro Siza em Vila do Conde.



## Bibliografia

Andrade, D. (2017). As míticas corridas de Vila do Conde podem estar de regresso. Motor 24. <https://www.motor24.pt/sites/autosport/as-miticas-corridas-vila-do-conde-podem-estar-regresso/180223/>

Bandeira, P. (2014). Escola do Porto: Lado B. Editora Documenta.

Figueira, J. (2014). Periferia Perfeita. Caleidoscópio.

Frampton, K. (1988). Profissão Poética. GG.

Furtado, R. (2015). Complexidade e Contradição em Álvaro Siza. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto] [https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=37108](https://sigarra.up.pt/fbaup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=37108)

Gonçalves, M. (2012). Reabilitação do Centro Histórico de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/80419>

Guedes, P. (2019). Metamorfose Habitacional: o Bairro das Caxinas. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade do Minho]. Repositório Aberto da Universidade do Minho. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>

Leite, J. (2007). Ordenamento do Território e Cidades: Planos Municipais, sua execução, incluindo expropriações. Associação de Municípios do Oeste. [https://www.oestecim.pt/\\_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf](https://www.oestecim.pt/_uploads/Conferencia%20AFOeste.pdf)

Levene, R. & Márquez Cecília, F. (ed. lit.) (1999). Álvaro Siza. edição conjunta - volumes 68/69+95. Revista El Croquis.

MAOT & CMVC. (2007). Viver Vila do Conde: intervenção Programa PolisVila do Conde / Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde; dir. de intervenção Mota de Almeida; coord. Pedro Loza ; fot. Arte Fotográfica. Vila do Conde: PolisVila do Conde

Marques, A. (2000). Cirurgia urbana de 6,4 milhões. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2000/12/05/jornal/cirurgia-urbana-de-64-milhoes-152141>

Marques, A. (2006). Mais luz e segurança necessárias na marginal de Vila do Conde. Jornal Público. <https://www.publico.pt/2006/06/18/jornal/mais-luz-e-seguranca-necessarias-na-marginal-de-vila-do-conde-84744>

Marques, A. (1999). Vila do Conde com ambições. Jornal Público. <https://www.publico.pt/1999/02/03/jornal/vila-do-conde-com-ambicoes-129155>

Miranda, M. (1998). Vila do Conde. Editorial Presença.

Place, J. (1976). Histoires et tendances de l'architecture portugaise La passion d'Alvaro Siza (185). Revista L'Architecture d'Aujourd'hui.

Programa Polis. (2000). Programa Polis: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa; rev. Fernando Milheiro.

Programa Polis. (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T

Oliveira, S. (2020). O Impacto do Programa Polis na frente Marítima de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Beira Interior] Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>



Ribeiro, M. (2002). Trabalho e quotidiano numa vila do litoral – Vila do Conde no século XVIII – (Volume I). [Dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto]. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18636>

Rodrigues, J. (1992). Álvaro Siza: Obra e Método. Editora Civilização.

Rodrigues, J. (2006). Sociedade e Território Desenvolvimento Ecologicamente Sustentado. Editora Profedições.

Rodrigues, J. (1979). Utopia, Espaço e Sociedade: Notas do Seminário da ESBAP. Editora Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Rodrigues, J. (1975). Urbanismo e Revolução. Editora Afrontamento.

Toussaint, M., Sequeira, M. (2018). Álvaro Siza Guia de Arquitetura: Projetos construídos Portugal. A+A Books.

SOUSA, Joana Filipa Correia de - O impacte do programa polis : a (re) criação do espaço público urbano. - Lisboa : FA, 2017. Dissertação de Mestrado. [Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório Aberto da Universidade de Lisboa.<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/13905>



**Vazios Urbanos** em Vila do Conde  
Estratégia de Grupo



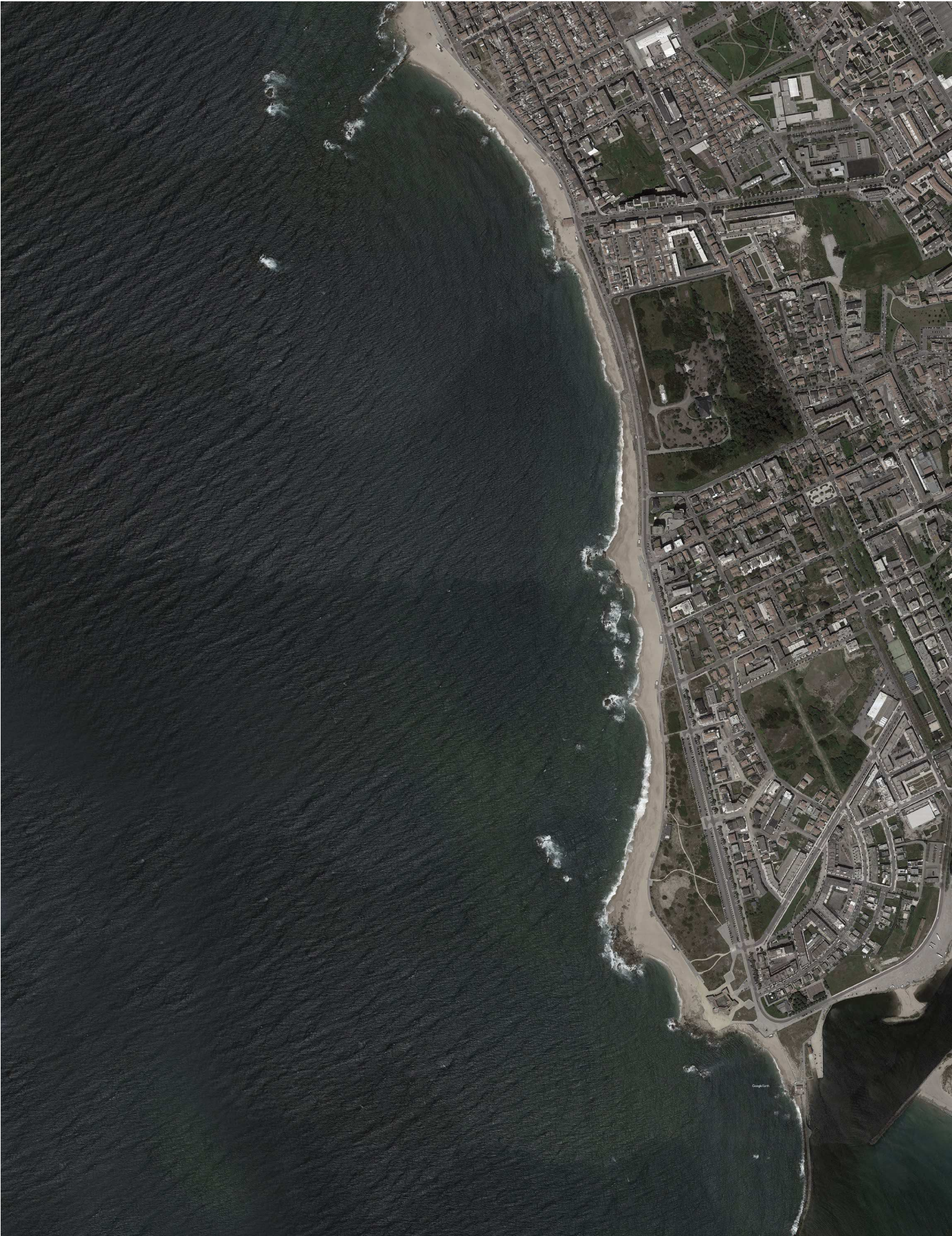






Fig. 51 - Ortofotomapa de Vila do Conde, elaborado pelos autores.





Fig. 52 - Fotografia da Capela da Nossa Sr.<sup>a</sup> da Guia, dos autores.

## Vazios Urbanos em Vila do Conde

Analisando a cidade no parâmetro territorial, é perceptível identificar diferentes malhas urbanas. Os vários processos de urbanização, em diferentes épocas, originaram um tecido urbano fragmentado, criando três grandes núcleos. Essa visão, antes esplanada, é motor de desenvolvimento para o tema dos Vazios Urbanos.

Hoje, com o limite urbano meramente consolidado, por influência das Avenidas lançadas a partir do séc. XIX, não persiste a necessidade de expansão do seu limiar periurbano. Assumindo que a cidade chegou ao seu ápice de crescimento, encara-se agora os seus problemas morfológicos.

Os diversos processos de urbanização, protagonizados por diferentes malhas urbanas, enalteceu a cidade de evidentes falhas urbanísticas no seu vínculo morfológico, gerando áreas por urbanizar. Estas áreas apresentam diferentes tipologias e formatos, estando presentes em todos os núcleos urbanos.

Estas áreas, no cerne da cidade, afiguram-se de “vazios urbanos”. Esta denominação não as posiciona numa caracterização de terrenos virgens ou de carácter baldio. Algumas destas áreas encontram-se equipadas com edificação e/ou programas específicos, não manifestando uma utilização produtiva ou, de outra forma, apresentam-se na iminência de um processo de urbanização especulativo. O conceito de vazio urbano, provém da definição dada pelo Arq.º Nuno Portas:

«Vazio urbano é uma expressão com alguma ambigüidade: até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios... No sentido mais geral denota áreas encravadas na cidade consolidada, podendo fazer esquecer outros “vazios”, menos valorizáveis, os das periferias incompletas ou

fragmentadas, cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reurbanizar ou revitalizar essa cidade-outra.»

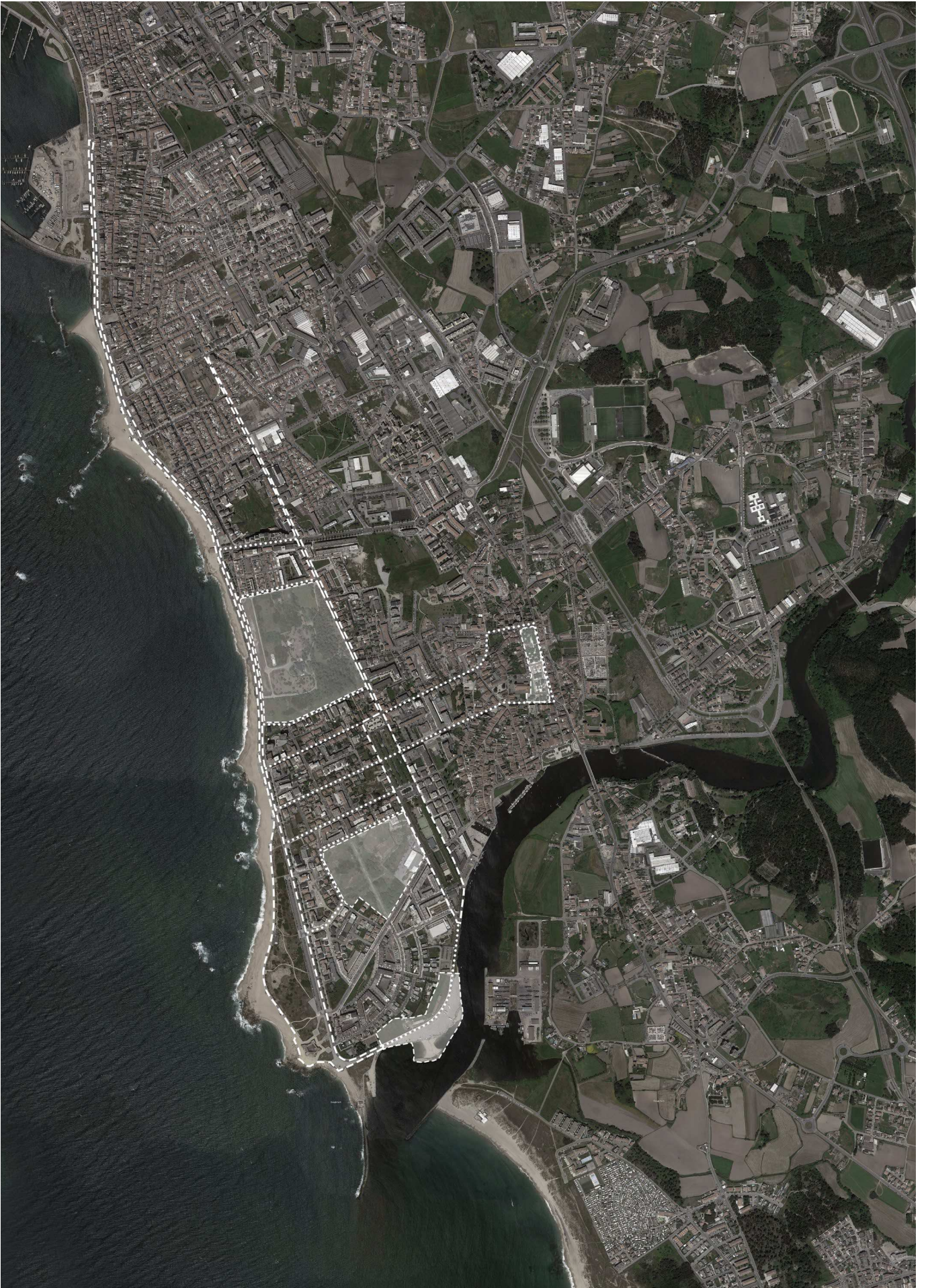
O Programa Polis refletia também sobre este crescimento pluriformal e os seus efeitos. Nomeando, em Vila do Conde, as frentes de água como fatores impulsionadores de coesão territorial, que careciam de qualificação urbana, concebe um plano estratégico de regeneração de espaço público, sobrepondo um novo desenho urbano capaz de solucionar falhas urbanísticas nas ligações mar/rio à cidade. Este plano, já supracitado, não só tratava desses eixos, como propunha consolidar alguns destes vazios que se encontravam na iminência de um processo de urbanização. Assim:

«podem criar-se oportunidades de intervir em áreas de tecido urbano desqualificado e pouco consolidado, quer ao nível da estrutura edificada, quer ao nível dos espaços públicos, regenerando e compatibilizando estas com a requalificação prevista para as zonas envolventes no âmbito da intervenção do Programa, que já prevê para estes núcleos a elaboração dos ajustados instrumentos de gestão territorial (...) por forma a definir padrões de qualidade urbana» (MAOT,2000)

No entanto, em Vila do Conde, a requalificação destas áreas não foi concretizada, deixando-as por urbanizar. Mediante da inevitabilidade da regeneração destas áreas carentes de relações urbanas, encarou-se para a estratégia geral a escolha criteriosa dos vazios urbanos de maior instância na sua consolidação. Estes quatro vazios [Figura 53] dispersam-se pelos três núcleos - Bairro Caxinas, Zona Balnear, Centro Histórico - conseguindo assim, alcançar integralmente diferentes vazios morfológicos da cidade.

Por via dessa seleção, é nomeada uma estrutura viária, que adquire um papel agregador das quatro áreas. Esta estrutura abrange três hierarquias de vias: congrega duas grandes Avenidas - nomeando a Avenida Marginal/







do Brasil (intervencionada pelo Programa Polis) e a via paralela composta pela Avenida Júlio Graça e a Avenida Baltazar de Couto; estas duas vias estão ligadas por vias perpendiculares - nomeando a Avenida do Ferrol, a Avenida Sacadura Cabral e, a Avenida Bento Freitas (Antiga Avenida dos Banhos); estas duas últimas vias estendem-se em direção à nacional 13 criando uma via conjunta em arco que encontra o vazio situado no centro histórico.

A nomeação destas vias, de forma a conceber a estrutura viária, contribui para a interligação de todos os vazios. Em conformidade com a tipologia das áreas delineadas, a consolidação destes lugares orientar-se-á de os evidenciar como áreas verdes, suprimindo a idealização de introduzir um modelo de urbanização especulativo, lotando as áreas de elementos construídos. Em vista disso, é idealizada para a estrutura uma transformação para que cumpra um elemento de ordenamento verde, onde sejam priorizados modelos de mobilidade suave, ao invés, da mobilidade automóvel. Inicializando esta ideia, é proposta a continuação de uma ciclovia, proposta no Programa Polis, completando-a com outros ramais de interesse ligação.

A diferenciação de malhas no tecido urbano, perante os núcleos, é resultado não só da evolução do desenho urbanístico, mas também das épocas em causa - em particular das vontades e expressões culturais presentes na evolução destas áreas

Robert E. Park, no artigo *The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment*, revelava:

«A questão é, contudo, que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam. A consequência é que a cidade possui uma organização moral e física, e estas duas interagem mutuamente de maneiras características para moldar e modificar uma à outra. É a estrutura da cidade que nos impressiona pela sua visível vastidão e complexidade, mas esta estrutura tem a sua base, no entanto, da natureza humana, que

é uma expressão.»

Ao analisarmos a zona balnear, é possível entender a sinergia entre o lançamento das Avenidas perpendiculares e o crescimento da cultura de Veraneio em Vila do Conde. O lançamento destas avenidas resulta, aliás, da necessidade de expandir a cidade para o mar, pela crescente afluência da população aos banhos pelos benefícios terapêuticos do mar (Miranda, 2015) e por serões de entretenimento (Miranda, 1998).

«Vila do Conde, sendo dotada de uma extensa faixa territorial, reconhece assim uma possibilidade de expansão e progresso, dando início a uma transformação da sua paisagem e configuração urbana. Em 1866, como ponto de partida de um plano abrangente de ocupação do território, até então vazio, é aberta a rua - estrada dos banhos, que mais tarde tomou o nome de Avenida Bento de Freitas (...), uma linha reta de cerca de 900 m, a partir do centro histórico (...) orientada no sentido nascente-poente que desemboca numa praia na altura deserta, a praia dos banhos» (Oliveira, 2020)

As estratégias individuais partem, assim, de uma leitura precisa, da formulação da cidade nas épocas neles inseridas e no enaltecimento dessa cultura numa intervenção interligada entre a história do lugar e a inevitabilidade da consolidação do mesmo com programas de importância na atualidade, segundo também o destaque para o câmbio climático.

Fig. 53 - Ortofotomapa de Vila do Conde com a estrutura viária e os vazios urbanos, elaborado pelos autores.

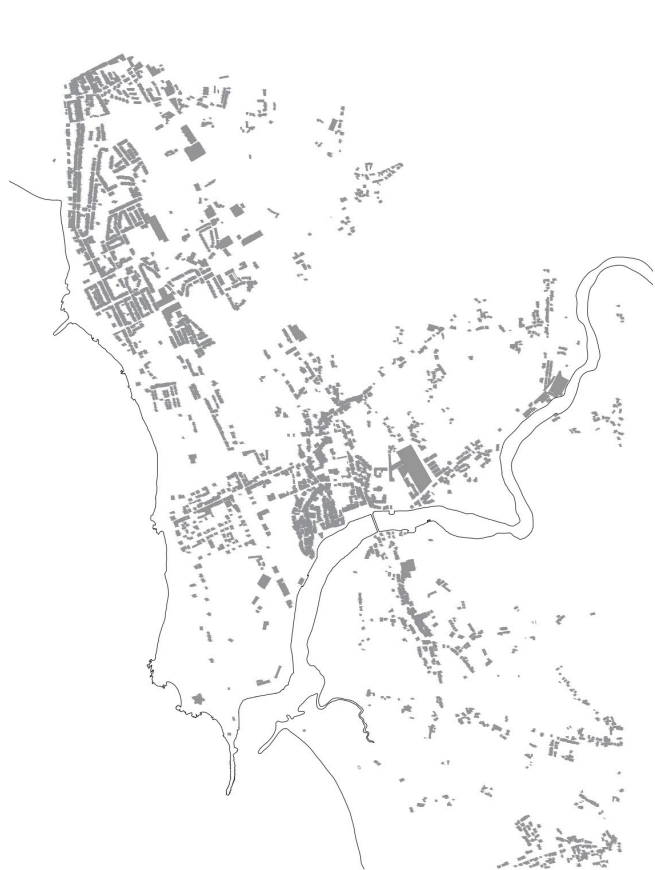




Fig. 54 - Figuras Fundos de Vila do Conde 1979/2003/2021, elaborado pelos autores.





Escala: 1:100 m

Parque Urbano  
Área: 200.000 m²

Aplique no Píxide  
Área: 100.000 m²

Assento Bordo do Rio  
Assento dos Banhos

Marginal Atlântica  
Rua: 100.000 m² e Rua: 100.000 m²

Revitalização do Mercado Municipal de Vila do Conde

Café  
Área: 100.000 m²  
Rua: 100.000 m²

Entre o Mar e o Rio

Restaurante  
Área: 100.000 m² e Rua: 100.000 m²

Discoteca  
Área: 100.000 m²  
Rua: 100.000 m²

Parque Urbano  
Área: 100.000 m²

Piscinas  
Área: 100.000 m²  
Rua: 100.000 m²

Parque Urbano  
Área: 100.000 m²

Fortaleza  
Área: 100.000 m²

Cais Cultural de Saco do Bacalhau

Costa Verde, Saco do Rio





Fig. 56 - Fotografia Capela da Nossa Sr.<sup>a</sup> da Guia, Fotografia dos autores.



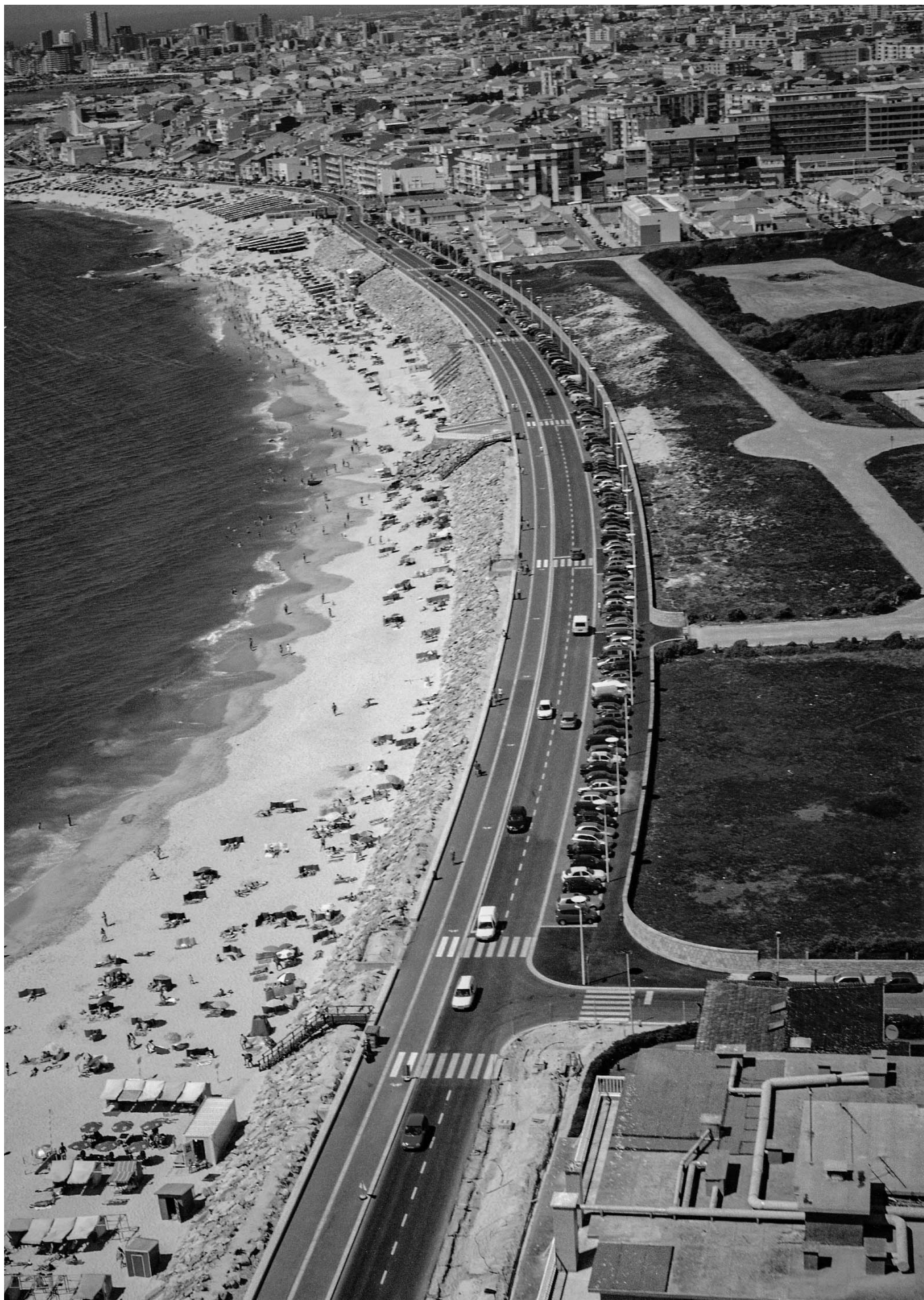
Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo (...)  
José Saramago, O Caderno (2009)



### ***A piscina no Pinhal***

Proposta integrada no Pinhal Menéres







# A piscina no Pinhal

O Pinhal Menéres, vulgarmente também conhecido como a Quinta do Eng.º Carvalho, é o vazio situado mais a norte. Corresponde a uma quinta de uso privado, delimitada por muros de granito, num terreno com características dunares - devido à sua localização costeira, que manteve a sua integridade ao longo do processo de urbanização da zona envolvente.

A sua integração na estratégia de grupo não provém de se considerar um terreno vago. Pelo contrário, o Pinhal Menéres apresenta alguns elementos distintivos - arvoredo de pinhal, muros de granito, e cordões dunares, estruturados no seu interior através de percursos e edifícios - que lhe conferem identidade e propósito. Alguns destes elementos alcançam até relações visuais com a sua envolvente, em particular na Avenida Marginal [Figura 18].

No entanto, a ausência de relações tangíveis com o espaço urbano envolvente, faz com que não pertença efetivamente às dinâmicas de utilização quotidianas, donde se possa integrar numa lógica similar ao identificado nos outros vazios urbanos. No presente, a quinta pode ser classificada como um terreno isolado do ambiente urbano circundante, pelo seu uso privado enaltecido pelos muros circundantes que definem um limite rigoroso que conserva um espaço verde interior, sem uso colectivo.

A construção daquilo que é hoje o Pinhal Menéres remonta para os inícios do séc. XX, quando o industrial José Menéres se propôs a arrendar um terreno delimitado pelas «traseiras do Palácio Hotel até às Caxinas», que se apresentava como um terreno dunar vazio, à Câmara de Vila do Conde. Na vigência desse contrato, José Menéres veda o espaço, constrói um casebre e inicia a plantação de árvores apropriadas à orla marítima [Figuras 2,3,4]. Posteriormente, Menéres adquire o terreno à Câmara durante o processo de



02



03



04

Fig. 1 - Fotografia da Via Marginal junto ao Pinhal Menéres, AMVC.  
Fig. 2 - Fotografia do terreno do Pinhal Menéres, Ana Ferreira de Carvalho  
Fig. 3 - Fotografia do Pinhal Menéres no lado marginal, Ana Ferreira de Carvalho  
Fig. 4 - Fotografia do terreno do Pinhal Menéres, Ana Ferreira de Carvalho

<sup>1</sup> Data sensivelmente da mesma altura, a compra dos terrenos onde é hoje a Fundação Serralves, no Porto, por Delfim Ferreira

<sup>2</sup> O Eng.º José Rodrigo de Carvalho casou com a filha de Delfim Ferreira, tendo cedido o espaço do Pinhal Menéres e gestão da unidade fabril da Fábrica do Mindelo.

<sup>3</sup> É relevante mencionar que a população usava a entrada Norte, onde existia uma sineta, e o portão aberto para levantar produção agrícola.

<sup>4</sup> A quinta albergava no extremo sudoeste anexos para apoio dos concursos hípicos realizados, normalmente, junto ao Forte de São João.

<sup>5</sup> Conversa realizada a Ana Paula Ferreira de Carvalho, filha do Eng.º José Rodrigo Carvalho, sobre a Quinta do Eng.º Carvalho/ Pinhal Menéres.

<sup>6</sup> É de realçar também os acontecimentos iniciados na década de 90 relativos à falência da Fábrica do Mindelo, que se encontrava sob gestão da família.

<sup>7</sup> É de realçar também os acontecimentos iniciados na década de 90 relativos à falência da Fábrica do Mindelo, que se encontrava sob gestão da família.





arborização. É a partir desta altura que o lugar ganha a designação de Pinhal Menéres (Raposo,2017).

Nos meados do séc. XX, Delfim Ferreira, importante empresário da indústria têxtil e eletricidade, compra o terreno do Pinhal Menéres<sup>1</sup>. Na mesma época, realiza investimentos fabris em Vila do Conde, sendo de maior relevância a abertura da Fábrica do Mindelo. Mais tarde, cede o terreno ao seu genro, Eng.º José Rodrigo de Carvalho<sup>2</sup> e o local passa a ser conhecido pela Quinta do Eng.º Carvalho (Raposo,2017).

É neste período dos anos 50/60 que o Pinhal Menéres sofre uma sequência de mudanças. O espaço é encerrado, através dos muros de granito que hoje ainda existem, e sofre algumas mudanças topográficas, em especial um aprofundamento de um vale dunar na extremidade norte costeira. São construídos alguns anexos, como a casa do guarda e edifícios de apoio da quinta de cultivo. Mais tarde, na zona do casebre construído por José Menéres, é feita a habitação da família do Eng.º Carvalho.

Durante este período, até a Revolução dos Cravos, a quinta tinha um carácter público-privado.

O espaço, apesar de constituir-se como a residência da família do Eng.º Carvalho, era aberto a atividades públicas. Essas atividades consistiam em produção agrícola e agendas culturais. Nos terrenos de cultivo fazia-se produção de hortícolas e animais, servindo a população<sup>3</sup>. As agendas culturais consistiam em festas rústicas, como por exemplo a desfolhada do milho ou concursos hípicas<sup>4</sup> (Miranda, 2015). Na esfera privada, a família do Eng.º Carvalho também fazia atividades de família, como por exemplo, gincanas de carros dentro dos percursos interiores asphaltados. Ainda de maior relevância, a construção de uma piscina é notada como um elemento bastante importante nas atividades familiares<sup>5</sup>. Este conjunto de atividades denota a importância que este espaço tinha para a comunidade Vila Condense, sendo um lugar participativo nos costumes da região e na família do Eng.º Carvalho,

sendo a sua residência e um lugar motor de diferentes acontecimentos.

Após o 25 de abril, deu-se uma alteração significativa. A quinta tornou-se apenas de uso privado, tendo ficado desabitada, após a partida dos filhos e o falecimento do Eng.º Carvalho, e da sua esposa mais tarde<sup>6</sup>. Toda esta área cercada estagnou, tendo ficado isolada da cidade. Observamos, ao longo do tempo, um declínio da Quinta do Eng.º Carvalho até aos dias de hoje<sup>7</sup>.



07

Fig. 5 - Fotografia da piscina existente, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 6 - Fotografia do Pinhal Menéres num evento hípico, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 7 - Fotografia da zona da piscina existente, Ana Ferreira de Carvalho.



Fig. 8 - Fotografia dos Anexos junto à Entrada norte,  
Ana Ferreira de Carvalho.



Fig. 9 - Fotografia da zona de Cultivo, Ana Ferreira de Carvalho.





No âmbito do Programa Polis, a intervenção em Vila do Conde assentou na requalificação urbana adossada às frentes de água, com maior impacto, a renovação da Avenida do Brasil - num novo reperfilamento da via marginal junto à Quinta do Eng.º Carvalho - pelo Arq.º Alcino Soutinho. No plano estratégico de Vila do Conde, era também prevista a elaboração de vários Planos de Pormenor, com investimento privado, de zonas de edificação, maioritariamente de qualificação habitacional e/ou comercial (MAOT & CMVC, 2000).

No decorrer do Plano Estratégico, é proposto a elaboração de um plano de pormenor da área da Quinta do Eng.º Carvalho (MAOT & CMVC, 2000), no qual a ocupação da quinta começa a ser discutida. Previamente à definição da proposta de plano, foi realizado um concurso para a escolha da equipa, onde já é possível encontrar diferentes estratégias de transformação<sup>8</sup>.

O concurso para o desenvolvimento do Plano de Pormenor pretendia dar resposta a duas vertentes: uma vertente urbanística - com a estruturação de um processo de urbanização nos limites norte e sul, com parâmetros de edificação segundo os termos do PDM vigente e implementação de um equipamento hoteleiro; e uma vertente de qualificação ambiental - com o enquadramento do coberto vegetal interior e sua transformação num parque para práticas desportivas e recreativas. (Quatenaire)

A conceção do Plano partia, em primeiro lugar, da concretização dos elementos presentes no PDM, com o prolongamento da Rua de Santa Catarina até à Avenida do Brasil, atravessando o Pinhal, parcelando uma área considerável no limite norte. Nesta área a norte, e uma parcela agregada ao pinhal no limite sul, eram delineadas as zonas de Construção do Tipo I que se «destinam preferencialmente à construção de edifícios para habitação coletiva(...)» de baixa densidade (Progeta). As premissas do plano acautelam também «uma forte componente de valorização ambiental», em especial da massa arbórea existente e da moradia do

Eng.º Carvalho (Sítios e Formas). Na restante área do Pinhal Menéres, definida como Zona de Equipamento, previa-se um parque urbano, preservando a massa arbórea existente. Na proposta do atelier Quatenaire, por exemplo, é proposto este parque com a reabilitação da casa principal como equipamento público, a constituição de um jardim de inverno, a construção de uma série de campos de jogos e de espaços lúdicos didáticos à componente ambiental e a constituição de uma série de passadiços. (Quatenaire)

<sup>8</sup> Análise feita das diferentes candidaturas a concurso - Atkins; Germano de Castro Pinheiro - Arquitetos; GIPP, Lda. - Gestão Integrada de Projectos e Planeamento; GITAP - Gabinete de Estudos e Projetos; Quatenaire - Rui Passos Mealha arquiteto lda; Patrício Martins - Arquitectura, Engenharia, Planeamento, LDA; Progeta; Sítios & formas; Vasco da Cunha - estudos e projetos (lisboa), s.a. - disponíveis no Arquivo Municipal de Vila do Conde.

Fig. 10 - Fotografia da Via Marginal junto ao Pinhal Menéres, Ana Ferreira de Carvalho.

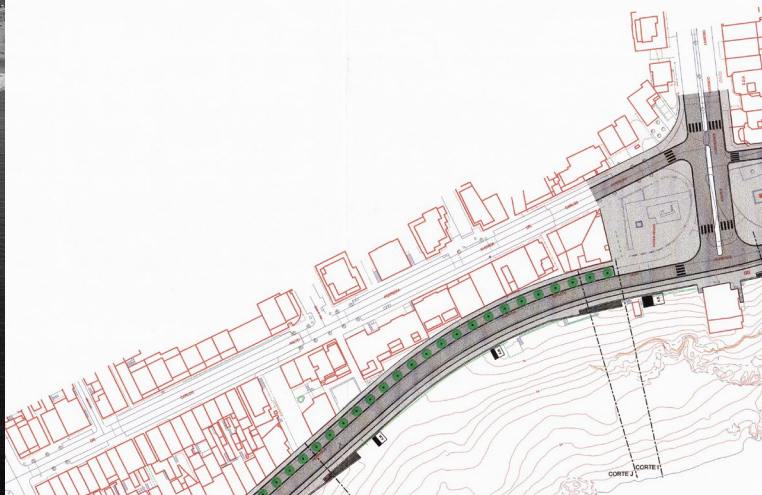
Fig. 11 - Fotografia do Pinhal Menéres na zona da Avenida Marginal, AMVC.



12



13





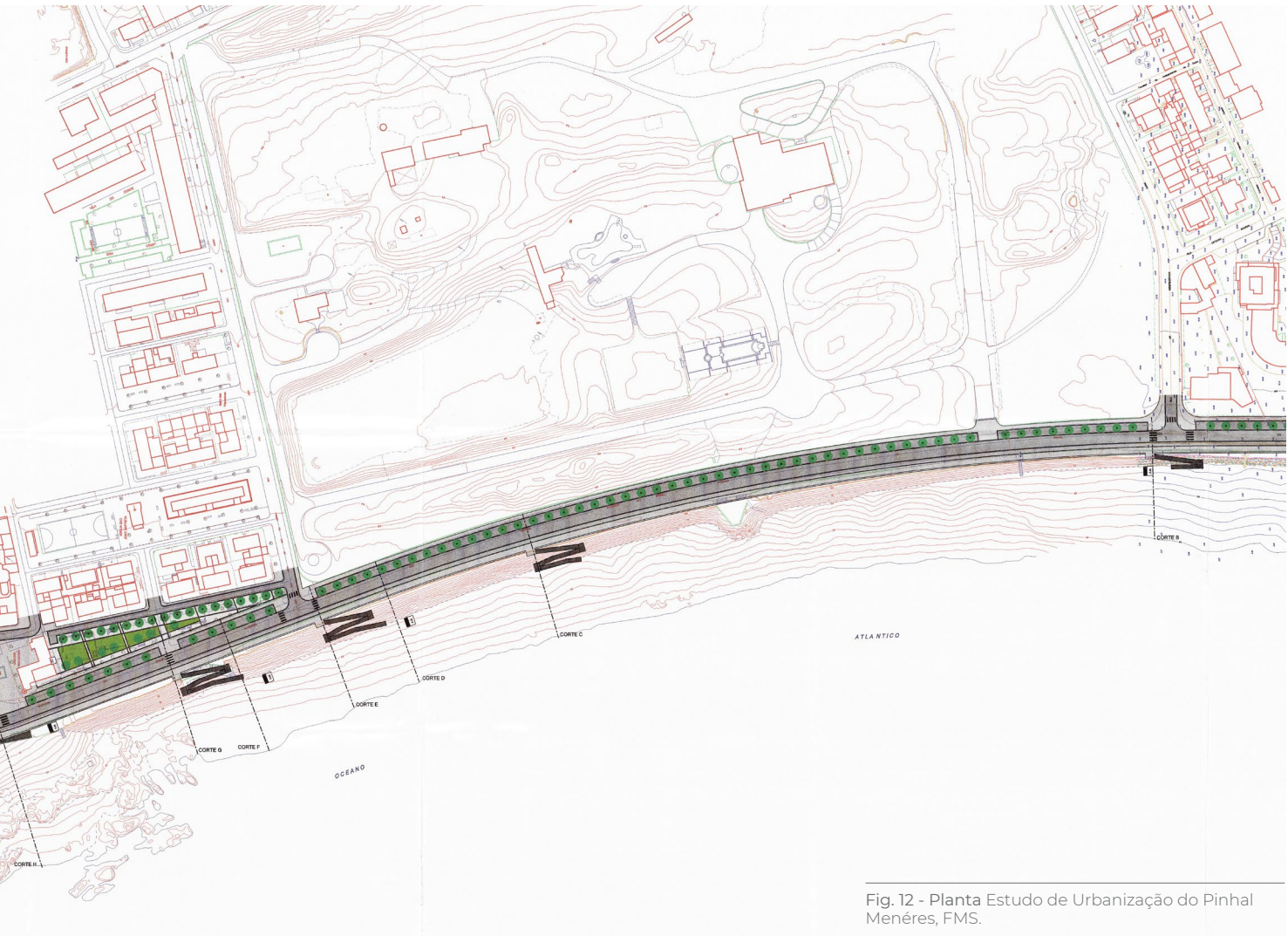
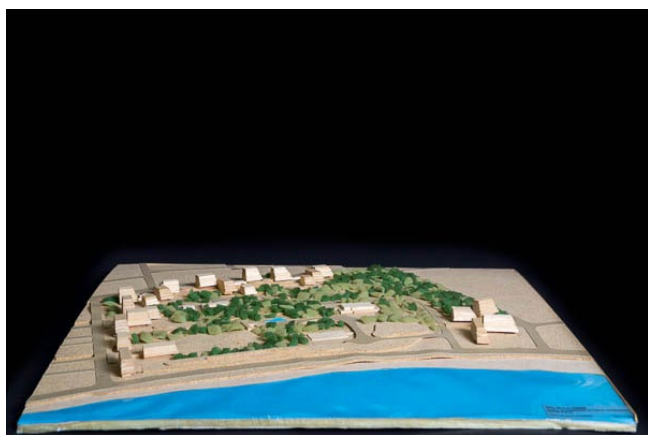


Fig. 12 - Planta Estudo de Urbanização do Pinhal Menéres, FMS.

Fig. 13 - Fotografia do Pinhal Menéres, AMVC.

Fig. 14 - Planta da Avenida Marginal (Avenida do Brasil junto ao Pinhal Menéres), AMVC.



15



16

No concurso foi, no entanto, premiada a proposta do Arq.º Alcino Soutinho, que não contemplava algumas das orientações descritas acima. Esta solução não atendia o novo arruamento, considerando o lugar como uma entidade única. Eram inseridos uma série de edifícios de volumes fragmentados de diferentes cérceas no limiar norte e este, com entradas exclusivas, albergando o programa habitacional. O equipamento hoteleiro inseria-se na mesma tipologia dos edifícios de habitação coletiva no extremo sudoeste. O resto da quinta não continha nenhuma intervenção profunda, abrindo a possibilidade de a Habitação do Eng.º Carvalho servir uma Fundação Carvalho num parque verde [Figura 15 e 16]

O plano contudo não será formalmente desenvolvido, nem nenhuma das suas propostas foi implementada pela Câmara Municipal de Vila do Conde. A elaboração deste plano (e outros planos de pormenor desenvolvidos neste contexto) acabou por ser abandonada, subsistindo apenas as intenções no PDM. (CMVC, entrevista pelos autores, 01 fevereiro 2022)

Aquilo que hoje reconhecemos, o Pinhal Menéres manteve a sua integridade, estando sem uma utilidade de grande valor.

---

Fig. 15 - Fotografia da maquete da proposta do Plano de Promenor do Pinhal Menéres, FMS.

Fig. 16 - Fotografia da maquete da proposta do Plano de Promenor do Pinhal Menéres, FMS.





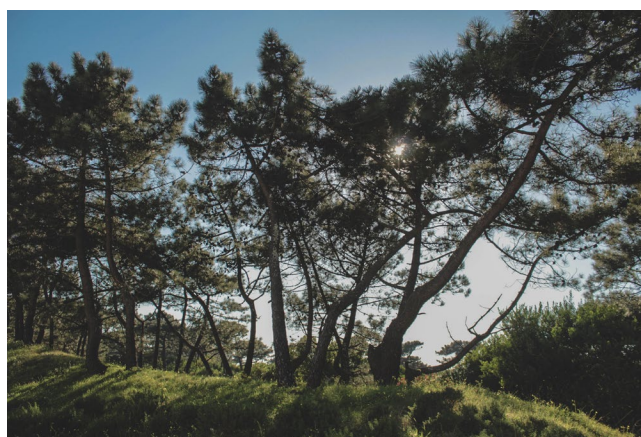
O Pinhal Menéres é uma parcela do tecido urbano, que se apresenta como uma área, fortemente delimitada, de um terreno natural no espaço urbano. No seu interior, o terreno é constituído por solos com características dunares, com uma modelação oscilante devido à constituição de grandes aglomerados de dunas. Em especial, existe a presença de uma duna primária no limite da Avenida do Brasil, parte do cordão dunar. A flora é predominantemente vegetação da orla marítima, com a duna primária revestida por vegetação herbácea perene; e por pinheiros do tipo Pinheiro-bravo e Pinheiro-manso, em predominância na zona leste numa duna secundária.

Estas características dão à Quinta do Eng.º Carvalho uma importância ambiental, pela presença de um território com qualidades ecossistêmicas e pela biodiversidade característica da região. Em virtude desse valor, considera-se de extrema importância, não só a preservação deste limite, como também a melhoria do cordão de vegetação na zona dunar balnear (desde o Parque Atlântico até à Póvoa do Varzim), para que esta conservação ambiental não subsista apenas na área do Pinhal Menéres, mas que a colonização dunar se alastre pela orla marítima, seguindo os princípios de preservação do Plano de Ordenamento da Orla Costeira que prevê a preservação do cordão vegetal da zona do Mindelo.

A transformação do clima, em virtude das alterações climáticas, torna importante a preservação deste tipo de territórios para a proteção do ecossistema e do bom funcionamento dos processos naturais anti erosivos. Mediante o câmbio climático, a Proposta integrada do Pinhal Menéres procura a utilização da área da Quinta do Eng.º Carvalho como equipamento verde, afastando a possibilidade de inserção de um processo urbanístico de grande escala, que venha danificar o terreno e a vegetação dunar. A consciência da necessidade de proteção dos solos das orlas costeiras e da importância dos problemas da excessiva impermeabilização dos solos, é um dos argumento base para a definição do

Pinhal Menéres como um espaço gerador de urbanidade, sem que este tenha de acolher um programa edificado extenso. Assim, a Proposta integrada propõe a utilização da área do Pinhal Menéres como um parque de utilização pública, que introduza a possibilidade de atravessamentos urbanos e acolha dois equipamentos recreativos e de lazer.

A inserção destes equipamentos num grande parque existente teve como referência os espaços da Fundação Serralves - com o projeto do Parque e Museu de Serralves de Álvaro Siza. O Parque de Serralves pode ser entendido como a consolidação e preservação de uma área verde, com a posterior inserção de um museu. De características muito parecidas ao Pinhal Menéres, tratava-se de uma quinta que pertenceu ao industrial Delfim Ferreira (com a sua compra na década de 50) tendo sido vendido ao Estado Central para a preservação do espaço e criação de um parque público e da Fundação Serralves para a concretização do Museu de Arte Contemporânea<sup>9</sup>.



18

<sup>9</sup> Fundação Serralves (ed. lit.). História do Parque de Serralves. <https://www.serralves.pt/institucional-serralves/parque-historia/>

Fig. 17 - Fotografia do Pinhal Menéres, AMVC.

Fig. 18 - Fotografia do arvoredor do Pinhal Menéres, do autor.



Fig. 19 - Fotografia do Muro junto à Avenida Marginal, do autor.





Fig. 20 - Fotografia da Avenida Marginal na zona do Pinhal Menéres, do autor.



A implementação de um parque público para o Pinhal Menéres já tinha sido debatida, no âmbito do Programa Polis, que incluía esta possibilidade a par da urbanização e parcelas específicas. No presente, ainda é discutida a demolição dos muros do Pinhal e a sua transformação em parque urbano e habitacional (entrevista pelos autores à CMVC, 2022). Estes muros constroem uma barreira topográfica e visual do espaço exterior para o interior, apresentando diferentes características de forma a conter diferentes massas de terrenos dunares, servindo como um elemento de corte entre o espaço natural e o atravessamento de vias urbanas.

Partindo da intenção da preservação do espaço natural e consequentemente, da manutenção da modelação topográfica dunar, é proposta a conservação e harmonização dos muros que circundam o Pinhal Menéres - através da adequação dos muros para uma altura de cerca de um metro e meio em pedra granítica<sup>10</sup>. Este limite murado, permanecerá como um agente conservador do espaço natural, sem que este interfira com o espaço urbano, gerando um ambiente distinto do ambiente urbano exterior, enaltecendo os contrastes visuais e de sensações entre o Pinhal Menéres e a cidade.

Contudo, a preservação de um limite não implica uma menor permeabilidade entre o espaço da quinta e a cidade. Partindo dos caminhos já demarcados, é reestruturado um sistema de percursos no Pinhal Menéres, tendo em vista a possível procura de atravessamentos urbanos, com a criação de caminhos diametrais, através de várias entradas nos muros.

No entanto, o limite norte apresenta-se com uma solução distinta dos outros. Para a inserção de dois equipamentos no Pinhal Menéres, é adicionado um eixo perpendicular à Avenida Marginal, entre a Entrada Norte e o cordão dunar adossado a esta avenida. Este eixo estrutural, torna-se num percurso principal da rede do parque, pela maior interligação com os atravessamentos norte-sul - uma Avenida Perpendicular<sup>11</sup>, integrando os dois equipamentos, em

percursos perpendiculares a este, apresentando-se também como um percurso funcional de acesso a um restaurante e a uma piscina natural.



22

<sup>10</sup> Na frente-muro que delimita o espaço da Avenida do Brasil, é proposto manter os dois metros de altura. Este muro é de extrema importância para salvaguardar a duna primária.

<sup>11</sup> Conceito de Avenida perpendicular reflete a tipologia referida na proposta de Grupo.

Fig. 21 - Fotografia do Muro junto à Avenida Marginal, do autor.

Fig. 22 - Fotografia da Avenida Baltazar do Couto na zona do Pinhal Menéres, do autor.





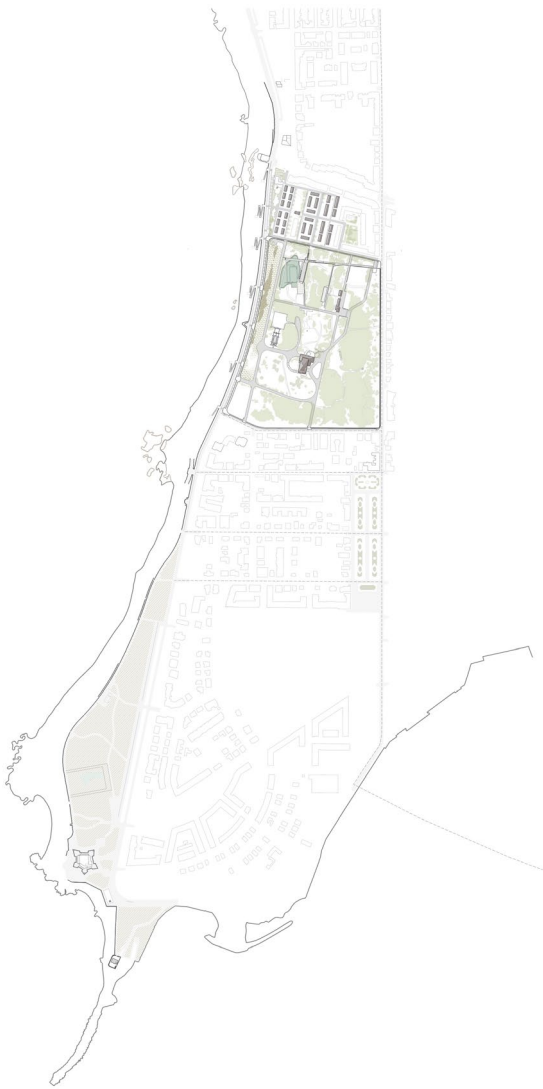


Fig. 23 - Plantas esquemáticas da estruturação da Proposta Integrada no Pinhal Menéres, elaborado pelo autor.





Toda esta intervenção integrada, baseada a norte, comunica com o Bairro de Casas para os Pescadores de Vila do Conde. Fortemente alterado, este bairro tem a sua construção em 3 fases<sup>12</sup> (Costa,2014) com as duas primeiras fases sem a presença do muro de pedra que persiste no extremo norte do Pinhal<sup>12</sup>. Nas Figuras 24 e 25, é possível observar a relação direta entre o Bairro e o Pinhal Menéres, o ambiente gerado, e o contraste já com o muro construído. Este ambiente ficou prejudicado pela altura do muro e a construção de edifícios de maior cêrcea.

Por via do rebaixamento deste muro (de forma a cumprir a contenção de terreno), da sua fragmentação (de modo a produzir diversas aberturas de maior vão) e, pela requalificação do desenho urbano do Bairro de Casas para os Pescadores de Vila do Conde e da rua Frei João de Vila do Conde, é possível estabelecer uma maior união entre o bairro e o Pinhal Menéres.

Em função do rebaixamento e da fragmentação do muro a norte, é possível estabelecer a conceção de um limite por via desse muro e do eixo estrutural murado no lado sul - com diversas aberturas e confluência de percursos. Através da criação deste novo limite fragmentado, em simbiose pelos dois muros permeáveis, e pela operação de densificação arbórea, é desconstruída a fronteira exata entre o espaço urbano e o parque lúdico, defendida para as outras laterais. Deste modo é possível criar uma zona de parque urbano mais acessível, de apoio ao bairro e uma extensa entrada permeável de acesso aos equipamentos.

Como referência, os muros do parque da Fundação Calouste Gulbenkian apresentam a variação tipológica pretendida: de pedra, apresentam sensivelmente a mesma altura, com uma grande densidade arbórea. Contudo, no lado da entrada principal do edifício da Fundação e Museu, o muro é ligeiramente mais baixo e apresenta aberturas de grande vão, ao contrário do resto do perímetro, com aberturas mais controladas. Estes limites e a sua variação funcional, apesar de menos acentuada, é similar ao pretendido na produção

de limites no Pinhal Menéres onde, apesar da maior permeabilidade no lado noroeste do recinto da Fundação Gulbenkian, é controlada a entrada para o jardim - circundado ou atravessando o edifício Sede e Museu.



26

<sup>12</sup> A 1ª fase foi construída entre junho de 1940 e dezembro de 1941 com a construção das primeiras 16 casas do bairro. A 2ª fase foi construída entre 1946 e 1949 com a construção de 30 casas. Finalmente, a 3ª fase foi construída entre 1959 e 1961 com a construção de 24 casas. (Costa,2014)

<sup>13</sup> Este muro é o mais alto de todo o perfil, alcançando uma altura superior a 3,5 metros. Esta altura cria um claro limite visual que não enaltece o ambiente pretendido, originando uma divisa excessiva.

Fig. 24 - Fotografia da construção do muro junto ao Bairro dos Pescadores, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 25 - Fotografia do interior do Pinhal Menéres na zona junto ao Bairro dos Pescadores, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 26 - Fotografia do Edifício da Fundação Calouste Gulbenkian, FCG.



Fig. 27 - Fotografia da Via Marginal junto ao Pinhal Menéres e do Bairro de Pescadores, AMVC.

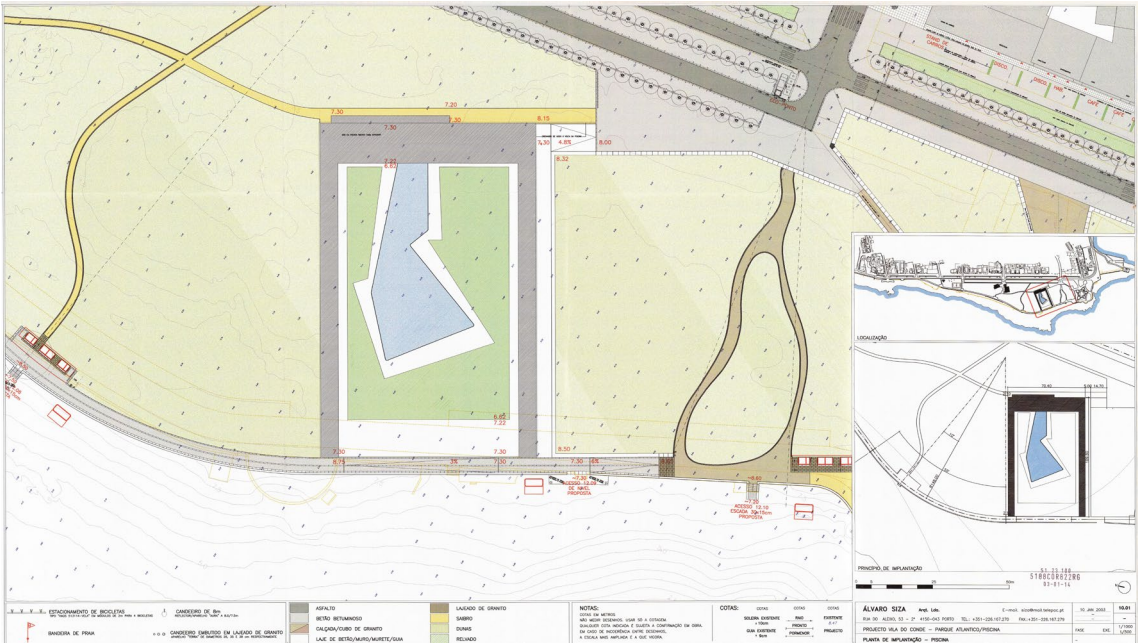


Fig. 28 - Fotografia do Bairro dos Pescadores, AMVC.



Fig. 29 - Planta da Proposta Integrada do Pinhal Menéres - Limite Norte, elaborado pelo autor.





Perante a estrutura de percursos e limites, os equipamentos surgem como peças articuladas no espaço central da rede de caminhos. A inserção de dois equipamentos no parque lúdico do Pinhal Menéres está relacionada com a prática de vilegiatura em Vila do Conde. Tomando partido do que era proposto no projeto do Parque Atlântico - um grande espaço natural com quatro equipamentos turísticos, a Proposta Integrada no Pinhal Menéres procura solucionar a carência de equipamentos lúdico-recreativos na Frente Marítima.

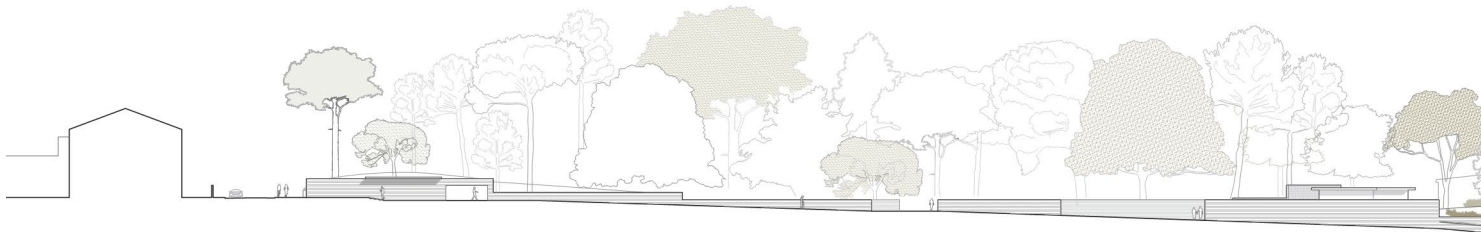
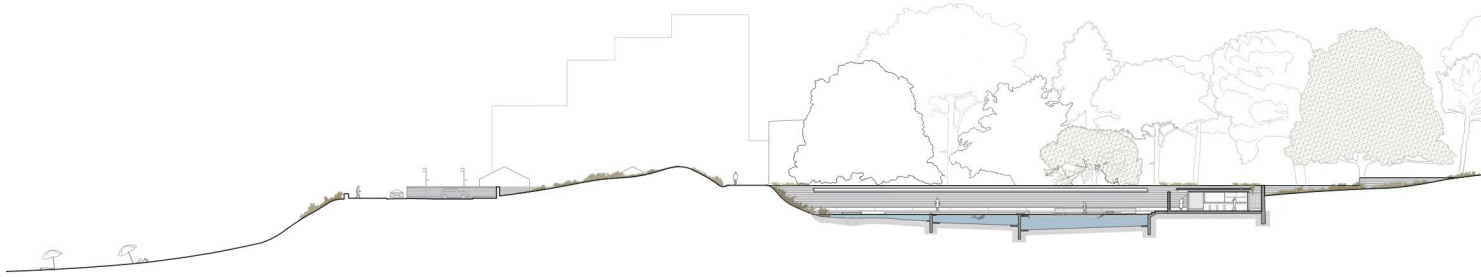
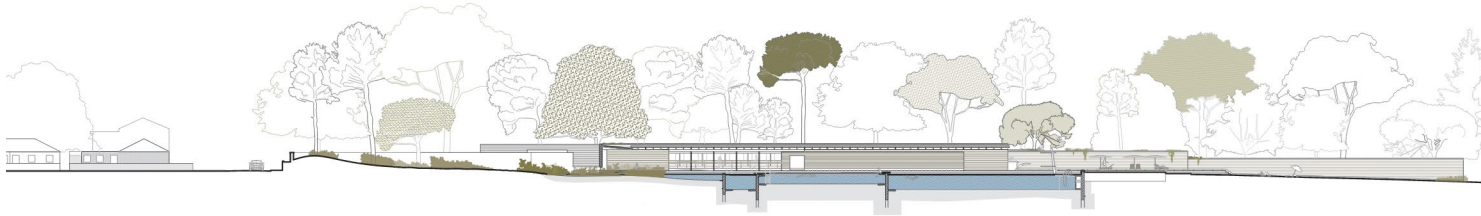
O Parque Atlântico foi uma operação de requalificação urbanística que previa a construção, sobre uma duna primária, de quatro equipamentos. Deste conjunto, a piscina, projetada pelo arquiteto Álvaro Siza, consistia na obra de maior impacto no solo com um programa de grande procura na época de veraneio. Tendo em consideração que os equipamentos nunca foram construídos, conseguindo assim preservar a constituição de uma duna e a regenerar a vegetação própria da orla marítima, permanece, contudo, a ausência de equipamentos lúdicos de proveito turístico. Em função disso, é proposto a construção de dois equipamentos - uma piscina natural e um Restaurante/Casa de chá - que proporcionem uma resposta à procura deste tipo de atividades lúdicas, numa estratégia interligada com o valor ambiental do Pinhal Menéres e o câmbio climático.



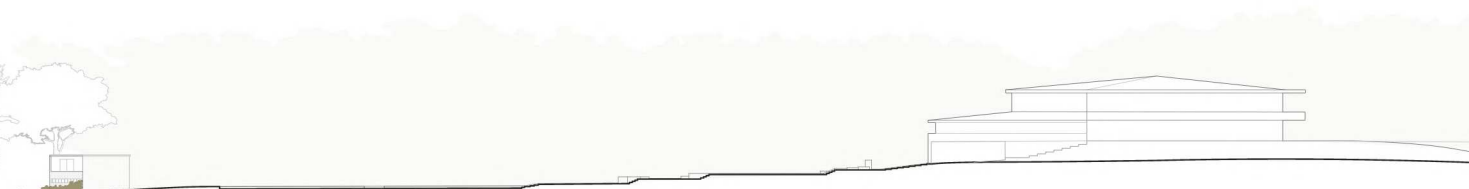
31

Fig. 30 - Planta de Implantação - Piscina Parque Atlântico, AMVC.

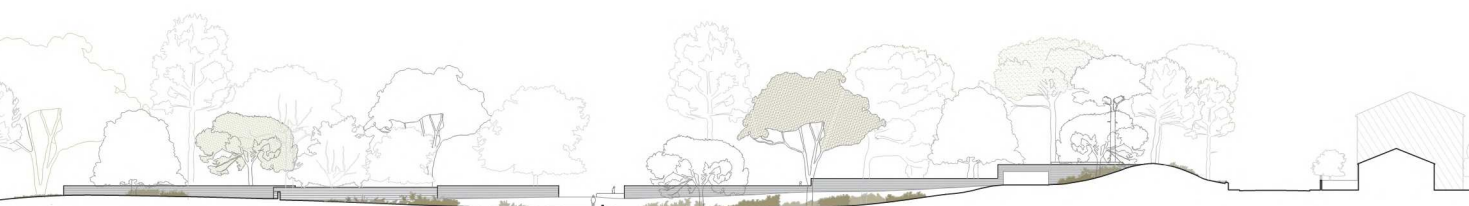
Fig. 31 - Imagem Render da Proposta do PolisVila do Conde, AMVC.



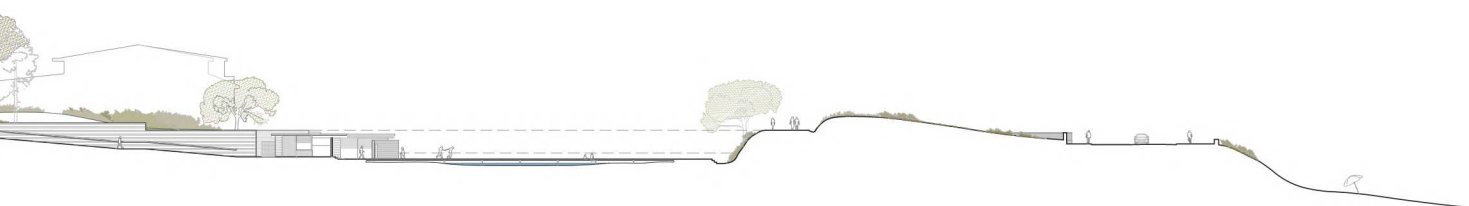




CORTE EF

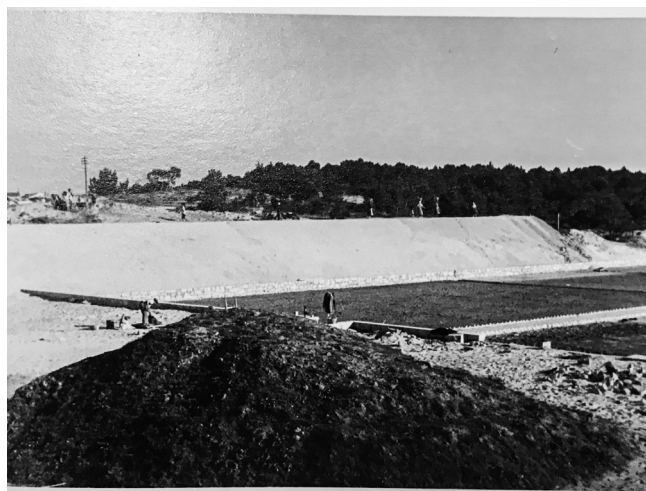


CORTE CD



CORTE AB

Fig. 32 - Perfis da Proposta Integrada do Pinhal Menéres, elaborado pelo autor.



O restaurante insere-se num caminho perpendicular ao eixo estruturador, partindo de uma abertura enviesada e interliga-se com o resto dos percursos. Este equipamento implanta-se numa zona topográfica mais elevada, tomando partido da vista marítima e da vegetação costeira. Com base num muro associado a esse percurso, desenvolve-se um volume coberto, tirando partido da paisagem de pinhal.

As piscinas inserem-se numa depressão topográfica, no final do caminho do eixo estruturador, implantando-se no alinhamento do declive, resguardado em frente pelo cordão de duna primária.

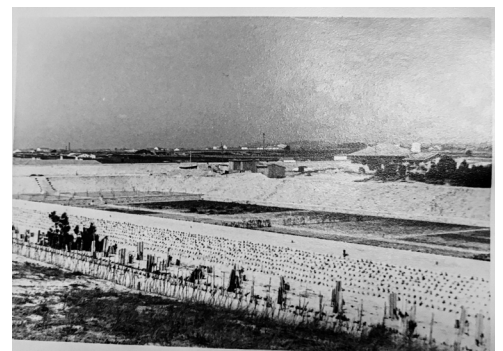
Esta depressão topográfica é um antigo campo de cultivo masseira. Este modelo de campos de cultivo são construídos formando uma depressão num terreno dunar, por via do homem, no final da época de Verão. «(...) as masseiras, a princípio, é pinhal. Depois, com o objectivo de adquirir terreno, deitava-se o pinhal abaixo e tirava-se areia até ao ponto de aparecer a água (...) Que é da humidade própria para as plantas.» (Silva, 2010). Esta nomenclatura resulta do formato destas depressões, que se originam arrastando terras arenosas para o topo, em forma retangular, que através da baixa inclinação dos taludes, formam um modelo de uma masseira - instrumento em madeira para amassar o pão. Este tipo de criação de terrenos cultivos, normalmente em zonas de pinhal, tinham como objetivo obter um terreno de melhores condições de cultivo, através do aparecimento de terreno mais humido (pela presença de lençóis freáticos de água doce) e pela criação de uma zona protegida de ventos erosivos (Mattos, 2020). A criação desta masseira poderá ter contribuído também para o crescimento da duna primária junto à Avenida do Brasil e à acentuação da modelação topográfica oscilante, pela movimentação de terras para o perímetro exterior dela.

Nas Figuras 33 a 36 é possível visualizar a criação deste tipo de terrenos de cultivo e a artificialização do terreno, com a criação de caminhos e plantação de vegetação da orla costeira, para eventual consolidação destes taludes.

Todavia, esta artificialização topográfica encontra-se hoje parcialmente naturalizada. Os taludes já não apresentam um declive tão acentuado, conseguindo, ainda assim, entender a depressão topográfica no seu geral. A vegetação encontra-se com uma dimensão já desenvolvida.



35



36

Fig. 33 - Fotografia do Campo Masseira - vista do Bairro dos Pescadores, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 34 - Fotografia do Campo Masseira, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 35 - Fotografia do Campo Masseira, Ana Ferreira de Carvalho.

Fig. 36 - Fotografia do Campo Masseira, Ana Ferreira de Carvalho.

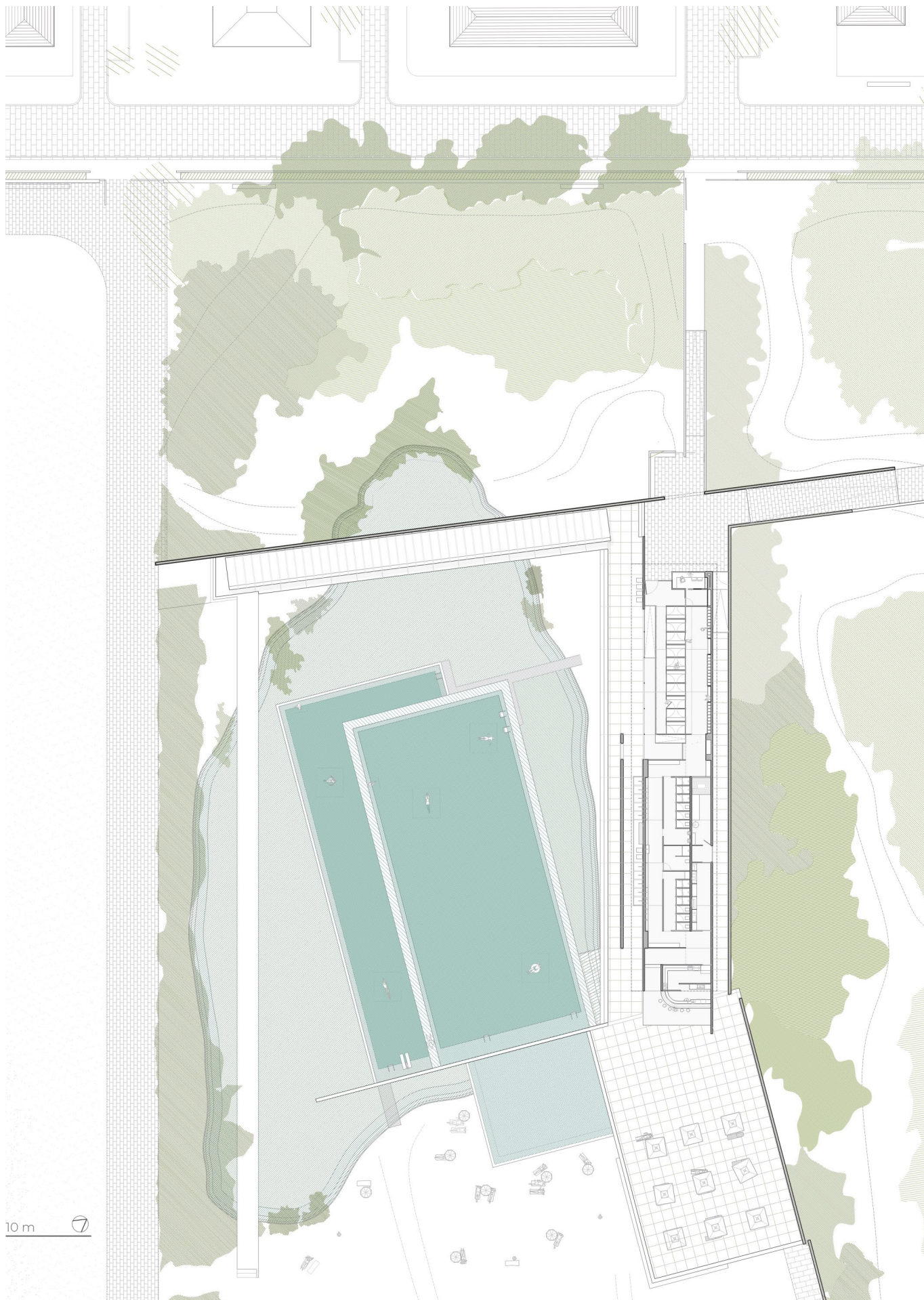






Fig. 37 - Fotografia do Campo Masseur, AMVC.







O complexo da piscina natural toma partido do espaço, agora parcialmente naturalizado, do campo masseira, pelas suas condições favoráveis à implementação de um lago natural (pela presença de água) e pela constituição de um recinto protegido dos ventos erosivos com a existência de uma depressão topográfica acompanhada de vegetação perene. Através do eixo principal estruturador, é possível criar um acesso direto através da entrada norte e, da mesma forma, em complemento, por via da estruturação dos diversos percursos de atravessamento do parque, com entradas nos limites perimetrais.

De forma a inserir o equipamento de apoio às piscinas, o muro que delimita a sul o eixo principal, perpendicular à avenida do Brasil, cria uma inflexão de forma a controlar as massas dunares constituintes de um dos taludes naturalizados e fragmenta-se, apresentando-se em 3 planos, de maneira a reconceber o alinhamento desse talude. Um outro muro, delimitando a norte o eixo, enquadra a zona da piscina da zona do parque direcionado ao bairro dos pescadores. Este plano levanta do chão, a propósito da piscina natural, apresentando uns apoios, e termina encastrado no talude oposto. Estes planos e, adicionalmente, outros muros de entrada pela Rua Frei, delimitam o espaço da piscina e neles se desenvolve o programa do edifício de apoio às piscinas.

Através dos limites murados, é construída uma plataforma elevada do chão. Esta grande plataforma é constituída por duas partes: uma longitudinal, adossada a dois muros do extremo este e uma transversal, junto ao muro a norte, com uma zona coberta. Esta plataforma cria uma base onde é inserido o edifício de apoio às piscinas. Enquadrada nesta base é constituído o lago que formula a piscina natural.

Uma piscina natural - ao invés de uma piscina convencional, corresponde a uma intervenção com menor impacto no solo, criando uma solução que melhor se afigura à envolvente e às preocupações ambientais acima mencionadas. A constituição deste

tipo de piscina parte da criação de um lago de grandes dimensões, associado à presença de água no terreno, e idealiza-se através da impermeabilização<sup>14</sup> de uma zona com água natural<sup>15</sup>. Contudo, em função da necessidade da criação de uma piscina com água filtrada, o interior deste lago, é repartido, por intermédio de uns perfis em betão, em três zonas distintas, criando duas piscinas de diferentes profundidades e funções. A área do lago cumpre a função de filtração da água proveniente, através de um sistema de regeneração hidrobotânica por meio da utilização de vegetação própria com capacidades de purificação<sup>16</sup>. Esta delimitação resulta também da necessidade técnica, associada a uma piscina natural, de separar o processo de filtração da água natural.

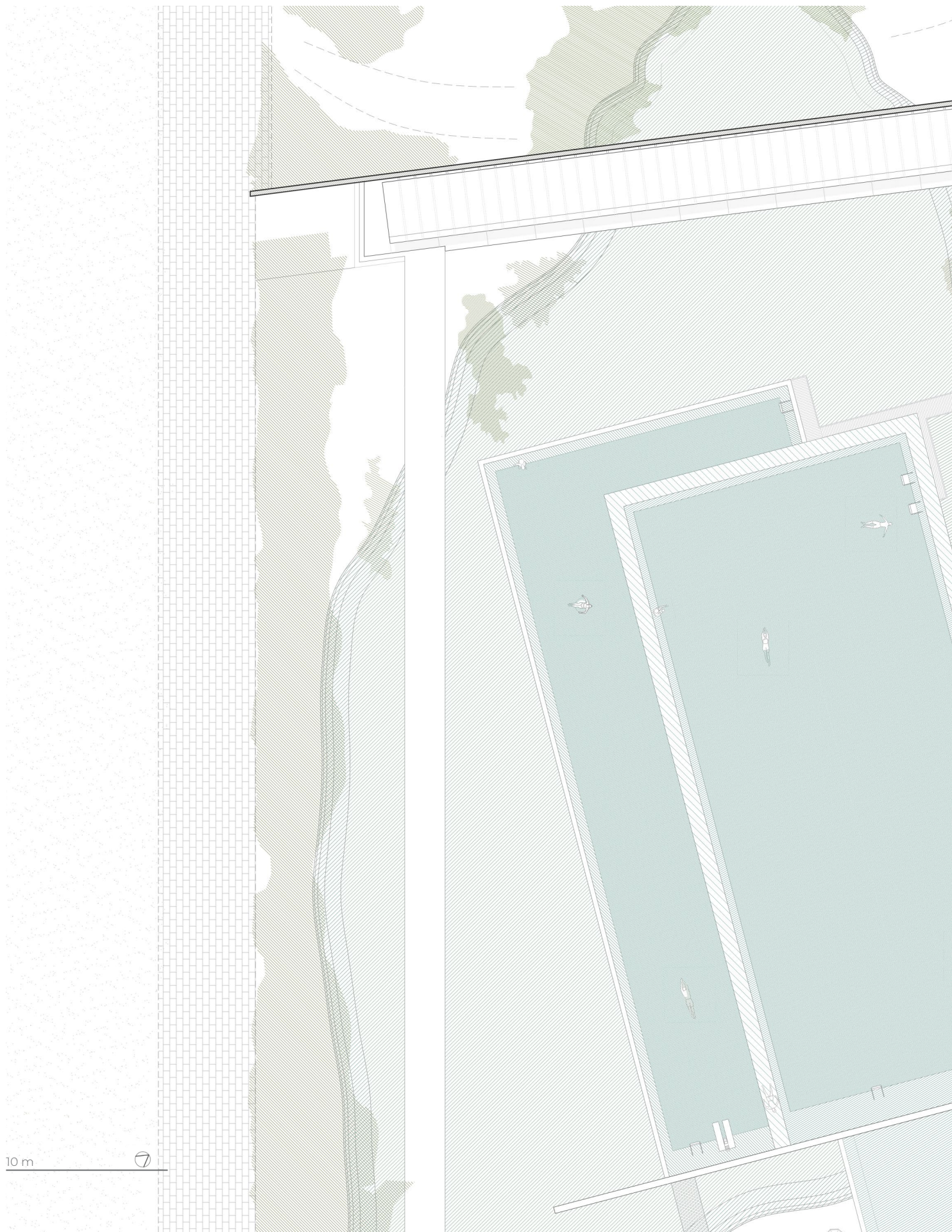
Estes perfis, para além da separação espacial, possuem um desenho característico, apresentando algumas plataformas encastradas com o objetivo de formar superfícies auxiliares ao uso da piscina - concebendo também sub-pisos de acesso a escadas ou plataformas para a piscina. O lago natural, para além de capacitar a filtração da piscina, o seu desenho estende-se por entre os limites do complexo da piscina e cria uma zona de água no parque junto ao bairro dos pescadores. A particularidade do desenho da água e das plataformas parte da referência do arquiteto Carlos Scarpa, em especial a intervenção feita na Fundação Querini Stampalia.

<sup>14</sup> Esta impermeabilização é feita através da colocação de uma tela impermeabilizadora soldada, sobre uma camada em tout venant e, sob a tela, é depositada uma pequena camada de areia, recriando uma imagem de lago natural.

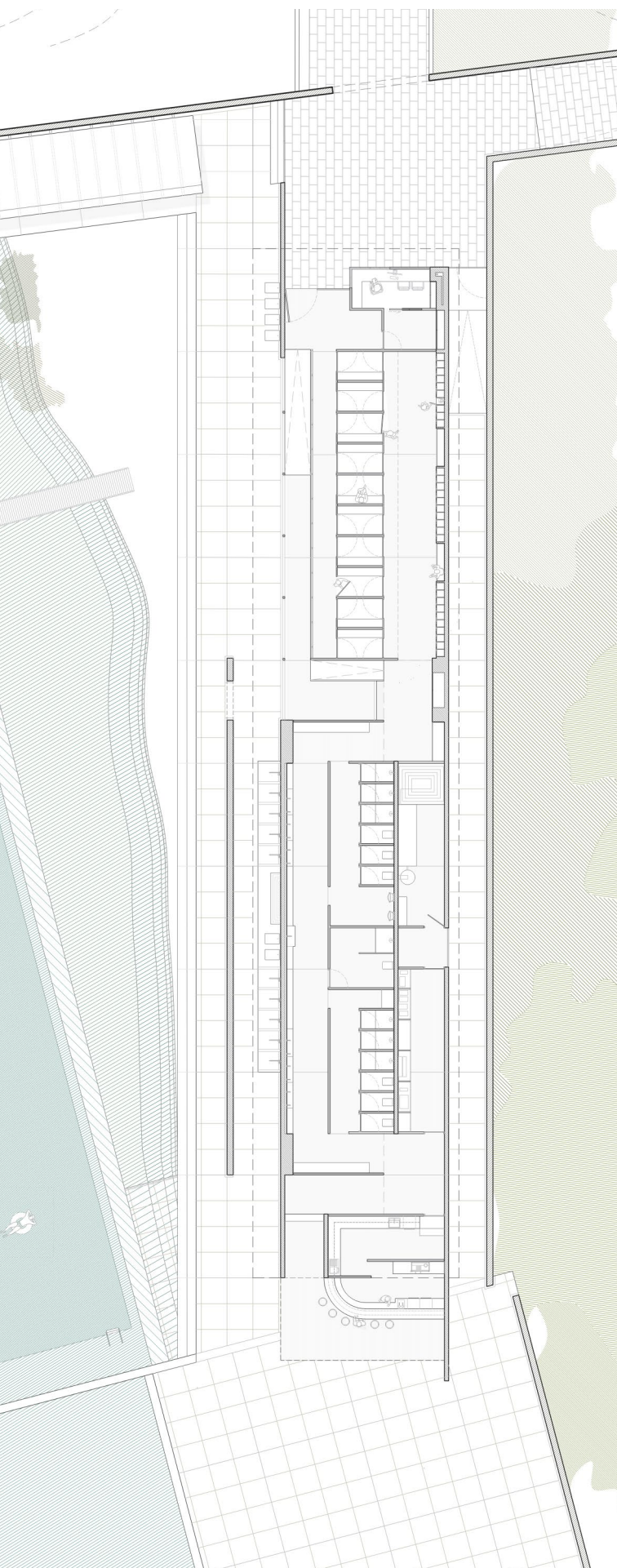
<sup>15</sup> Esta água natural denomina-se no sistema de filtração de piscinas naturais de água cinzenta. Este sistema

<sup>16</sup> Contudo, a água filtrada obtida necessita, ainda, de se submeter a um sistema final de filtração maquinarizado, que se situa no interior do edifício. Após a passagem por este sistema final, a água é novamente bombeada para a zona delimitada de piscina.









O edifício de apoio às piscinas, desenvolve-se no interior de cinco planos de betão, paralelos aos muros que constituem a contenção do terreno, sob a plataforma. O edifício compõe, uma recepção/bilheteira, junto a antecâmara de chegada; uma zona de vestiários e cacifos; uma zona húmida de balneários com instalações sanitárias e chuveiros, e finalmente, aberto para a plataforma a sul, uma zona de bar exterior.

Os planos de betão estabelecem o interior do edifício, suportando a cobertura e apoiando a plataforma com diferentes níveis. Todo o interior é construído em madeira, hierarquizando e autonomizando o sistema estrutural, e os elementos de organização interior. A organização foi idealizada tendo em conta os possíveis percursos de utilização dos espaços e de chegada à piscina - partindo não só do seu encadeamento de utilização mas também na sua autonomia. Partindo da antecâmara, é possível dirigir-se diretamente para o recinto da piscina exterior ou articular o uso dos diferentes componentes, mediante a necessidade do utilizador.

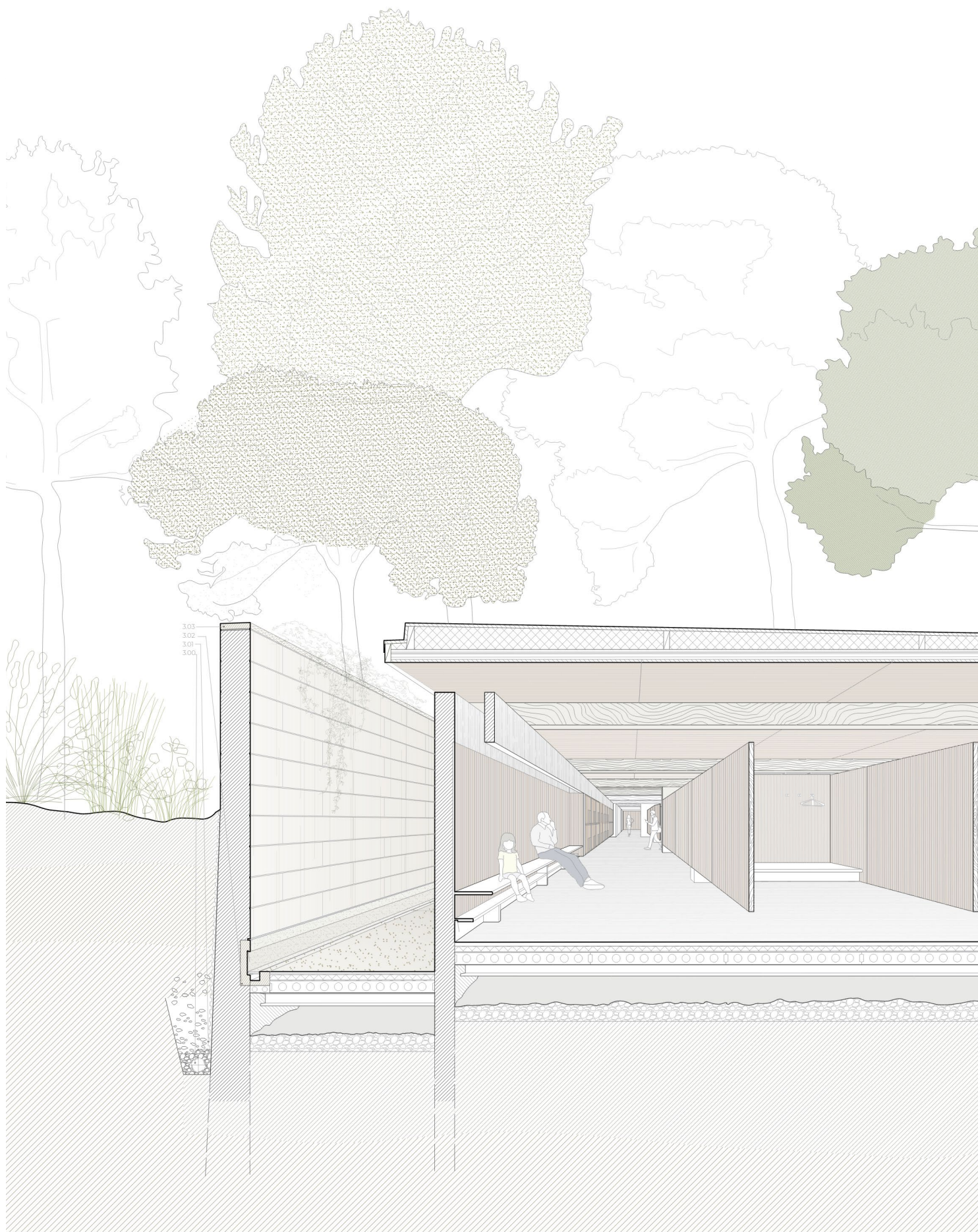
As paredes de betão de suporte, promovem uma maior permeabilidade entre o ambiente exterior e os espaços do edifício. Para além da permeabilidade, juntamente com outros planos na estrutura de organização em madeira, desenvolvem vários espaços de comunicação e passagem. Em dois destes planos de suporte em betão, encontram-se encastrados os cacifos e os lavatórios das instalações sanitárias, introduzindo-lhes também uma funcionalidade.

Sobre a estrutura, é apoiada uma cobertura vigada em madeira CLT<sup>17</sup>, apoiada também em alguns elementos verticais (planos e pilares) da organização interior. Este método construtivo, permite a criação de uma cobertura, e da sua estrutura de apoio, mais rígida e estruturalmente viável. O topo da cobertura é em zinco pré patinado, revestindo a cobertura de um material resistente aos efeitos exteriores.

<sup>17</sup> Madeira CLT - *Cross Laminated Timber* é um sistema construtivo que se baseia na união de tábuas de madeira para formar um elemento estrutural, normalmente em paredes estruturais.

Fig. 39 - Planta do Edifício de apoio, elaborado pelo autor.







- 
- This architectural section drawing illustrates a landscape design. A large, mature tree with a dense, textured canopy dominates the upper left and center. Below the tree, a wooden walkway or bridge structure is shown, supported by a concrete foundation. A person is depicted walking on this structure. To the left, a person is sitting on a bench. The ground surface is shown with a cross-hatched pattern, indicating a specific material or texture. On the right side, a series of elevation markers are provided, ranging from 2.00 to 2.05 and 1.00 to 1.10, indicating the vertical levels of the design. The drawing uses a combination of solid colors, hatching, and line work to represent different materials and structures.







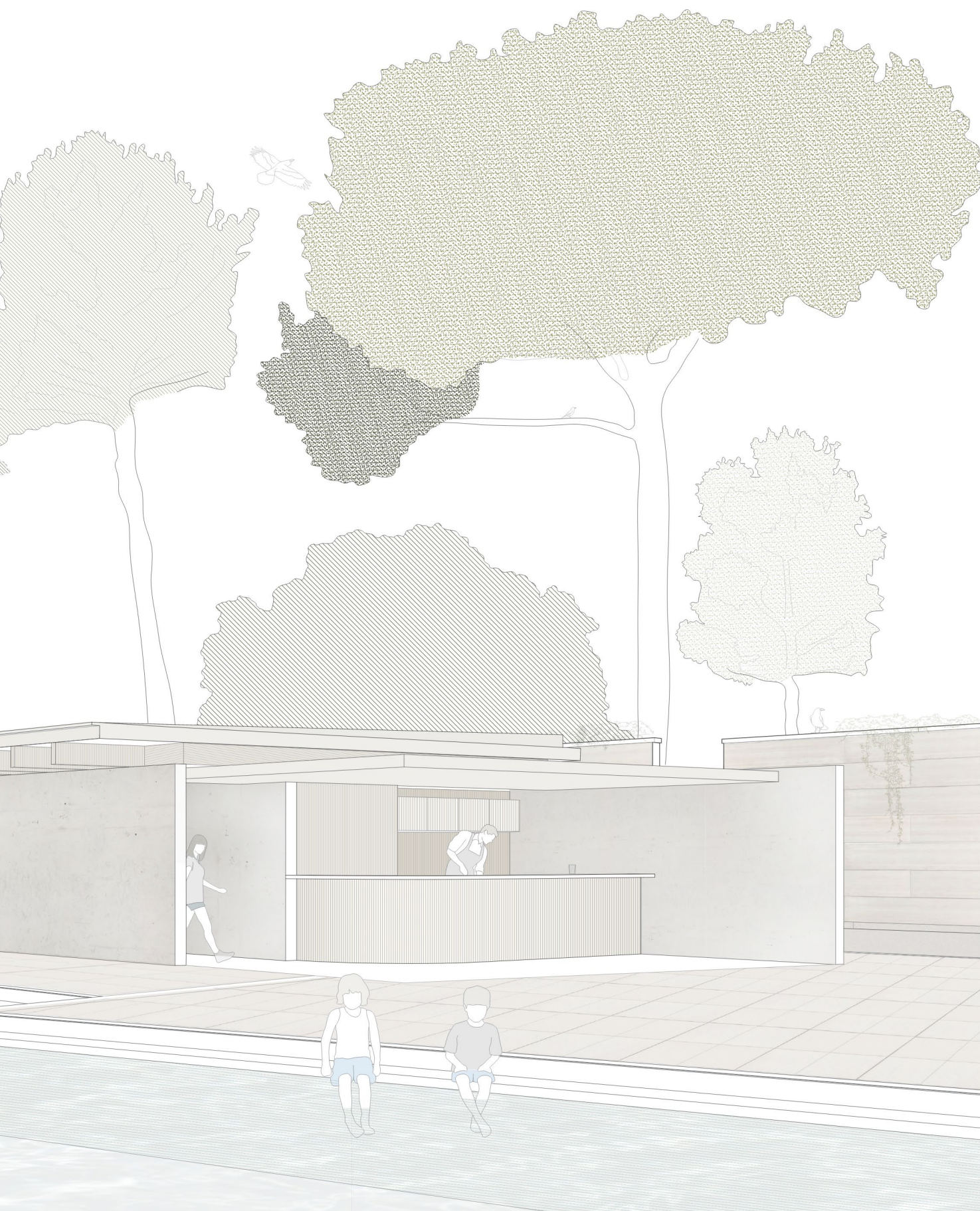


Fig. 41 - Perspetiva do Edifício de apoio, elaborado pelo autor.





Através da criação da Proposta Integrada, é possível concretizar a consolidação do espaço do Pinhal Menéres, convertendo-o num parque público. Introduzindo-lhe a funcionalidade de parque lúdico-recreativo, apostando na criação de atravessamentos urbanos, ao invés de um espaço encerrado, em relação direta com o espaço urbano. Esta finalidade, em sinergia com a preservação ecossistêmica e a preocupação ambiental, consegue **adequar um espaço natural e gerar um espaço público** que se incorpore nas práticas urbanas, sem que seja ameaçada a sua integridade.



A piscina no Pinhal - Proposta Integrada no Pinhal Menéres
Vazios Urbanos em Vila do Conde
Daniel Gomes

Escala 100 m

Território Frente Marítima Pinhal

O Pinhal Menéres, vulgarmente também conhecido como a Quinta do Eng.º Carvalho, é o vazio situado mais a norte. Corresponde a uma quinta de uso privado, delimitada por muros de granito, num terreno com características dunares - devido à sua localização costeira, que manteve a sua integridade ao longo do processo de urbanização da zona envolvente.

A sua integração na estratégia de grupo não provém de se considerar um terreno vazio. Pelo contrário, o Pinhal Menéres apresenta alguns elementos distintivos - arvoredo de pinhal, muros de granito, e cordões dunares, estruturados no seu interior através de percursos e edifícios - que lhe conferem identidade e propósito. Alguns destes elementos alcançam até relações visuais com a sua envolvente, em particular na Avenida Marginal.

No entanto, a ausência de relações tangíveis com o espaço urbano envolvente, faz com que não pertença efetivamente às dinâmicas de utilização quotidianas, donde se possa integrar numa lógica similar ao identificado nos outros vazios urbanos. No presente, a quinta pode ser classificada como um terreno isolado do ambiente urbano circundante, pelo seu uso privado enclausurado pelos muros circundantes que definem um limite rigoroso que conserva um espaço verde interior, sem uso colectivo.

O Pinhal Menéres é uma parcela do tecido urbano, que se apresenta como uma área, fortemente delimitada, de um terreno natural no espaço urbano. No seu interior, o terreno é constituído por solos com características dunares, com uma modelação oscilante devido à constituição de grandes aglomerados de dunas. Em especial, existe a presença de uma duna primária no limite da Avenida do Brasil, parte do cordão dunar. A flora é predominantemente vegetação da orla marítima, com a duna primária revestida por vegetação herbácea perene, e por pinheiros do tipo Pinheiro-bravo e Pinheiro-manso, em predominância na zona leste numa duna secundária.

Estas características dão à Quinta do Eng.º Carvalho uma importância ambiental, pela presença de um território com qualidades ecosistémicas e pela biodiversidade característica da região. Assim, a Proposta Integrada propõe a utilização da área do Pinhal Menéres como um parque de utilização pública, que introduza a possibilidade de atravessamentos urbanos e acolha dois equipamentos recreativos e de lazer.



Para a inserção de dois equipamentos no Pinhal Menéres, é adicionado um eixo perpendicular à Avenida Marginal, entre a Entrada Norte e o cordão dunar adossado a esta avenida. Este eixo estrutural, torna-se num percurso principal da rede do parque, pela maior interligação com os atravessamentos norte-sul - uma Avenida Perpendicular, integrando os dois equipamentos, em percursos, perpendicularmente à rede, apresentando-se também como um percurso funcional de acesso a um restaurante e a uma piscina natural.



Em função do rebalçamento e da fragmentação do muro a norte, é possível estabelecer a concepção de um limite por via desse muro e do eixo estrutural murado no lado sul - com diversas aberturas e confluência de percursos. Através da criação deste novo limite fragmentado, em simbiose pelos dos muros permeáveis, e pela operação de densificação arbórea, é desconstruída a fronteira exata entre o espaço urbano e o parque lúdico, defendida para as outras laterais. Deste modo é possível criar uma zona de parque urbano mais acessível, de apoio ao bairro e uma extensa entrada permeável de acesso aos equipamentos.



Parque urbano

com Vazio Verde

Conjunto Habitacional Casas 1972

Barrio dos Pescadores de Canais

Entrada Norte: Pinhal Menéres

Proposta de uma Piscina Natural Pública

Proposta de um Restaurante / Casa de Chá

Habitacao da Família do Eng.º José Carvalho

Avenida Bento de Faria

Avenida dos Banhos

Marginal Atlântica

Eng.º José Vieira e Eng.º António Gonçalves

Reabilitação do Mercado Municipal de Vila do Conde

Café (já construído)

Eng.º António Leite Silva

Entre o Mar e o Rio

Restaurante (já construído)

Eng.º Edmundo Sousa Moura

Discoteca (já construída)

Eng.º Álvaro Lages Silva

Parque Atlântico

Eng.º José Vieira

Piscinas

Eng.º José Vieira

Parque Ribeirinho da Azoureira

Eng.º José Vieira

Forte São João Baptista

Cala Cultural da Seca do Bacalhau

Eng.º José Vieira

Capela Nossa Senhora da Guia



Esc. 50 m

Urbanidade Percuso Limite

O restaurante insere-se num caminho perpendicular ao eixo estruturador, partindo de uma abertura envidraçada e interliga-se com o resto dos percursos. Este equipamento é implantado numa zona topográfica mais elevada, tomando partido da vista marítima e da vegetação costeira. Com base num muro associado a esse percurso, desenvolve-se um volume coberto, tirando partido da paisagem de pinhal.

As piscinas inserem-se numa depressão topográfica, no final do caminho do eixo estruturador, implantando-se no alinhamento do declive, resguardado em frente pelo cordão de duna primária.

Esta depressão topográfica é um antigo campo de cultivo massieira. Este modelo de campos de cultivo são construídos formando uma depressão num terreno dunar, por via do homem, no final da época da Velha. Esta nomenclatura resulta do formato destas depressões, que se originam arrastando terras arenosas para o topo, em forma retangular, que através da baixa inclinação dos taludes, formam um modelo de uma massieira - instrumento em madeira para amassar o pão. Este tipo de criação de terrenos cultiváveis, normalmente em zonas de pinhal, tinham como objetivo obter um terreno de melhores condições de cultivo, através do aproveitamento de terreno mais húmido (pela presença de lençóis freáticos de água doce) e pela criação de uma zona protegida de ventos erosivos. A criação desta massieira poderia ter contribuído também para o crescimento da duna primária junto à Avenida do Brasil e à acentuação da modelação topográfica ocidental, pela movimentação de terras para o perímetro exterior dela.

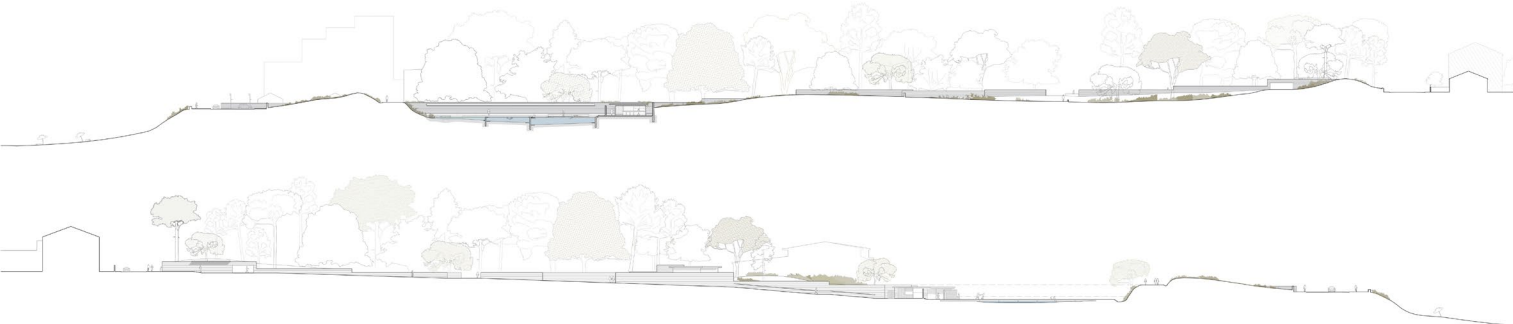
O complexo da piscina natural toma partido do espaço, agora parcialmente naturalizado, do campo massieira, pelas suas condições favoráveis à implementação de um lago natural (pela presença de água) e pela constituição de um recinto protegido dos ventos erosivos com a existência de uma depressão topográfica acompanhada de vegetação perene. Através do eixo principal estruturador, é possível criar um espaço direto através da entrada norte e da mesma forma, em complemento, por via da estruturação dos diversos percursos de atravessamento do parque, com entradas nos limites perimetrais.



De forma a inserir o equipamento de apoio às piscinas, o muro que delimita a sul o eixo principal, perpendicular à Avenida do Brasil, cria uma inflexão de forma a controlar as massas dunares constituídas de um dos taludes naturalizados e fragmentada-se, apresentando-se em 3 planos, de maneira a receber o alinhamento desse talude. Um outro muro delimitando a norte o eixo, enquadra a zona da piscina da zona do parque direcionado ao bairro dos pescadores. Este plano levanta do chão, a propósito da piscina natural, apresentando um espaço, e termina encastrado no talude oposto. Estes planos e, adicionalmente, outros muros de entrada pela Rua Frei, delimitam o espaço da piscina e neles se desenvolve o programa do edifício de apoio às piscinas.

Através dos limites murados, é construída uma plataforma elevada do chão. Esta grande plataforma é construída por duas partes: uma longitudinal, adossada a dois muros do extremo este e uma transversal, junto ao muro a norte, com uma zona coberta. Esta plataforma cria uma base onde é inserido o edifício de apoio às piscinas. Enquadrada nesta base é constituído o lago que formula a piscina natural.

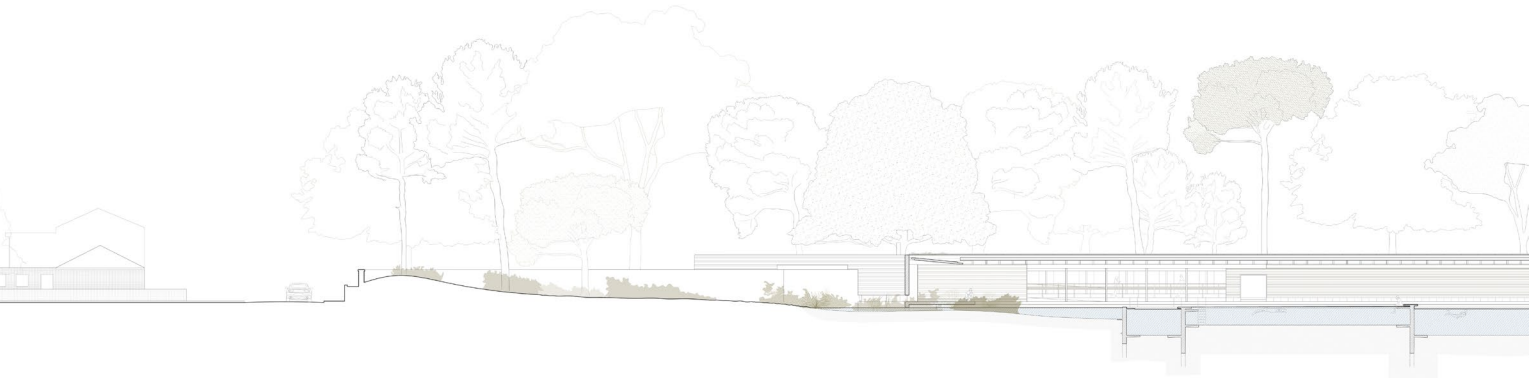
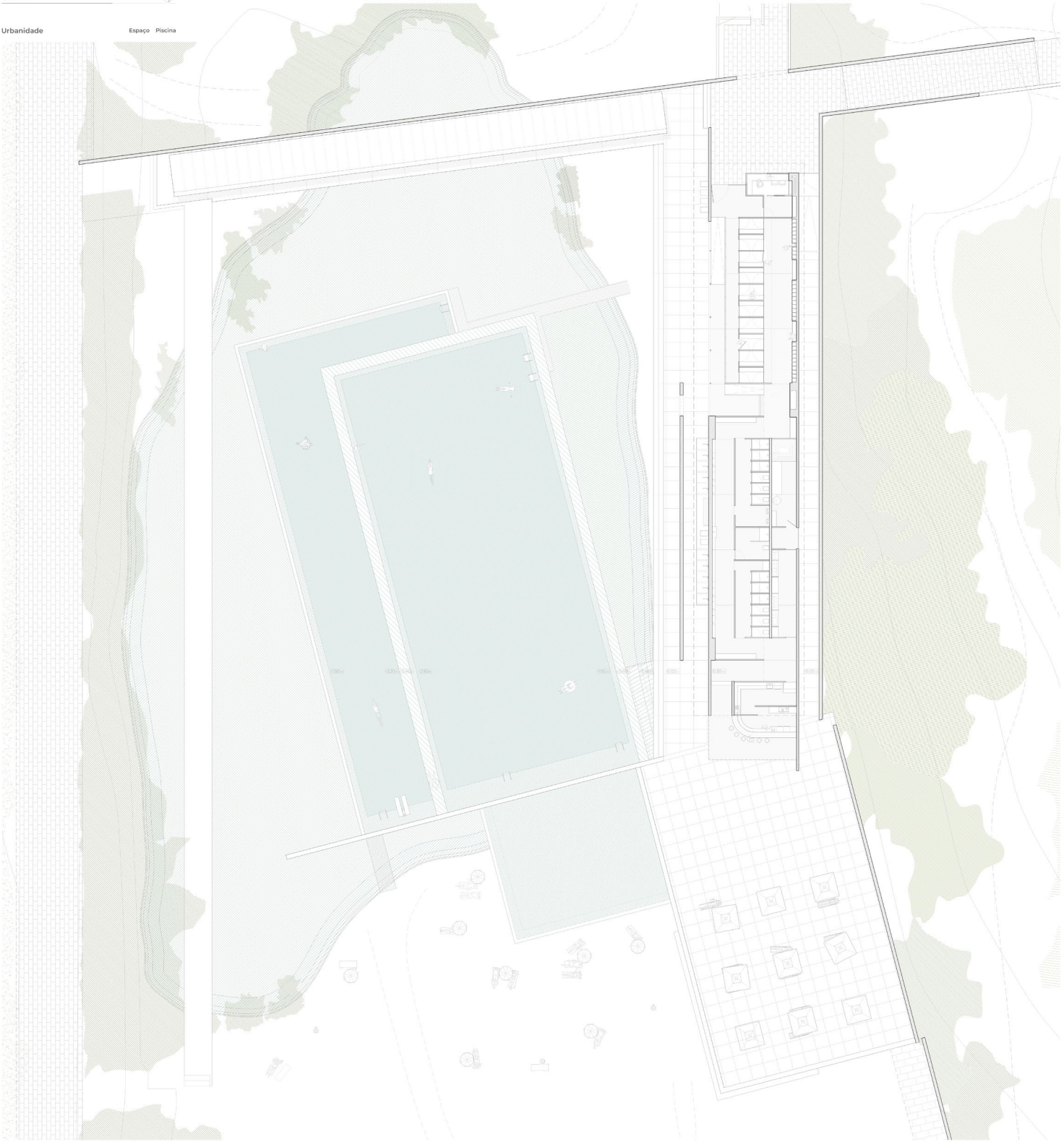
Uma piscina natural - ao nível de uma piscina convencional, corresponde a uma intervenção com menor impacto no solo, criando uma solução que melhor se afuga à envolvente e às preocupações ambientais acima mencionadas. A constituição deste tipo de piscina parte da criação de um lago de grandes dimensões, associado à presença de água no terreno, e idealiza-se através da impermeabilização de uma zona com água natural.





Esc. 1:10 m

Urbanidade Espaço Piscina





Esc. 1/30 m

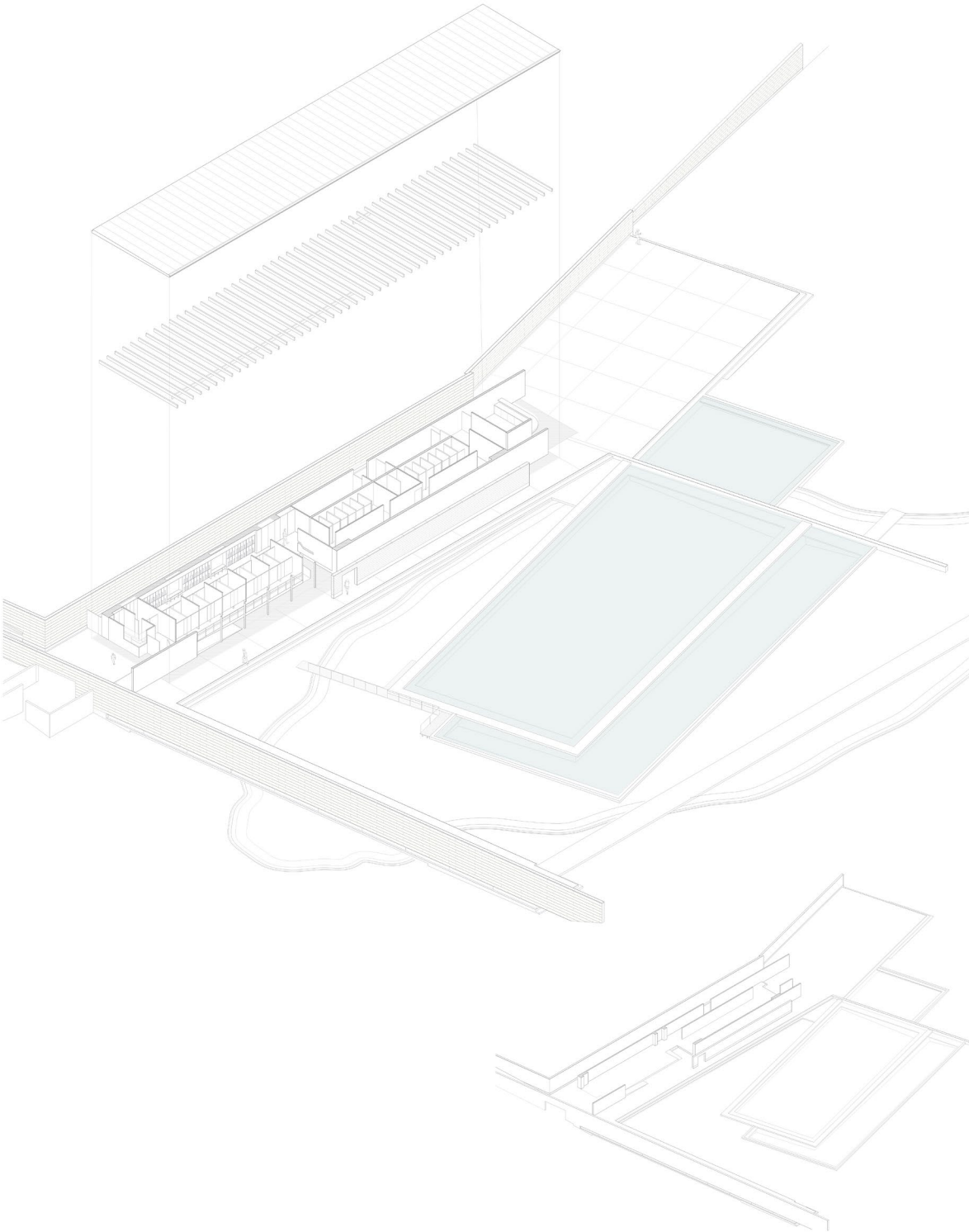
Território Estrutura Organização

O edifício de apoio às piscinas, desenvolve-se no interior de cinco planos de betão, paralelos aos muros que constituem a contorno do terreno, sob a plataforma. O edifício compõe, uma recepção bilheteira, junto a antecâmara de chegada, uma zona de vestíbulos e caixões, uma zona húmida de banheiros com instalações sanitárias e chuveiros, e finalmente, aberto para a plataforma a sul, uma zona de bar exterior.

Os planos de betão estabelecem o interior do edifício, suportando a cobertura e apoiando a plataforma com diferentes níveis. Todo o interior é construído em madeira, hierarquizando e autonomizando o sistema estrutural, e os elementos de organização interior. A organização foi idealizada tendo em conta os possíveis percursos de utilização dos espaços e de chegada à piscina - partindo não só do seu encaixe de utilização mas também na sua autonomia. Partindo da antecâmara, é possível dirigir-se diretamente para o recinto da piscina exterior ou articular o uso dos diferentes componentes, mediante a necessidade do utilizador.

As paredes de betão de suporte, promovem uma maior permeabilidade entre o ambiente exterior e os espaços do edifício. Para além da permeabilidade, juntamente com outros planos na estrutura de organização em madeira, desenvolvem vários espaços de comunicação e passagem. Em dois destes planos de suporte em betão, encontram-se encaixados os caixões e os lavatórios das instalações sanitárias, introduzindo-lhes também uma funcionalidade.

Sobre a estrutura, é apoiada uma cobertura vigada em madeira CLT, apoiada também em alguns elementos verticais (pilares e pilares) da organização interior. Este método construtivo, permite a criação de uma cobertura, e da sua estrutura de apoio, mais rígida e estruturalmente viável. O topo da cobertura é em zinco pré-patinado, revestindo a cobertura de um material resistente aos efeitos exteriores.

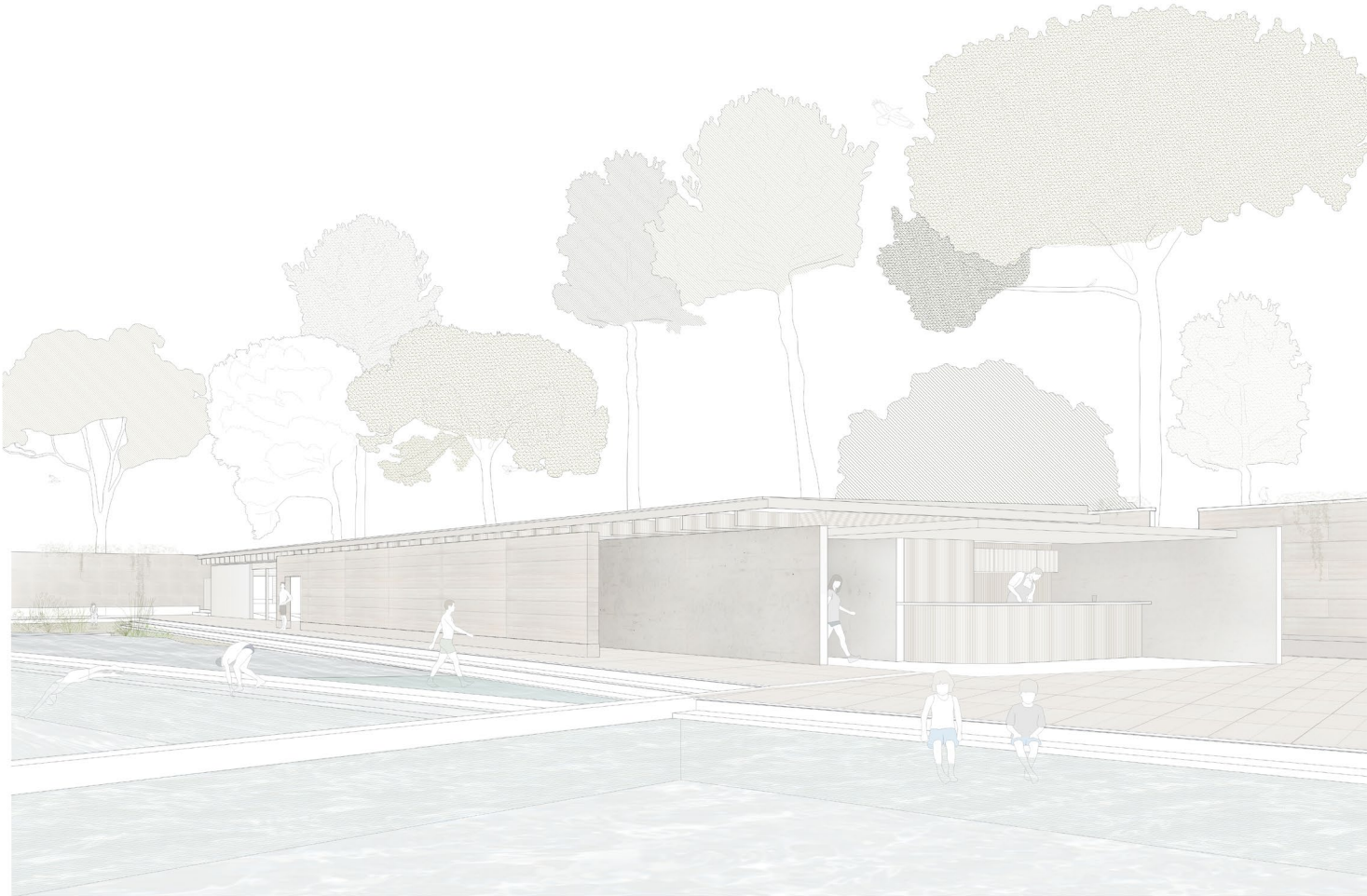
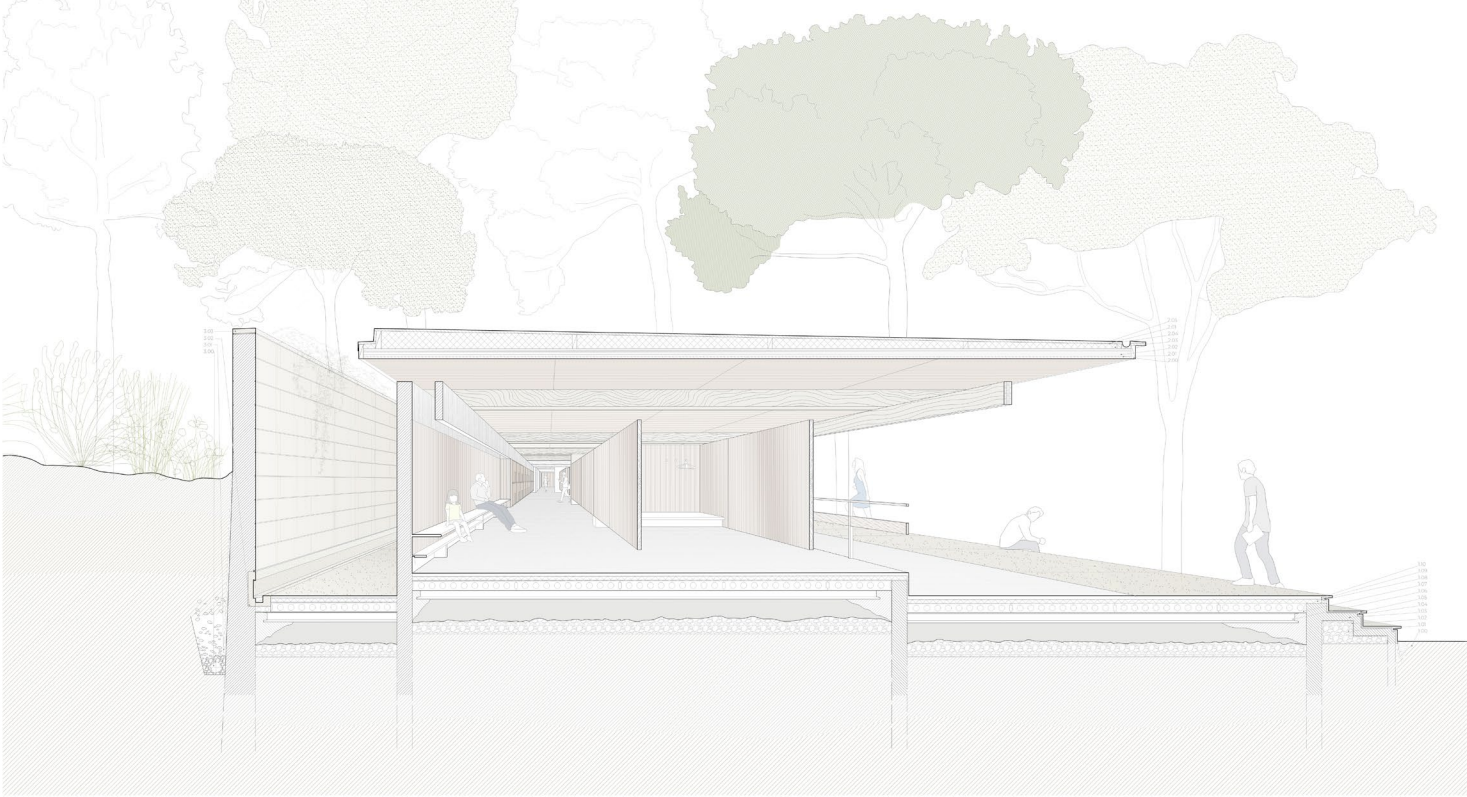




Esc. 2 m

Elementar      Materialidade Ambiente

- |     |                     |     |              |
|-----|---------------------|-----|--------------|
| 100 | Câmara de Regulação | 220 | Capim-cimicó |
| 101 | Sanitário           | 221 | Capim-santo  |
| 102 | Sanitário           | 222 | Capim-santo  |
| 103 | Sanitário           | 223 | Capim-santo  |
| 104 | Sanitário           | 224 | Capim-santo  |
| 105 | Sanitário           | 225 | Capim-santo  |
| 106 | Sanitário           | 226 | Capim-santo  |
| 107 | Sanitário           | 227 | Capim-santo  |
| 108 | Sanitário           | 228 | Capim-santo  |
| 109 | Sanitário           | 229 | Capim-santo  |
| 110 | Sanitário           | 230 | Capim-santo  |
| 111 | Sanitário           | 231 | Capim-santo  |
| 112 | Sanitário           | 232 | Capim-santo  |
| 113 | Sanitário           | 233 | Capim-santo  |
| 114 | Sanitário           | 234 | Capim-santo  |
| 115 | Sanitário           | 235 | Capim-santo  |
| 116 | Sanitário           | 236 | Capim-santo  |
| 117 | Sanitário           | 237 | Capim-santo  |
| 118 | Sanitário           | 238 | Capim-santo  |
| 119 | Sanitário           | 239 | Capim-santo  |
| 120 | Sanitário           | 240 | Capim-santo  |







## Bibliografia

Mattos, M. (2020). Valos: Uma visão diacrónica e bucólica da horticultura nos campos masseira. [Dissertação de Mestrado em Comunicação Audiovisual - Especialização de Fotografia Documental, Politécnico do Porto - Escola Superior de Media Artes e Design]. Repositório Aberto do Politécnico do Porto]. <https://recipp.ipp.pt/handle/10400.22/17074>

Silva, M. (entrevistado) (2010, outubro). A construção das masseiras [Imagem em Movimento] Biblioteca Municipal Manuel de Boaventura, Esposende - Memória Imaterial CRL. <https://aqualibri.cimcavado.pt/handle/20.500.12940/10437>

Park, R., (1915) The city: Suggestions for the Investigations of Human Behavior in the City Environment, American Journal of Sociology, Volume 20, N.º5, The University of Chicago Press

Portas, N. (2000). Vazios Urbanos e planeamento das Cidades. Caderno N.º2. [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO\\_versao%20final.pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395142195938/DO%20CHEIO%20PARA%20O%20VAZIO_versao%20final.pdf)

Miranda, M. (2015). O Bairro Balnear: contributos para a História Contemporânea de Vila do Conde ( 1866 - 1936). Dissertação de Mestrado em História e Património- Estudos locais e Regionais. Construção de Memórias, Universidade do Porto - Faculdade de Letras]. Repositório Aberto da Universidade do Porto]. [https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_doc\\_id=35021](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=35021)

Raposo, A. (2017, fevereiro 23) Ata de Sessão Extraordinária - Recomendação ao Executivo Camarário para a abertura do procedimento de classificação do Pinhal Menéres de Interesse Público Municipal. CMVC - Câmara Municipal de Vila do Conde

Programa Polis (2000). Plano estratégico de Vila do Conde: Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidade. Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território; rev. Fernando Milheiro. Lisboa: Programa Polis. M.A.O.T e CMVC

Oliveira, S. (2020). O Impacto do Programa Polis na frente Marítima de Vila do Conde. [Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Universidade Beira Interior] Repositório Aberto da Universidade da Beira Interior. <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/10992>





## **Atlas Construir no SUL**

Laboratório para os Fundamentos da Arquitetura Portuguesa contemporânea

## Introdução

A conjuntura política e económica do novo milénio envolveu o discurso crítico da arquitetura. Os abundantes anos de 1990, marcados pela consolidação do projeto europeu, deram lugar a uma instabilidade que se alastrou aos vários domínios da sociedade - os conflitos entre ocidente e oriente, as crises financeiras e os avanços tecnológicos marcaram uma mudança de ciclo e o início de uma nova ordem mundial. Este processo acabou por trazer à tona a vulnerabilidade da própria convergência da Europa, revelando a dificuldade dos países do Sul em acompanharem as demandas da economia contemporânea. Um certo sentido introspetivo e humanista, em torno das questões ambientais, dos fundamentos identitários e de soberania, acabou por pautar o discurso dos vários movimentos sociais que se organizaram neste período.

No campo da arquitetura, esta inquietação desencadeou uma sensibilidade regeneradora e a ideia de regresso a uma base sólida, capaz de consolidar os alicerces subjacentes à prática e à cultura de projeto. Em Portugal, as quatro décadas correspondentes ao período democrático foram sendo colocadas em perspetiva, procurando-se nos seus fundamentos uma base idealista para a superação do momento de crise. Neste contexto, o território do Sul, enquanto depósito da ancestralidade cultural da Europa, foi tido como inspiração de uma possível alternativa ao processo instalado.

O regresso de Ulisses a Ítaca, depois da Odisseia relatada de Homero, serve de metáfora à consciência presente neste retorno crítico que, tal como no passado e como demonstrou Winckelmann (1717-1768), se sustenta nos fundamentos de ordem e proporção que podem ser extraídos da cultura clássica. Este processo é também revestido de uma consciência vernacular que incorpora o saber acumulado e depositado nas camadas que sedimentaram o território e a sua geografia e que se relacionam com o saber milenar da própria arquitetura e dos sistemas construtivos, energéticos e tipológicos que lhe estão subjacentes.

Foi esta base que orientou no passado, por exemplo, a produção de Andreas Palladio (1508-1580), quando na sequência do declínio comercial da Sereníssima Republica de Veneza iniciou a sua produção de villas na região do Vêneto. O sentido clássico da arquitetura paladiana residia no modo como incorpora as bases vitruvianas para alicerçar os critérios de implantação e de domínio da ampla geografia do espaço agrícola. O retorno a um sistema construtivo baseado em lintéis e colunas, abria espaço para um artificioso jogo classicista que dava resposta à afirmação de uma nova sociedade que, após o tratado de Bagnolo (1484) e a abertura das rotas marítimas atlânticas, havia iniciado a expansão da sua presença para terra firme, no interior do Vêneto.

O regresso aos fundamentos da arquitetura funde-se com a inevitabilidade do regresso ao "laboratório" do Sul, onde, desde o crescente fértil, se edificou a base do saber ancestral

subjacente à própria arquitetura, a qual com maior, ou menor, erudição consolida a possibilidade de inversão do conceito de "inovação", pela desmesura culturalista de um território milenar onde está tudo.

A Arquitetura Portuguesa e a cultura do Sul – Vítor Figueiredo e Siza Vieira em Évora.

A instabilidade que marca o atual período social e político, cria a oportunidade para uma leitura sobre a especificidade de um pensamento agregador da teoria da arquitetura portuguesa contemporânea e o seu vínculo à cultura do Sul.

A este respeito faz sentido invocar a clarividência e fecundidade do trabalho do historiador americano George Kubler (1912-1996) que, ao investigar a especificidade do maneirismo nacional realizado no período crítico de perda e retoma de soberania face ao domínio filipino, abriu espaço para uma formulação crítica e historiográfica da arquitetura portuguesa, através da sua obra, de 1972, *Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706* (Kubler, 2005). O sentido periférico e distante que caracteriza o mais Ocidental país do Sul europeu, foi tratado como recetáculo de influências provenientes de outras áreas culturais, como a Flandres ou Espanha. A arquitetura chã, definida por Kubler "entre as especiarias das índias e os diamantes do Brasil" (Kubler, 2005, p. ?), corresponde a uma resposta a fatores conjunturais de ordem político, militar e religioso, que se materializou na expressão de uma arquitetura despojada, que se emancipou diante regras clássicas e das normas académicas, provenientes da tratadística italiana. A essencialidade e economia da arquitetura referenciada por Kubler permitia estabelecer um vínculo de relação entre o passado e o futuro, estimulando uma introspeção capaz de colocar lado a lado as lógicas paladianas e os ensaios de Terzi, Torraza, Baltazar Álvares, ou João e Diogo de Castilho. Ao enquadrar este período histórico, Kubler alicerçou não só o conhecimento historiográfico de uma época ofuscada pela proeminência manuelina, como construiu um argumento de base para agregar uma geração de arquitetos, protagonizada por Siza Vieira (n. 1933) que ganharia visibilidade internacional, após a revolução de 25 de Abril de 1974.

Revistas como *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Architecture Mouvement Continu*, ou a *Lotus Internacional* dariam conta da produção realizada em Portugal nesse período e dos mecanismos conceptuais presentes na produção e no discurso dos arquitetos. Em particular a *L'Architecture d'Aujourd'hui*, que dedicaria à situação portuguesa, logo em 1976, um número temático denominado "Dossier Portugal An II", onde seria realizada uma apresentação de largo espectro, revelando, tal como referia Gonçalo Byrne no seu artigo, "as premissas de uma arquitetura nova" e os mentores empenhados na expressão desse desafio.

O sentido pragmático da arquitetura chã viria a contribuir para clarificar e orientar a ação dos novos arquitetos no momento em que se confrontavam, por um lado, com os

novos territórios que se abriam na periferia das cidades e, por outro, com a necessidade de implementação de um ideário compatível com o esgotamento do movimento moderno. Em 1962, Fernando Távora resumiu tudo isto ao enunciar justamente a ideia de “circunstância” (Távora, 1982, p. 34) como base de um processo humanista da organização do espaço. Por “circunstância” entendia “aquele conjunto de fatores que envolvem o homem, que estão à sua volta e, porque ele é criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser.” (Távora, 1982, p. 34). O próprio significado da palavra escolhida por Távora comportava o sentido da obra aberta, edificada com base na consciência de um tempo longo, capaz de acomodar a complexidade das ações realizadas sobre o território.

A relação entre o trabalho de George Kubler e o processo que se desencadeava em Portugal no período de transição para a democracia, foi, contudo, estabelecida por Duarte Cabral e Mello (1941-2013) num artigo publicado na revista *Arquitetura* (Mello, 1979), onde evocava a relevância do trabalho do historiador americano a propósito da arquitetura de Vítor Figueiredo (1929-2004). Cabral de Mello estabelecia um nexo entre a arquitetura chã e a independência e experimentalismo dos programas de habitação social desenvolvidos naquele período, com forte contenção orçamental. Para qualificar o trabalho de Figueiredo, Cabral de Mello realçava no estilo chã, a ausência de ornamentação, a libertação das regras académicas e o sentido vernáculo, mais ligado “às tradições locais vivas do que aos autores de um passado remoto” (Mello, 1979, p. 25). O trabalho de Kubler, abria um caminho de erudição sobre o Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa que havia envolvido os arquitetos a partir de 1955 até à sua publicação em 1961, representando uma arquitetura contaminada pelas contradições de um maneirismo realizado à distância dos principais centros culturais da Europa.

Esta mesma base seria mais tarde, na década de 1990, levada ao extremo por Vítor Figueiredo no pólo universitário da Mitra (1992-1995), em Évora, traçando com rigor e essencialidade uma estrutura morfológica definidora de um recinto longo, caracterizado pela monotonia dos seus elementos compositivos, justamente na proximidade da arquetípica igreja do Bom Jesus de Valverde, atribuída a Manuel Pires ou Diogo de Torralva. No contexto da obra de Vítor Figueiredo, a Mitra aparece como síntese de uma teoria da arquitetura para onde convergem os paradigmas essenciais que suportam a “mitologia” do debate disciplinar levado a cabo em Portugal no último quartel do século XX, paradigmas esses que passam pela rejeição das nuances estilísticas impostas: pela novidade; pela busca do acerto da implantação e domínio da topografia; pela procura de um anonimato crente na possibilidade de absorção da obra pela metamorfose do território ao longo do tempo; e pela noção da inserção da obra numa constelação geográfica para onde convergem os sentidos material e imaterial do sítio.

A cidade de Évora seria também palco para Álvaro Siza Vieira que, na sequência dos seus projetos de habitação social da

década de 1970, como a Bouça e São Vítor, inicia em 1977 naquele território alentejano o projeto de urbanização da Quinta da Malagueira. Pela sua dimensão e complexidade, a Malagueira é uma obra central no percurso de Álvaro Siza. Projetada para comportar 1200 fogos em cerca de 27 hectares, esta intervenção envolveu Siza com a cidade de Évora por um período de aproximadamente 20 anos. Este projeto, realizado num território marcado pela presença romana, pontua o arranque de uma extensa fase de exploração conceptual em torno de estruturas eminentemente clássicas, pouco exuberantes e sempre renovadas através de processos de manipulação das referências disciplinares convocadas em cada obra.

Na Malagueira, Siza pôde explorar os fundamentos disciplinares da sua arquitetura, manipulando de modo laboratorial questões básicas, como a infraestrutura, a tipologia, a materialidade branca, o pátio, a luz e a sombra. Neste projeto, a composição cubista de volumes puros, ganha a máxima expressão, tanto pela intensidade da luz como pela profundidade da sombra, variantes que unificam a relação da ampla intervenção, com a proximidade do núcleo urbano da cidade histórica, harmonizando e disciplinando o crescimento da cidade nas últimas décadas.

A plasticidade da Malagueira estabelece uma relação com a inspiração dos vestígios do mundo árabe presentes eminentemente no Sul. O kasbah, enquanto alternativa urbana lançada pelo Team 10 ao determinismo da cidade moderna, é trabalhado por Siza, nas estreitas tensões criadas no interior do bairro e no interior das unidades habitacionais, evidenciando-se neste projeto muito do imaginário coligido na viagem que realizou a Marrocos em setembro de 1967. iv Dessa viagem, como que é possível extrair argumentos implícitos, tanto na obra de Siza, como na própria cultura portuguesa, tal como escreveu Alexandre Alves Costa (n.1939), compagnot de route nesta aventura:

“E assim (...) nos aventurámos (...) pelas cidades que aportuguesámos ou construímos, pelas capitais imperiais, pelos Atlas, pelos vales dos rios que chegam ao mar. Pelo Sahara numa silenciosa areia que não foi pisada e, entre mesquitas, minaretes e ruínas de cidades clássicas, atravessámos fileiras de cavalos que sacudiram suas crinas nos alísiosv, entre visões poeirentas de alcáceres kibires, com a serenidade de quem revisita as terras da sua infância agora explicadas pelo Guide Bleu. (Costa; Vieira, 2011, p. 7)

O Sul como laboratório da construção moderna em Portugal

Recuando um pouco no tempo, interessa observar o Sul na genealogia do pensamento crítico da arquitetura moderna em Portugal. Os acertos e desacertos inerentes à tão “desejada” articulação entre modernidade tradição que marca o debate arquitetónico nacional durante século XX, encontra nos dados lançados por Raul Lino (1879-1974) em torno da campanha da “Casa Portuguesa” (Figueiredo, 2007, p. 319-366) e da sensibilidade meridional que lhe estava



subjacente, um dos pilares fundamentais das controvérsias.

Os dados são lançados pelo autor de *A nossa Casa* (1918) e *Casas Portuguesas* (1933) ainda no final de oitocentos, o assunto adquire, no entanto, maior visibilidade em 1900 aquando da proposta que apresenta para o pavilhão de Portugal na Feira Universal de Paris, momento em que segundo o próprio propunha “um atrevimento (...) inspirado em estilos de várias épocas combinados numa composição verosímil e bastante harmoniosa, em que sobressaíam reminiscências amouriscadas do nosso Alentejo”, atribuindo aquela região o estatuto de seu “primeiro namoro depois do regresso a Portugal,” (Lino in AAVV, 1969, p. 29) após os seus estudos em Hanôver e da convivência com o seu mestre alemão Albercht Haupt (1852-1932).

O grand tour impressionante que Lino realiza em Portugal, em 1897-1898, na companhia do aguarelista Roque Gameiro (1864-1935), marca o início do deslumbramento meridional e pelo “estilo de vida” do Sul, interessando-lhe nesta viagem em especial “o mudejarismo e o pseudo-mudejarismo do Alentejo e Algarve”vi. Segundo Pedro Vieira de Almeida, seria esta “Peregrinação que o fizera entender os valores formais de uma arquitetura de sol, as subtilezas dos jogos de claros escuro, de transparências e reflexos de muros caiados e de maneira mais responsável, os valores de habitar que esse vocabulário definia”.

Raul Lino empreenderá novamente uma incursão ao Sul, para visitar Marrocos, logo em 1902, com o apoio de Alexandre Rey-Colaço e de seu irmão Emílio-Rey que vivia em Tânger, de onde era originária a família. Seria este o argumento definitivo para sustentar a hipótese das “4 Casas Marroquinas”, lançado pelo próprio Vieira de Almeida no catálogo sobre Lino, aquando da exposição realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1970 (Pimentael et al, 1970, p. 138). As Casa Monsalvat (1901), Silva Gomes (1902) e Villa Tânger (1903), no Monte do Estoril e Casa Jorge O'Neill (1902), em Cascais, que marcam o princípio da atividade do arquiteto, refletem a influência das experiências imersivas num território onde as formas e as vivências se expunham descontaminadas, permitindo-lhe uma espécie de regresso ao início dos tempos.

O interesse de Raul Lino pelo Sul, foi naturalmente estimulado pelo interesse que Albercht Haupt possuía pela arte renascentista realizada nos países do Sul e nomeadamente em Portugal, onde encontrava características particulares e distintivas. A pesquisa *Die Baukunst der Renaissance in Portugal* (Haupt, 1986), corresponde à sua tese de doutoramento, defendida em 1893, na Universidade Hanôver, traduzindo o resultado das viagens que realizou a Portugal entre 1886 e 1888 (Belchior, 2010).

George Kubler, em *Plain Architecture*, trabalhou sobre a base de pesquisa realizada por Albercht Haupt. O interesse de ambos no período que se segue ao manuelino tardo-gótico permite a formulação de um vínculo relacional entre ambos,

que sustenta tanto o interesse e o encantamento gerado pelo período renascentista e maneirista no Sul da Europa, como o reconhecimento da sua especificidade no contexto nacional, face ao trabalho realizado em outras paradas europeias, argumentos que contaminaram o pensamento e a ação crítica os arquitetos na formulação de um pensamento moderno tanto no limiar do século XX, como na sua reta final a partir dos anos que se seguiram à revolução e que marcam em definitivo a afirmação internacional da arquitetura portuguesa.

#### Conclusão – Revista Estudo Prévio

“Construir no Sul” alude a um sentido laboratorial, sobre os fundamentos da arquitetura enquanto área disciplinar os quais, em momento de crise, se apresentam como itinerário consistente de pesquisa. Ao mergulhar-se no Sul neste número da revista *Estudo Prévio*, procura fixar-se um discurso integrador de várias latitudes e autores.

É neste contexto que abrimos com Álvaro Domingues e Ana Silva Fernandes e com uma leitura crítica sobre a contemporaneidade e sobre os fenómenos urbanos que escapam ao mundo ocidental. Através de um programa curricular debatem-se os critérios da “Urbanização da Pobreza” e da crise instalada nos mecanismos de gestão territoriais.

O enquadramento deste processo à escala global, lança a possibilidade de um olhar longínquo sobre a proeminência do Sul enquanto palco primordial de uma modernidade observada por Jorge Luís Borges e pela Revista Literária Sur. Este tema é abordado por José Luís Saldanha, demonstrando a antecipação de uma cultura nova, que se materializa nas nuances geradas pelos conflitos colocados pelo tempo novo.

Alexandre Marques Pereira apresenta o caso do grand tour de Gunnar Asplund ao Sul Mediterrâneo, realizado na tradição do Romantismo Neo-Clássico oitocentista, identificando o encantamento dos arquitetos nórdicos pelo berço da cultura clássica e pelo sentido de perenidade que esta comporta.

As dicotomias entre o Norte e o Sul, são exploradas por Alexandra Saraiva através da figura de Raúl Hestnes Ferreira, trazendo para o plano nacional os fundamentos de uma monumentalidade realista, própria da cultura mediterrânea, que é apreendida à distância, entre as paradas finlandesas e norte-americanas. Ana Vaz Milheiro, dá continuidade a este discurso através de Manuel Vicente, o qual, com um percurso tangente ao de Raúl Hestnes aprofunda a “viragem” para Sul e o estabelecimento de pontes com o Oriente numa extensa diáspora cultural, que surge fundida na sua produção arquitetónica e intelectual.

“O detalhe do projeto geral” é o argumento de José Maria Assis e Santos para fazer o elogio da sombra no pólo universitário da Herdade da Mitra, obra conclusiva do itinerário arquitetónico de Vítor Figueiredo - recetáculo inacabado de um saber

intemporal.

Filipe Mónica encerra o dossier “Construir no Sul” com entrevistas curtas a um conjunto de arquitetos que participaram no curso de verão homónimo, realizado no ISCTE-IUL entre os dias 27 de junho e 1 julho de 2016.

#### Notas:

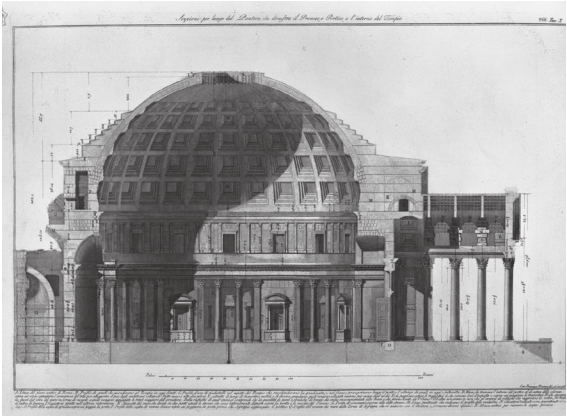
i CORREIA, José Eduardo Horta (2005) “Prefácio à edição portuguesa” em KUBLER, George - A Arquitetura Portuguesa Chã – Entre as Especiarias e os Diamantes (1521-1706). 2ª edição Nova Vega, Lisboa, 2005 . ISBN 972-699-758-5. (p. 8-9).

ii Cf. VIEIRA, Álvaro Siza; ROUSSELOT, Christine; BEAUDOIN, Laurent - “Entretien avec Álvaro Siza” em Architecture Mouvement Continuïte, nº 44 de 1978; AAVV - “Dossier Portugal An II” em L’Architecture d’Aujourd’hui nº 185 –, de maio/junho de 1976; VIEIRA, Álvaro Siza - “L’Isoala Proletária come Elemento Base del Tessuto Urbano”, em AA.VV Lotus International – Rinnovo Urbano, nº 13 de 1976; GREGOTTI, Vittorio - “Oporto. L’esperienza dei Saal, di Alexandre Alves Costa Interventi a S. Victor, Bouça, Lapa, Leal, Antas, Miragaia, Barredo, Lada Oporto”, em AA.VV - Lotus International – Architettura nella Città Storica, nº 18, de 1978; HATCH, Richard - The Scope of Social Architecture, New Jersey Institute of Technology, de 1984. (SAAL/Curraleira, Lisbon Portugal / SAAL and the Urban Revolution in Portugal / Designing Curraleira).

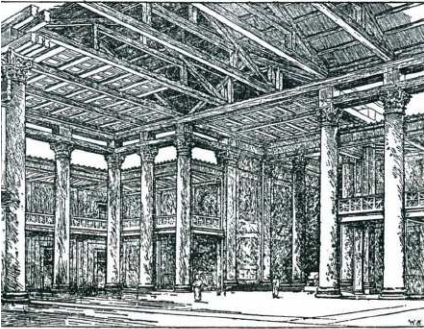
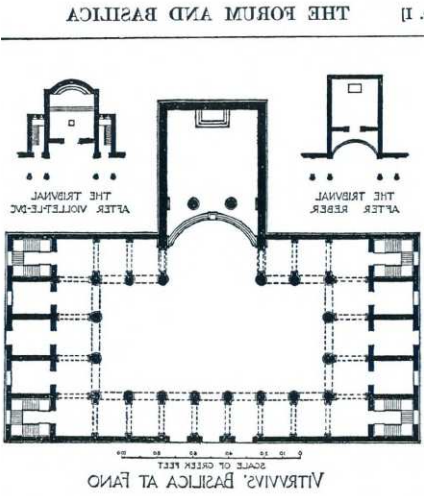
iii BYRNE, Gonçalo “Quelques prémices pour une architecture nouvelle” em AAVV - L’Architecture d’Aujourd’hui – Dossier Portugal An II, nº 185, de maio/junho de 1976 (p. 32-33). iv Viagem a Marrocos realizada em setembro de 1967 por Álvaro Siza na companhia de Alexandre Alves Costa, Beatriz Ekroth, José Grade, Luísa Brandão, Maria Antónia Leite e Sérgio Fernandez. Cf. COSTA, Alexandre Alves; VIEIRA, Álvaro Siza - Marrocos 1967, Circo de Ideias, Porto, 2011. ISBN 978-989-95995-2-9.

v \* Dante Alighieri (tradução de Vasco Graça Moura) – La Divina Commedia: L’inferno. 1996, Cant. XXVI, tert. 33-37, (p. 241).

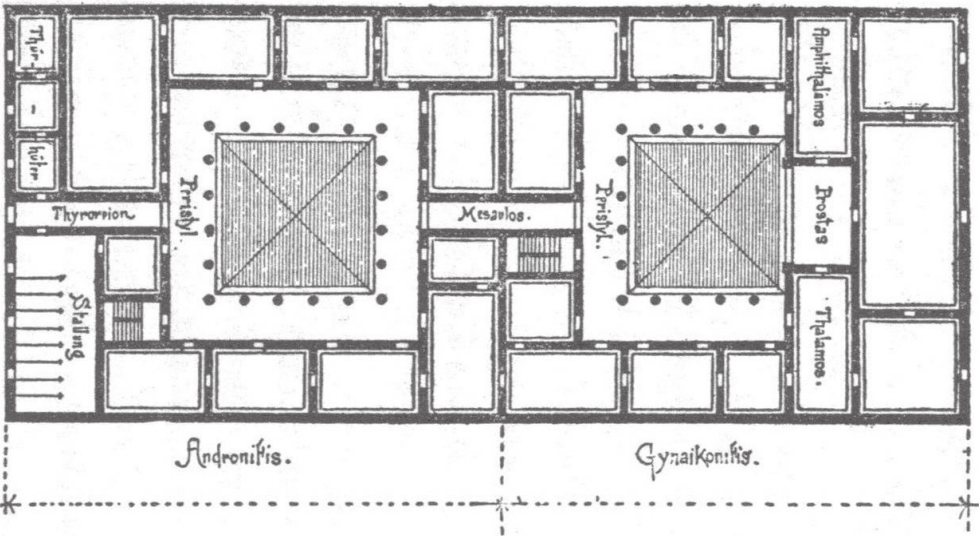
vi MANTA, Paulo - Raul Lino – Arquitetura e Paisagem (1900-1948), tese de doutoramento, texto policopiado, ISCTE-IUL, Lisboa, 2012. (pág. 109); Cit. LINO, Raul, (1970) A vida corre – o Tempo continua [palestra] Acessível no arquivo da família. (pág. 4).



1

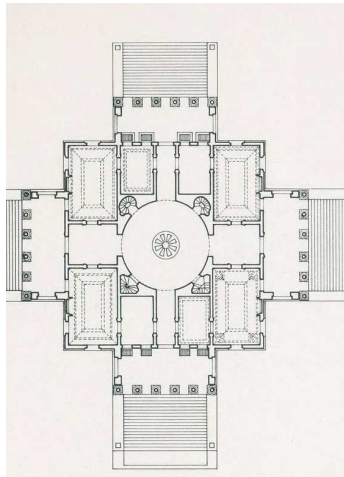


2



3





4



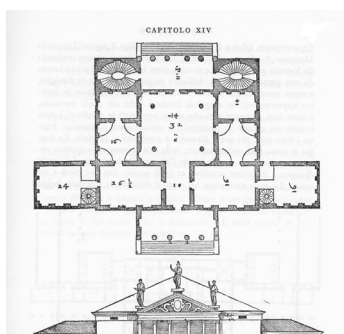
5



6



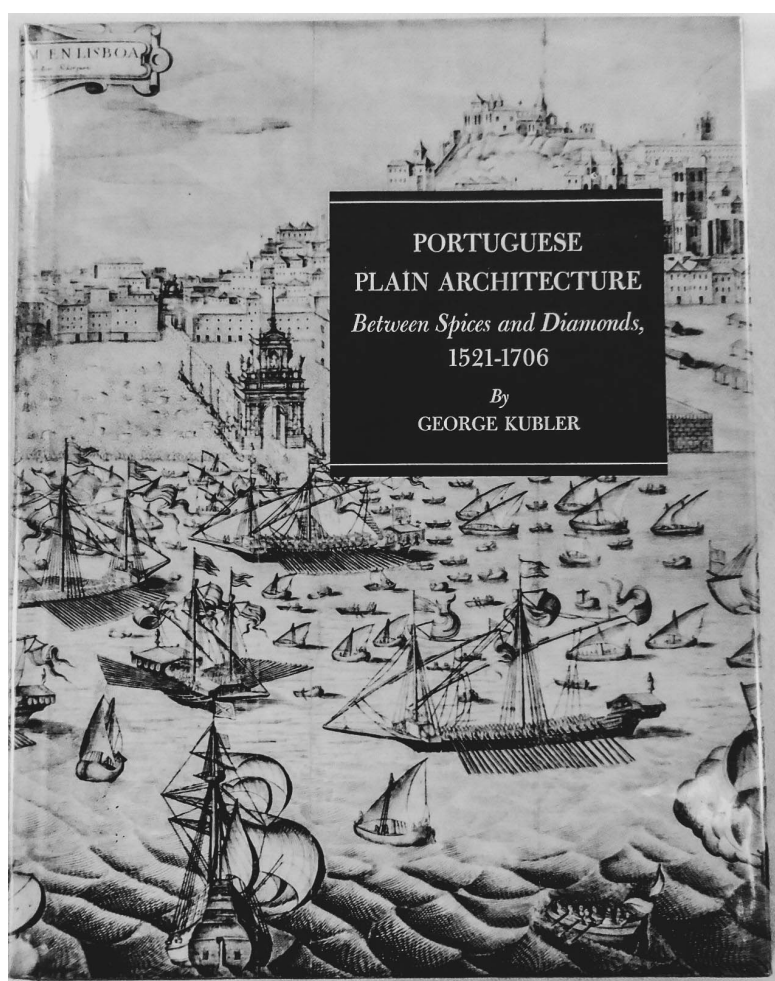
7

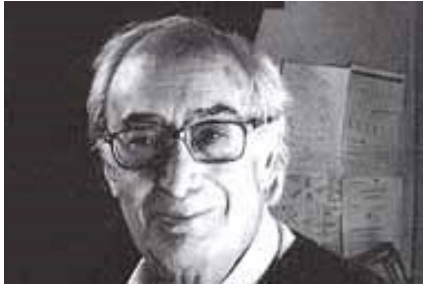


8



9

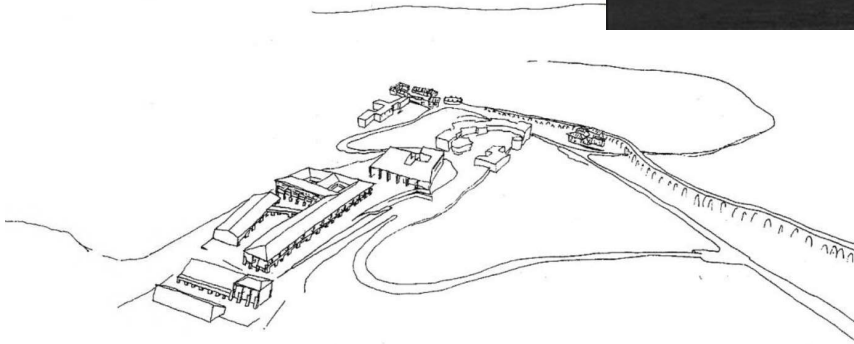




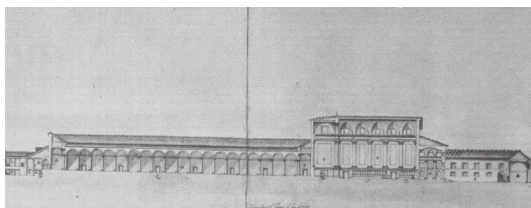
11



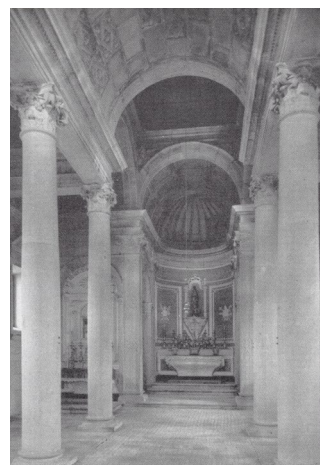
12



13



14



15



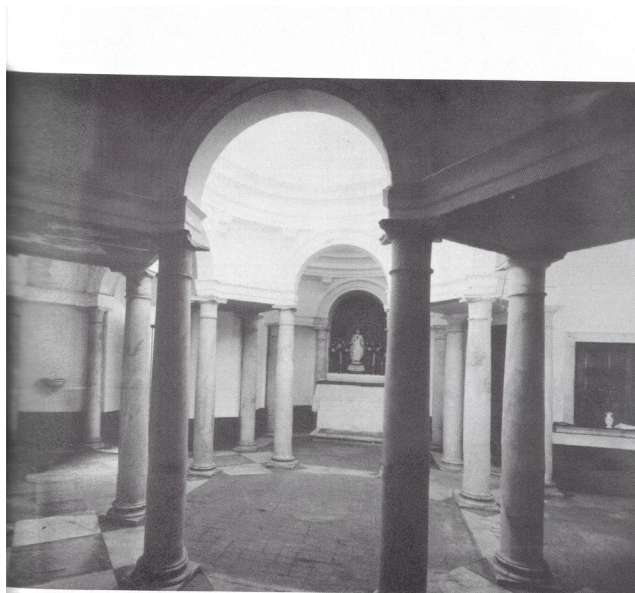
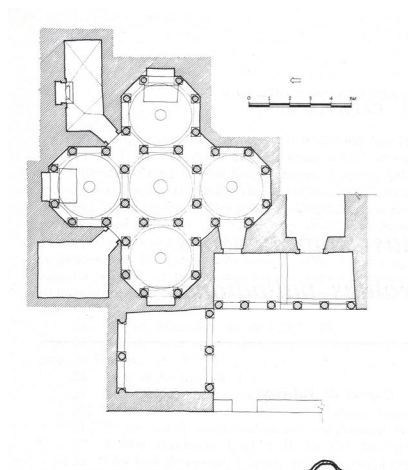
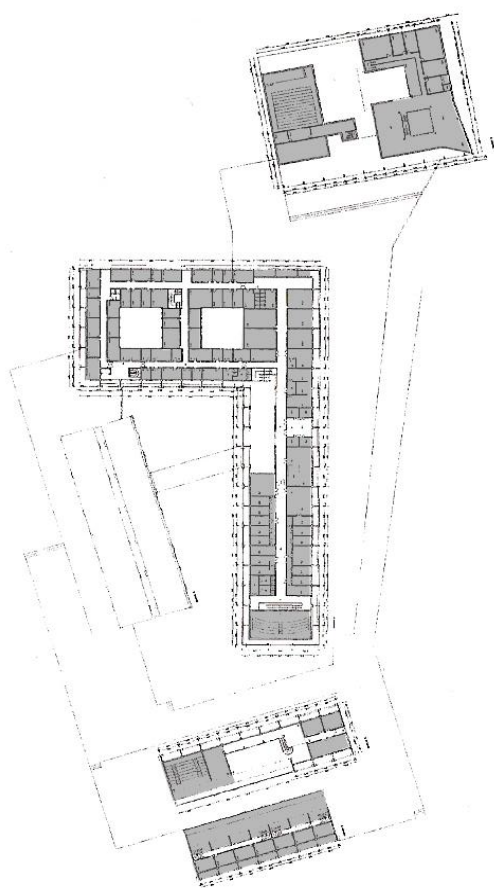


FOTO 24. Mitra, Bom Jesus de Valverde, interior, 1550-60 (M. Novais).

16



17



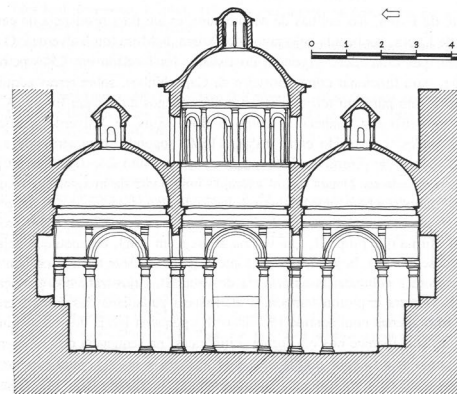
19



20



18



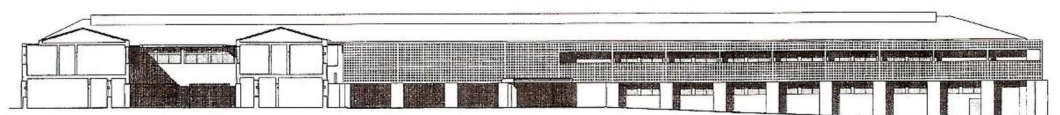
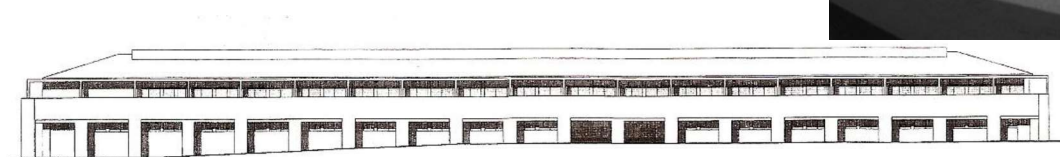
22



21



23



24



25



26





27



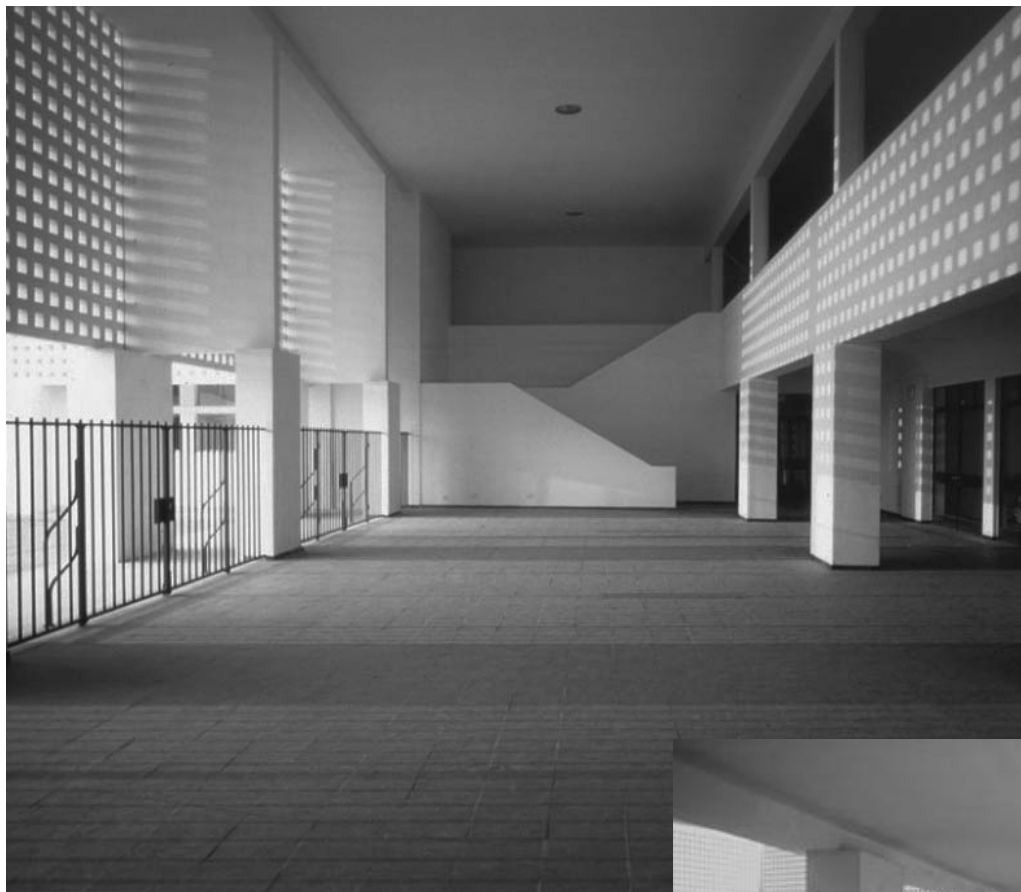
28



29



30



31



32



33



FOTO 13. Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, João de Castilho (?), c. 1530-40, interior

34



35



36

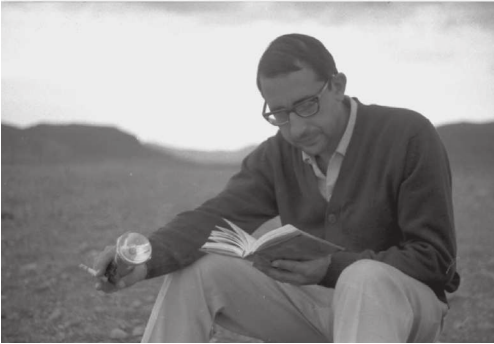


37





N° 185 Mai/Juin 1976  
Histoire et tendances  
de l'architecture portugaise



39



40



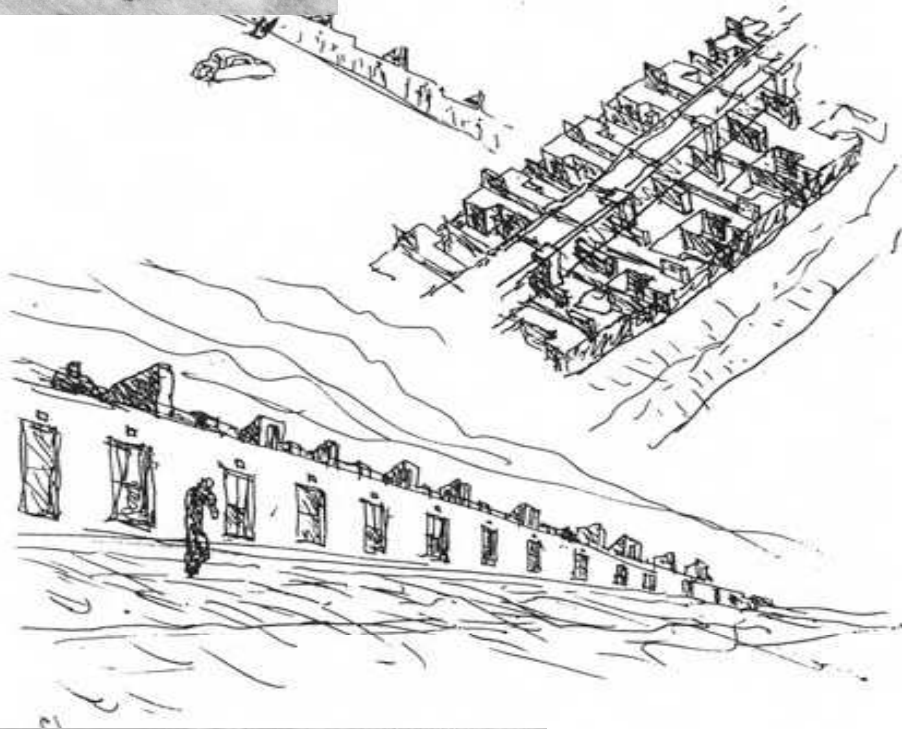
41



42



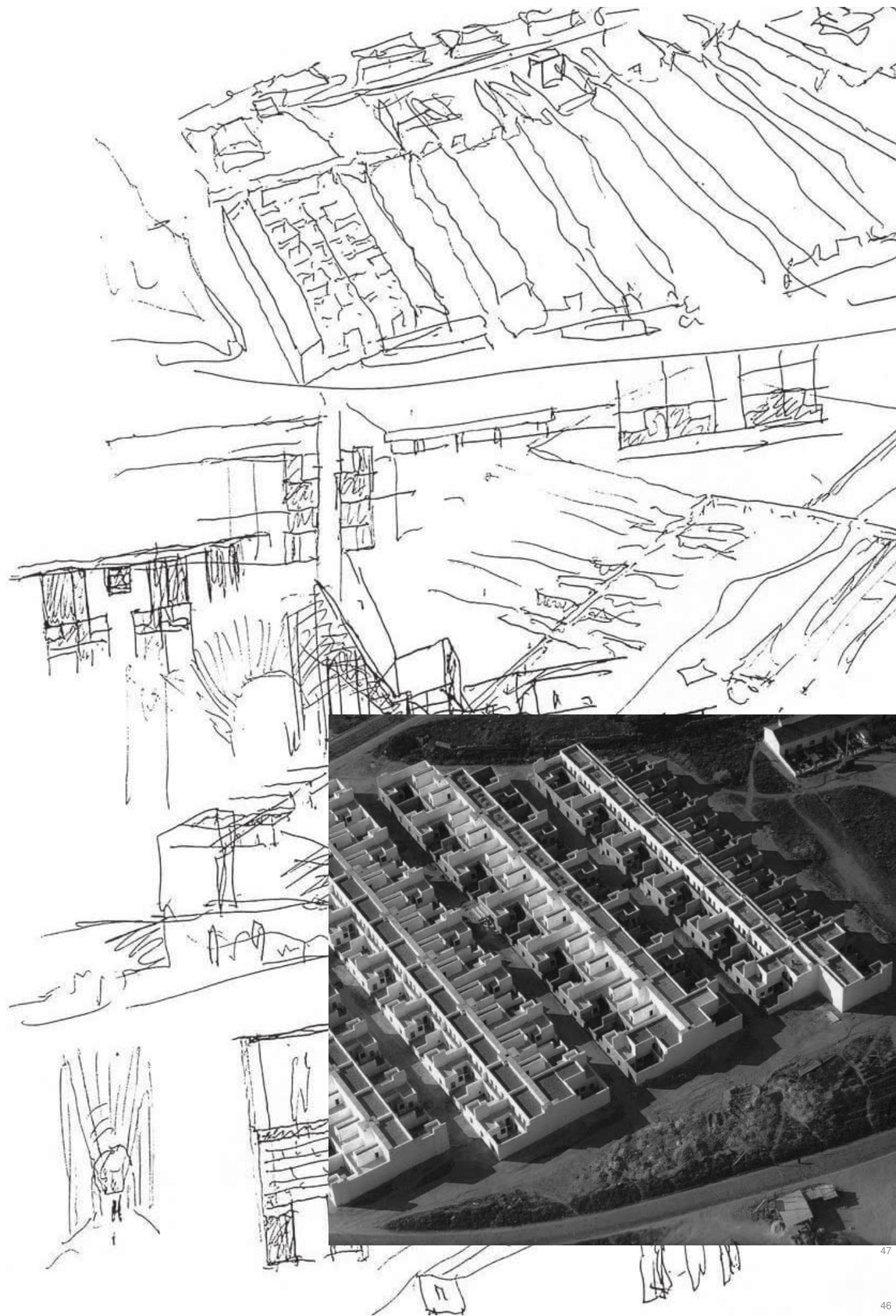
43



45

44





piano general de situación / overall site plan



48

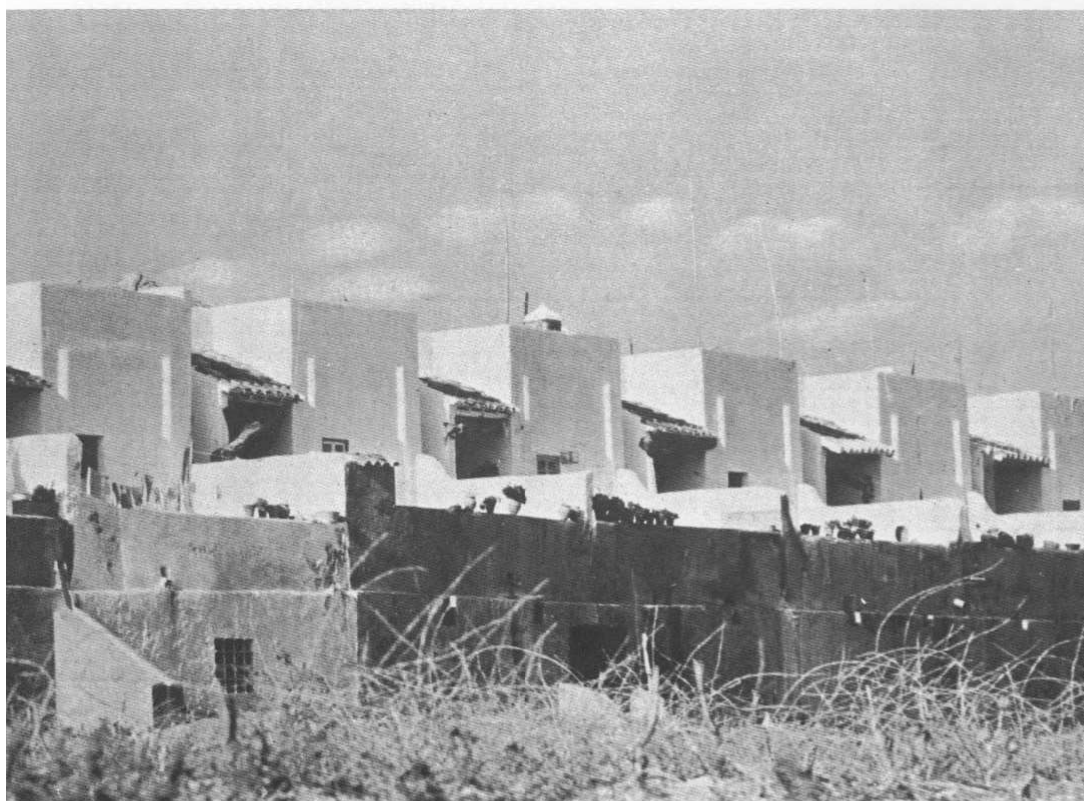


49



50





51



É notável o equipamento deste terraço, integrado na construção, o poço comum a duas habitações contíguas e o tanque para lavagens.

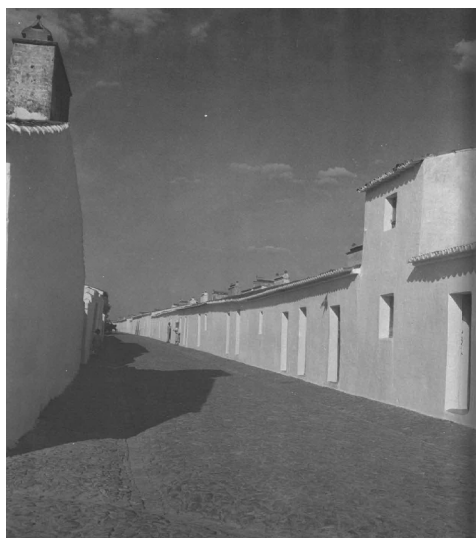
O partido conseguido do declive do terreno e o movimento de volumes das construções dão ao conjunto do alçado posterior, voltado ao Sul, um carácter muito especial.

Nas habitações de Olhão, entra-se directamente para a sala, seguindo-se dois quartos contíguos em comunicação com um estreito corredor que conduz à cozinha, localizada ao fundo da casa e ocupando, como a sala, toda a largura. A cobertura é feita com abóbadas de berço, correspondendo uma aos quartos, outra ao corredor, e à sala uma outra, mas de tendência esférica e um pouco mais elevada, acentuando a importância atribuída a esta peça da habitação. Por vezes, esta abóbada esférica é substituída por um telhado de 4 águas, formando, interiormente, tecto de macieira.

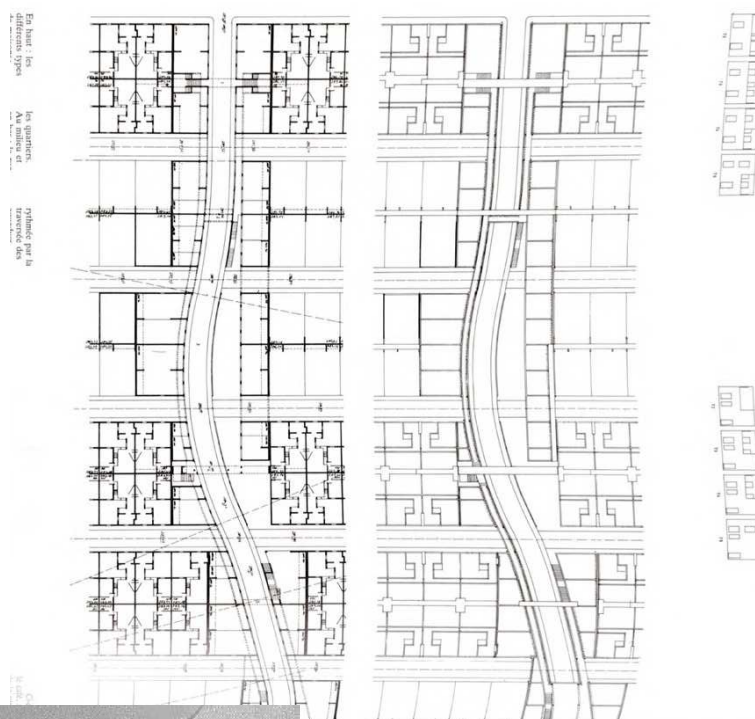
Os quartos, interiores, têm um ambiente muito agradável, conseguido pela luz natural, que recebem através de uma pequeníssima clarabóia, constituída por um vidro quadrado, embutido numa leve elevação praticada na abóbada.

52





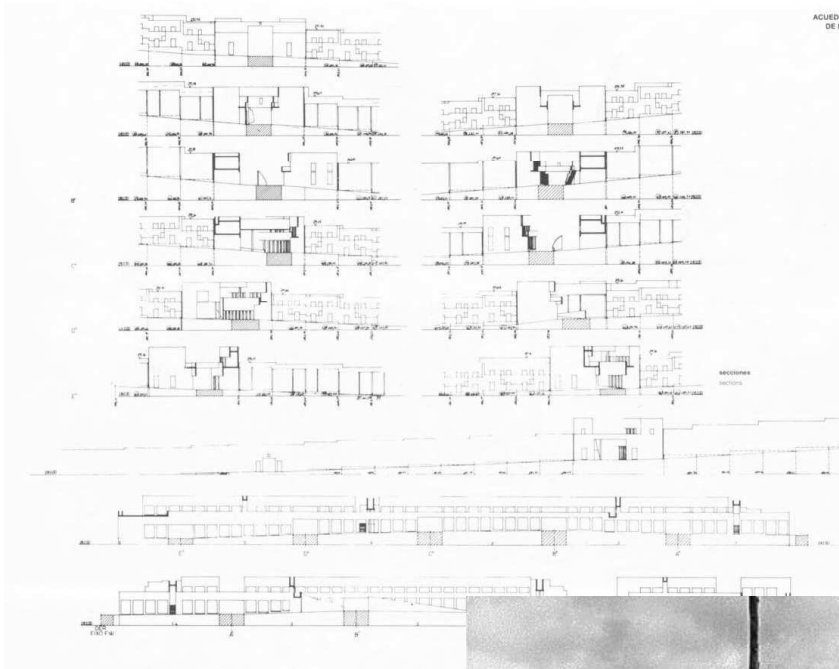
53



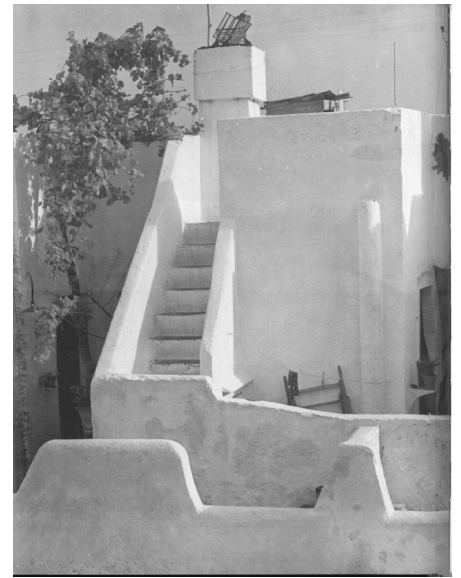
54



55



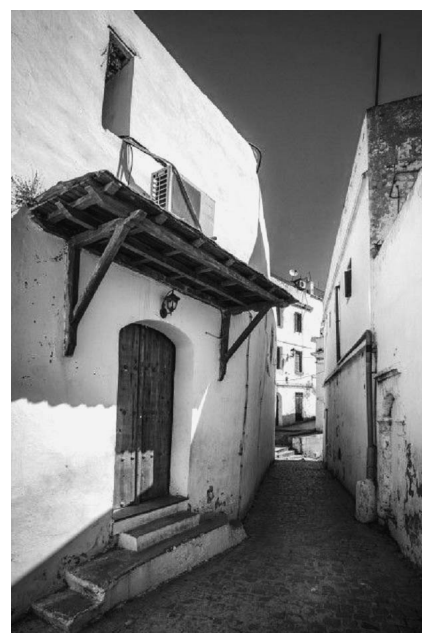
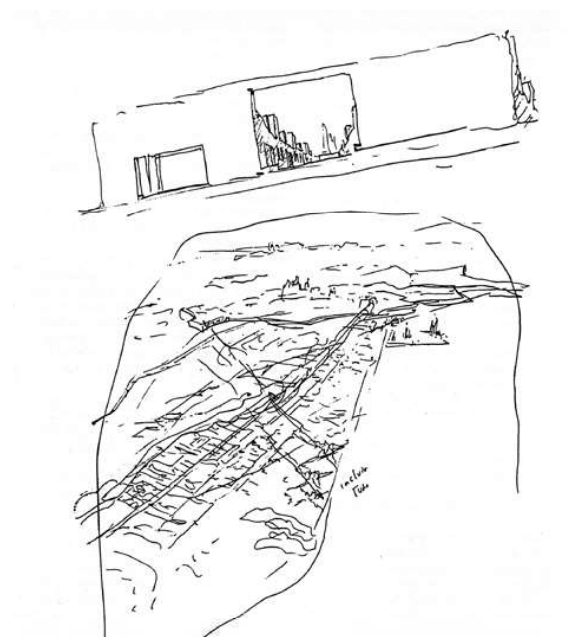
56



57



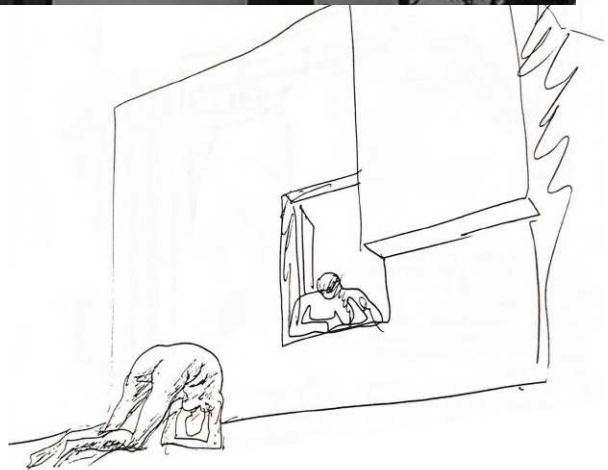
58





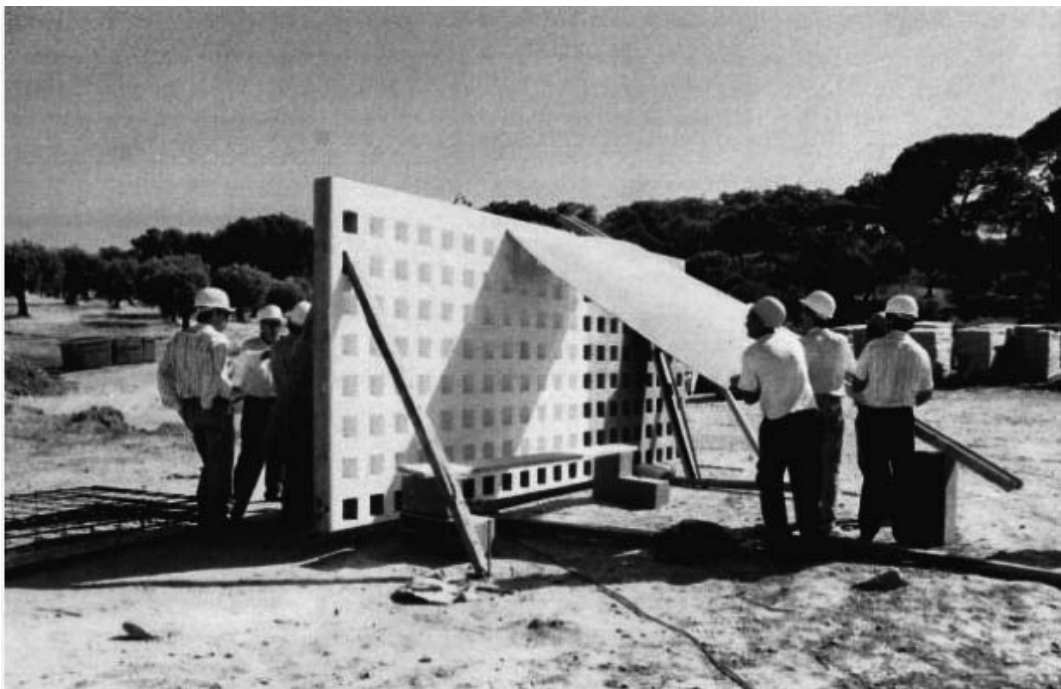


62



63









## Índice de Figuras

1. Panteão Nacional de Roma.
2. Basilica de Fano, Marco Vitruvio Pollione.
3. Planta de uma Casa Grega, Marco Vitruvio Pollione.
4. Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
5. Fotografia da Villa Capra - La Rotunda, Andrea Palladio.
6. Villa Chiericatti, Andrea Palladio.
7. Fotografia da Villa Chiericatti (©David Nicholls, 2016).
8. Villa Cornado, Andrea Palladio.
9. Fotografia da Villa Cornado (autor desconhecido, 2014).
10. Capa do Livro «Portuguese Plain Architecture: Between Spices and Diamonds, 1521-1706», (© George Kubler, 1972).
11. Retrato de Vitor Figueiredo (in Publico).
12. Fotografia da quinta do Paço de Valverde (©Direção Geral do Património Cultural - DGPC).
13. Esquízo do Polo Universitário de Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
14. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 14 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
15. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Gravura 5).
16. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 24).
17. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Figura 14).
18. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
19. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
20. Recorte de imagem do artigo «Património Arquitetónico Contemporâneo da Universidade de Évora» (©Rossana Santos Rosa, 2010, p.26).
21. Fotografia do Convento de Valverde (autor desconhecido).
22. Recorte do desenho da pagina 48 do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, Figura 14).
23. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
24. Corte e Alçado Nadcente e Poente do Polo Universitário da Mitra (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).
25. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
26. Fotografia do Claustro do Convento de Valverde (©Arquivo Municipal de Évora, 1960).
27. Fotografia do Pólo Universitário da Mitra (©Paulo Tormenta Pinto, 2016).
28. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
29. Fotografia Polo Universitário da Mitra (©José Maria Assis e Santos, 2016).
30. Fotografia do Convento de Valverde (©SIPA: DGEMN/DREMS; FOTO.00177480).
31. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (Vitor Figueiredo, consult. miesarch.com).
32. Fotografia do Polo Universitário da Mitra (autor desconhecido).
33. Fotografia do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
34. Recorte de imagem do livro «Portuguese Plain Architecture» (©George Kubler, 1972, FOTO 13 - Tomar, Capela de N.ª Sr.ª da Conceição, M. Novais).
35. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
36. Fotografia do Interior do Convento de Valverde (©DGPC, 2006).
37. Edifício para o Pólo da Mitra (©Rossana Santos Rosa, 2010).
38. Capa da Revista Architecture Aujourd'hui - Dossier Portugal An II (©Architecture Aujourd'hui, 1976).
39. Recorte de imagem da pagina 16 do livro «1967, Marrocos» (©Alexandre Alves Costa, Álvaro Siza; 2018).
40. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
41. Fotografia do Kasbah de Marrocos (autor desconhecido).
42. Arquitetos portugueses em viagem pela Grécia, verão de 1976. Fernando Távora e Álvaro Siza Vieira (à direita), entre outros. (©Arquivo pessoal do Arquiteto Alexandre Alves Costa).
43. Recorte de imagem da pagina 15 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
44. Esquízo Bairro da Malagueira - «Estudo para a agregação das casas» (©Álvaro Siza, 2000).
45. Fotografia do Kasbah de Argel (©Instituto Francês d'Alger).
46. Esquízo do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
47. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Álvaro Siza - consult.: espaçoearquitetura.com, 2020).
48. Fotografia do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
49. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
50. Recorte de imagem da pagina 77 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
- 51/52. Recortes de imagens da pagina 105 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
53. Recorte de imagens da pagina 105 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
54. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
55. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
56. Desenhos do Bairro da Malagueira (©El Croquis, 2000).
57. Recorte de imagem da pagina 106 do livro «Arquitetura Popular em Portugal» (©Associação dos Arquitetos Portugueses, 1988).
58. Fotografia do Bairro da Malagueira (©James Taylor-Foster, 2015).
59. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Ricardo Loureiro, 2007).
60. Esquízo bairro da Malagueira - «A relação entre o aqueduto e as casas» (©Álvaro Siza, 2000).
61. Fotografia de rua do Kasbah de Argel (autor desconhecido).
62. Fotografia do Bairro da Malagueira (©Tribuna Alentejo, 2015).
63. Esquízo bairro da Malagueira - «Estudo da relação entre a dimensão do alojamento e a articulação do espaço exterior» (©Álvaro Siza, 2000).
64. Restauro do Panteão de Roma (©LIFE MAGAZINE, 1925).
65. Execução das grelhas de sombreamento (©Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana-IHRU).

